



Dissertação de Mestrado

Flávia Costa da Silva

Programa de Pós-graduação em Educação

Universidade Federal de Santa Maria

2010

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Flávia Costa da Silva

Percurso da noção de drogas em educação: por uma problematização do proibicionismo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Deisi Sangoi Freitas

Co-orientador: Prof. Dr. Guilherme Carlos Corrêa

Santa Maria, 2010

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**Percurso da noção de drogas em educação: por uma
problematização do proibicionismo.**

elaborado por

Flávia Costa da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de

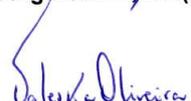
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:


Deisi Sangoi Freitas, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Guilherme Carlos Corrêa, Dr. (UFSM)
(Co-orientador)


Ricardo Burg Ceccim, Dr. (UFRGS)


Valeska Fortes de Oliveira, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil, 01 de abril de 2010.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Escolho meus amigos não pela pele ou outro arquétipo qualquer, mas pela pupila.
Tem que ter brilho questionador e tonalidade inquietante.
A mim não interessam os bons de espírito nem os maus de hábitos.
Fico com aqueles que fazem de mim louco e santo.
Deles não quero resposta, quero meu avesso.
Que me tragam dúvidas e angústias e agüentem o que há de pior em mim.
Para isso, só sendo louco.
Quero os santos, para que não duvidem das diferenças e peçam perdão pelas injustiças.
Escolho meus amigos pela alma lavada e pela cara exposta.
Não quero só o ombro e o colo, quero também sua maior alegria.
Amigo que não ri junto, não sabe sofrer junto.
Meus amigos são todos assim: metade bobeira, metade seriedade.
Não quero risos previsíveis, nem choros piedosos.
Quero amigos sérios, daqueles que fazem da realidade sua fonte de aprendizagem, mas
lutam para que a fantasia não desapareça.
Oscar Wilde

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

*Ao meu pai Altair, minha mãe Regina e meu irmão Thiago por compartilharem inúmeros avessos, aguentarem “meus piores”, pelo ombro, pelo colo, pelos risos e recomeços;
A Márcia Colombo, Rose Mayer, Lucenira Kessler, Carolina Colvero, Bruna Klein, Everton Pereira, Lucre Greco, Elizandro Farias, Joceli Galvão, Michele Eichelberger, Priscila Bolzan, Bianca Backes, Luciane Ramos, Lara Corral, Naiara Londero, Renatinha Barros, Deli Possatti, Néri Moura, Gládis e Iran Fiorenza, pela alma lavada e a cara exposta, pelos risos nunca previsíveis, pela amizade bobeira e seriedade em mil cores;
A pequena Maitê que mantém viva a fantasia e seus pais Kamari e Rubinho, grandes amigos;
A minha vó Zulma, tia Verinha e primas Mariane e Maiara pela amizade em família;
A Claudinha Magalhães pelo auxílio luxuoso durante a elaboração deste trabalho e, pela linda amizade que a cada dia se torna mais viçosa;
A Deisi Sangoi Freitas pela ousadia profissional em acolher temas como o deste estudo, pelo espaço para a produção deste trabalho, e pela tonalidade inquietante;
Ao Ricardo Ceccim e Valeska Fortes pela disponibilidade afetiva comigo e com esse trabalho;
Ao Aloísio Licht, artista da vida e da arte, pelo desenho inédito para a capa deste trabalho;
Ao Cristhiano Kolinski (Crisko) pela linda amizade, pelos ouvidos musicais e pelo luxuoso trabalho de edição desta dissertação;
A Vanessa Solis pela arte do encontro em meio a tantos desencontros, pelos cigarrinhos, dúvidas, angústias, risos, alegrias e belos momentos nesse nosso “fazer-mestrado”;
Ao Guilherme Corrêa pela pupila problematizadora, pelos lindos encontros que me ajudam a aprender a desaprender e, pela intensidade da presença;
Ao Júnior que me faz louca e santa, que conhece muitos piores em mim, pelo ombro, pelo colo, pela alma lavada, cara exposta, pupila intensa, por tanta aprendizagem e pela maior alegria!
E a todas as pessoas que me produziram e produzem silêncios...*

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

**Tóxico é o segundo copo d'água, quando o primeiro matou a sede.
(Roberto Freire).**

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.**RESUMO**

A presente dissertação de mestrado está inserida na linha de pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Teve como objetivo compreender que concepções sobre drogas circulavam entre um grupo de estudantes universitários em formação docente. Os dados foram analisados a partir da perspectiva foucaultiana sobre a conformação das práticas discursivas ao não-discursivo. Também foi realizado um breve comentário sobre noções proibicionistas que permeiam as práticas educacionais sobre drogas. Com o propósito de contribuir para a emergência de práticas educacionais pautadas em pressupostos não proibicionistas do uso de drogas, foi apresentada a experiência do Programa de Redução de Danos da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria/RS durante o período que compreende julho de 2002 a março de 2009.

Palavras-chave: drogas, educação, redução de danos, experimentação, oficinas, formação.

ABSTRACT

This present work, inserted in the research line called formation, knowledge and professional development linked to the post graduation program in Education at the Santa Maria Federal University, aims to understand the conceptions about drugs among a group of academical students who are in a period of training for teachers. The analysis is guided by the perspective of Michel Foucault about the conformation of the discursive and no discursive practices. Also is made a brief comment about the concept that permeates educational practices on drugs. With the purpose of contributing for emergency of education practices founded in a no prohibitionist point of view, was introduced the experience of harm reduction program on the municipal office of health in Santa Maria developed during the period between july 2002 and march 2009.

Key Words: Drugs; Education; Harm Reduction, Failure Trial, Workshop, Training.

Sumário

1	Notas Iniciais.....	9
2	Eixo I – Uso cultural de psicoativos e a história da proibição das drogas; os discursos sobre drogas no cenário educacional; aproximações teórico-conceituais.	15
2.1	Uso cultural de psicoativos e a história da proibição das drogas	15
2.2	Os discursos sobre drogas no cenário educacional.....	19
2.3	Aproximações teórico-conceituais	25
3	Eixo II – Os Discursos Sobre Drogas Na Formação Docente	33
3.1	A primeira oficina.....	34
3.2	A segunda oficina	41
3.3	A terceira oficina	50
3.4	A quarta oficina	52
3.5	A quinta oficina	52
3.6	O dito e o não dito das oficinas.....	56
3.7	Formação docente: algumas considerações	64
4	Eixo III – Redução De Danos: Campo De Possibilidades Para Emergência De Práticas Não Proibicionistas No Âmbito Das Drogas	70
4.1	Breve histórico da Redução de Danos no Brasil e em Santa Maria/RS	70
4.2	Notas sobre o processo de constituição das equipes do PRD de Santa Maria/RS	73
4.3	Em campo com os Agentes Redutores de Danos	88
4.3.1	A rua como um cenário do campo	88
4.3.2	O campo na casa de Áries	93
4.4	O campo e suas implicações	97
4.5	Breves considerações sobre as práticas em redução de danos.....	99
4.6	A emergência de saberes sobre drogas no campo da redução de danos	104
5	Por Uma Educação Não Proibicionista Sobre Drogas.....	107
6	Referências.....	112

1 Notas Iniciais

**A vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível.
(Georges Canguilhem)**

Quando o assunto, em nossa sociedade, é o uso de substâncias psicoativas, em especial as que estão ilegais, há um espectro de medo e conservadorismo. Parece haver uma necessidade de adiar debates abordando outras perspectivas que não sejam as da dependência, da criminalidade e da proibição, como se fosse preciso manter esse assunto em silêncio, não se produzir reflexão sobre ele, estancar o pensamento. No entanto, ao mesmo tempo em que a sociedade, por meio do aparelho estatal, proíbe o uso de alguns psicoativos, autoriza e estimula o uso de outros tantos. Batista (2004) problematiza o uso de alguns fármacos:

Quais serão os efeitos, por exemplo, à memória feminina do século XXI produzidos pelos milhões de Lexotans ingeridos pelas mulheres angustiadas? Que tipo de inconformismo pode resistir aos milhões de Prozacos consumidos por tantos homens deprimidos? O Viagra apresenta uma mensagem unívoca: só falha quem quer (p. 154).

Essas questões estão atravessadas por imprecisões terminológicas sobre o termo que designa determinadas substâncias psicoativas. O senso comum e mesmo algumas áreas da produção de conhecimento referem-se ao termo drogas para nomear diferentes compostos de uso ilícito. Entretanto, a palavra “droga significa, no plano médico-farmacológico, aquilo que comumente chamamos remédio” (RODRIGUES 2003, p. 21). Essa imprecisão terminológica acaba “cumprindo uma função importante, que consiste em condensar em um único bloco substâncias que são alvo de perseguição governamental” (RODRIGUES 2003, p. 21). Nesse trabalho o termo drogas fará referência às substâncias psicoativas de uso lícito e ilícito, estará, portanto desprovido dos espectros demoníacos que o perseguem¹.

¹ Também serão encontrados termos como psicoativos ou substâncias psicoativas, que assim como a terminologia droga, designarão compostos que agem sobre o organismo, causando sensações e mudando a percepção.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

É no cruzamento entre drogas e educação que busco nesse trabalho dar vazão a alguns pensamentos que me acompanham em relação às substâncias e a seus usos. Provavelmente o interesse pelo tema “drogas” tenha surgido a partir de um trabalho em Redução de Danos – RD² que realizei na Secretaria Municipal de Saúde – SMS – de Santa Maria. Embora, antes de me envolver com a Redução de Danos, a pergunta “por que algumas drogas são proibidas e outras tantas permitidas?” já havia se colocado para mim, foi ao longo dos anos, junto à equipe da Redução de Danos, que vários questionamentos, aprendizados e mais inquietações foram produzidos.

No ano de 2001, ingressei na Universidade Federal de Santa Maria para cursar Ciências Sociais. Ainda no primeiro semestre da graduação, comecei um estágio extracurricular junto à SMS da cidade de Santa Maria.

O trabalho que desenvolvi na SMS estava ligado à equipe diretiva do Sistema Único de Saúde – SUS – do município, o que talvez tenha me proporcionado a oportunidade de conhecer uma proposta para o campo da saúde pública em relação ao uso de drogas, chamada Redução de Danos. Esse tema chegou a partir de uma sensibilização realizada pelo Programa Nacional de DST/AIDS – PNDST/AIDS –, do Ministério da Saúde, para alguns municípios da região sul do país. O pano de fundo dessa sensibilização eram os dados epidemiológicos em relação à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – Aids – e as formas de infecção e reinfecção pelo vírus HIV, que apontavam para uma significativa rede de contágio pelo uso de drogas intravenosas.

Dessa forma, o PNDST/AIDS sugeriu que alguns municípios, epidemiologicamente relevantes, desenvolvessem um projeto de Redução de Danos. Naquele contexto, a RD era definida como um conjunto de medidas com a finalidade de minimizar os danos decorrentes do uso/abuso de droga, sem que houvesse,

² Redução de Danos é um conjunto de ações em saúde pública voltado para as pessoas que fazem uso de drogas e não querem, não conseguem ou não podem parar de usar. Será trabalhada de forma mais detalhada no terceiro eixo deste trabalho.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

necessariamente, uma diminuição do consumo. As ações deveriam ser fundamentadas no direito ao uso, considerando que muitas pessoas não querem, não podem ou não conseguem parar de usar drogas. (BRASIL, 2001).

Foi a partir desse cenário que participei da elaboração do Projeto de Redução de Danos da SMS de Santa Maria, trabalhei nos primeiros encaminhamentos, sendo, posteriormente, convidada a implantá-lo no município. Essa situação descortinou um universo novo, pois de estagiária passei a ser coordenadora de um projeto. Ainda estudante de Ciências Sociais, deparei-me com o desafio de atuar profissionalmente no campo da saúde, que eu praticamente desconhecia. Essa experiência ocupou oito anos de minha vida, trabalhei na SMS de Santa Maria de abril de 2001 a maio de 2009. Desde então, a temática das drogas, especialmente as que estão ilícitas, me mobilizam o pensamento. Em 2007, em função de um curso de Licenciatura em Sociologia, realizei um estágio docente em uma escola pública de Santa Maria. Nessa ocasião, trabalhei com estudantes do primeiro ano do ensino médio e, em uma manhã específica, abordei a questão das drogas com os adolescentes, que se mostraram envolvidos ao ponto de não darem importância para o intervalo e proporem a permanência na sala de aula para que a conversa continuasse.

No ano de 2008, fui aprovada no curso de mestrado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. As experiências anteriormente mencionadas me convocaram a pensar a questão das drogas no cenário educacional. Assim, inserida na linha de pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, realizei uma pesquisa acerca das concepções sobre drogas que circulam em um grupo de estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSM. Juntamente com a professora orientadora desse trabalho, realizei cinco encontros com pessoas reunidas por meio de uma disciplina específica do curso universitário. Ao mesmo tempo em que os dados eram coletados, um processo interventivo sobre a questão das drogas e seus usos foi instaurado junto aos estudantes. Mexer nas concepções sobre drogas, desacomodar algumas idéias e desconstruir alguns conceitos foi considerado importante para contribuir com uma formação docente

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

implicada com questões que atravessam a vida e a sociedade de uma forma mais ampla.

Munida com os discursos sobre drogas dos estudantes em licenciatura, busquei no trabalho de Michel Foucault a possibilidade de alojar o olhar para o que foi dito (e, às vezes, não dito) pelos universitários. Foucault (2005) argumenta que todo discurso é um jogo de ação e reação, em que o próprio discurso é a arena e o instrumento de luta. Para o filósofo, a formação discursiva deve ser entendida como prática em meio a outras práticas (como noções, instituições, medidas jurídicas e policiais, conceitos científicos) que conformam um determinado tema (CASTRO 2009).

Aproximando as idéias de Foucault com o que foi vivido junto aos estudantes universitários, é possível afirmar, no que concerne à questão do uso de drogas, que o discurso tido como verdadeiro é o institucionalizado, a saber, usar drogas mata; o usuário de droga é criminoso, doente, delinqüente. A esse discurso é conferida uma articulação de práticas fora do âmbito discursivo propriamente, como, por exemplo, sistemas de internação, tratamento médico, confinamento, prisão. Esse cenário, discursivo e não-discursivo, comporta o campo epistemológico sobre drogas da maioria dos estudantes que estiveram envolvidos nessa pesquisa.

Essa pesquisa, assim como este trabalho, não deve ser entendida a partir dos pressupostos de neutralidade acadêmica. Como pano de fundo desses escritos há uma implicação com o tema de estudo, vontade de produção de outros discursos sobre drogas. Não para se sobreporem aos discursos dominantes, instituídos, mas, ao contrário, para mobilizar resistências, produzir linhas de fuga ao discurso que totaliza e classifica o uso de substâncias psicoativas, impedindo muitas vezes a afirmação da vida de inúmeras pessoas.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é contribuir para uma prática educacional sobre drogas pautada em uma perspectiva não proibicionista do uso de algumas substâncias, é considerar o que acontece em meio ao interdito existente em relação ao

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

seu uso, é cruzar algumas linhas e trazê-las para a superfície, salientar esse emaranhado que funciona simultaneamente (DELEUZE 2008).

Penso que a experiência vivida junto à equipe do Programa de Redução de Danos – PRD da SMS de Santa Maria/RS fez emergir saberes menores³ sobre a questão das drogas e seus usos. Saberes que envolvem pessoas que usam drogas em suas singularidades, seus contextos de vida. Assim, quanto mais esses saberes vinham à superfície, mais difícil ficava (e ainda fica) emitir uma opinião em consonância com a “verdade do uso de drogas”. É nesse sentido que as práticas do PRD de Santa Maria aparecem nesse trabalho, como proposta ou dispositivo diferenciador para concepções e ações não proibicionistas sobre o uso de drogas. Entretanto, faz-se necessário salientar que o texto sobre Redução de Danos não deve ser entendido como algo que abarca todos os PRD's do país ou mesmo a própria noção de RD. Essa deve ser entendida como uma arena onde diferentes forças se relacionam e disputam.

É possível afirmar que as práticas do PRD de Santa Maria estão diretamente conectadas com as pessoas que integraram as equipes que foram se configurando e re-configurando ao longo do tempo. As pessoas que integraram o referido programa, salvo poucas exceções, não estavam interessadas somente em emprego ou salário; estavam também buscando respostas para questionamentos que tinham ou inseridas em um contexto que contemplava a realidade da comunidade⁴ onde viviam, fazendo com que falar sobre uso de drogas, tráfico, violência, fosse também falar da sua própria vida.

³ Utilizo esse termo inspirada no conceito de literatura menor criado por Gilles Deleuze e Félix Guattari para análise da obra de Kafka. In DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Kafka por uma literatura menor. Editora Imago, Rio de Janeiro, RJ, 1977.

⁴ Para Ceccim, Mayer, Meyer e Belloc (2002) “uma comunidade é uma pequena sociedade onde se reproduz a divisão em grupos [...] uma população que muda constantemente variando seu estado de humor, sua postura diante da vida e sua maneira de ver e de sentir o mundo. Muda de lugar, de amigos, de tipo de droga, de amores, entre outros. Isto ocorre com a facilidade de um camaleão, dependendo do horário, dia da semana ou do mês, se é inverno ou verão, se está com dificuldade ou não (p. 203).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Este trabalho está dividido em três eixos temáticos. No primeiro eixo, será trabalhado o uso cultural e ritualístico de substâncias psicoativas, uma breve apresentação histórica da proibição das drogas, os discursos proibicionistas sobre as mesmas em cenários educacionais e, também, a apresentação de alguns conceitos que serão utilizados como “lentes para olhar” a questão das drogas. No segundo eixo, será apresentado o processo de pesquisa por meio das oficinas e tecidas algumas reflexões sobre as concepções sobre drogas que circularam nos encontros com jovens estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas da UFSM, assim como sobre algumas concepções que envolvem o processo de formação docente. No terceiro eixo, será apresentado um breve histórico sobre a Redução de Danos no Brasil. No entanto, o texto discorrerá a partir dos processos vividos junto ao PRD do município de Santa Maria/RS. As práticas em RD serão abordadas com o objetivo de dar visibilidade para ações não proibicionistas no campo das drogas, defendendo, dessa forma, processos educacionais sobre drogas pautados em uma perspectiva que não leve em consideração tão somente a interdição de algumas substâncias.

2 Eixo I – Uso cultural de psicoativos e a história da proibição das drogas; os discursos sobre drogas no cenário educacional; aproximações teórico-conceituais.

**As drogas só produzem estados de espírito interessantes em mentes que já são interessantes. Imaginações grosseiras só produzem visões grosseiras.
(Charles Baudelaire)**

Neste eixo, será trabalhado o uso cultural e ritualístico de algumas substâncias psicoativas, uma breve apresentação da história da proibição das drogas. Também, serão exibidos alguns discursos proibicionistas sobre drogas em cenários educacionais e a apresentação de alguns conceitos que serão utilizados como “lentes para olhar” a questão das drogas.

2.1 Uso cultural de psicoativos e a história da proibição das drogas

O uso de drogas é um fenômeno recorrente nas sociedades humanas, aliás, é possível dizer que o uso de substâncias que alteram a percepção é uma característica comum na história dos povos. A tradição brâmane utilizava o cânhamo tanto para fins religiosos como para uso medicamentoso com vistas a tratamentos oftalmológicos, contra a febre, insônia, tosse seca e disenteria (MACRAE 2005).

Segundo Escohotado (apud MacRae, 2005, p. 5):

O uso de bebidas alcoólicas remonta à pré-história e seu emprego como medicamento já era mencionado nas tábuas de escritura cuniforme da Mesopotâmia em 2.200 A.C. Cerca de 15% dos quase 800 diferentes medicamentos egípcios antigos, incluíam cervejas ou vinhos em sua composição. São também numerosas as referências ao vinho no Antigo Testamento. Este, assim como a cerveja, poderia ser misturado com outras drogas produzindo bebidas de grande potência numa época em que ainda se desconhecia a destilação.

Os gregos, além do vinho e da cerveja, usavam a maconha, a beladona e a mandrágora, com fins cerimoniais e lúdicos. “Entretanto a droga que obteve maior popularidade entre eles, foi o ópio, que simbolizava Deméter, a deusa da fecundidade” (RIBEIRO, 1999, p. 40).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Tanto para os gregos quanto para os romanos, a droga alvo de preocupação era o vinho. Os romanos chegaram a proibir moralmente o uso do vinho por mulheres e por homens menores de 30 anos, em contrapartida, faziam uso do cânhamo e da papoula.

[...] com a cristianização do Império Romano, as coisas começam a mudar. [...] na medida em que a igreja alargava seu poder sobre a sociedade, passou a ser considerada heresia receitar drogas para curar ou matar (a eutanásia era comum para aliviar o sofrimento); e todas as cerimônias orgiásticas, nas quais se consumia muito vinho passaram a ser condenadas em nome de um ideal de ascetismo e penitência. Era o início da caça às bruxas e da inquisição (RIBEIRO, 1999, p. 42).

Entretanto, a tradição católica utiliza, até os dias atuais, o vinho para simbolizar o sangue do Cristo. Estimulantes como a coca, o cacau, o guaraná, o mate e o café foram e são utilizados em diferentes continentes, sendo que, por algum tempo, o último foi proibido na Europa, enquanto no mundo árabe é usado desde o século X (MACRAE, 2005).

No continente africano se faz uso religioso da iboga, uma planta “com princípio ativo similar a LSD (dietilamida do ácido lisérgico)” (MACRAE, 2005, p. 4). O tabaco, desde o período inquisitorial, era considerado droga demoníaca.

O ópio, substância extraída da papoula, assim como a morfina e a heroína, foi alvo de inúmeros interesses econômicos e científicos. A planta era produzida na Europa ocidental e no extremo oriente. Com a expansão das rotas comerciais européias, o governo inglês desejava vender ópio para a China, a qual também produzia essa substância. Em 1729, começou a guerra do ópio e, em 1890, quando a China produz 85% da sua demanda, bem como exporta para países vizinhos, o governo inglês passa a tratar o ópio como negócio não justificável moralmente (MACRAE, 2005).

No Brasil, a maconha era utilizada pelos negros, que também a chamavam “pito de pango”, nos rituais em terreiros de umbanda. Além disso, era usada de forma recreativa, tendo sido proibida no início da década de 1930. (MOTT 1986).

Contemporaneamente, uma das poucas substâncias psicoativas com uso permitido frente à legislação brasileira é a ayahuasca, planta utilizada em rituais religiosos pelos adeptos do Santo Daime e da União do Vegetal, sendo seu uso aceito

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

apenas no contexto mencionado. Passeti (1991) diz que “a dose que se comprava livremente nas farmácias mudou de qualidade e tornou-se remédio. A dose excedente foi para o mercado ilegal” (p. 23).

A recente categorização de diferentes substâncias psicoativas em drogas lícitas e ilícitas, recreativas e medicamentosas, em leves e pesadas, etc. sugere vários questionamentos não só para o campo jurídico e da saúde como também para o campo da educação. Para esse trabalho interessa uma perspectiva não proibicionista do uso de drogas. Nesse sentido, penso que, antes de formular qualquer reflexão, é fundamental que seja feita a pergunta: o que é droga?

De acordo com Escohotado (1997), a definição grega de *Phármakon* é a mais coerente com os pressupostos científicos que já apareceram para o termo droga: “substância que é remédio e veneno ao mesmo tempo; não uma coisa ou outra, mas ambas ao mesmo tempo” (p. 35). Para o autor, qualquer droga tem potência para agir benéfica ou maleficamente, sendo que em cada caso o que vai determinar sua ação “depende exclusivamente de: dose, objetivo do uso, pureza, condições de acesso a esse produto e modelos culturais de uso” (p. 36).

Dessa forma, droga e uso de droga não são a mesma coisa. A identificação de componentes químicos, de sua combinação, assim como a análise dos efeitos fisiológicos verificáveis, não são suficientes para caracterizar os diferentes sentidos sociais e subjetivos, envolvidos nas práticas de consumo de substâncias que alteram a percepção. No limite, droga é uma substância sem vida, inanimada, quem “dá vida à substância” é o ser humano que a usa. O encontro entre a droga e o ser humano é um encontro único, singular, não somente do ponto de vista químico, como também social. Um olhar sério para o uso de drogas implica considerar não só a pessoa e a substância, mas também o contexto sociocultural em que o uso se inscreve (SOARES 1993, CARNEIRO, 2008).

Se o uso de drogas, assim como as pessoas que fazem uso delas, não constitui uma categoria homogênea, por que a produção de conhecimento e sua veiculação têm,

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

predominantemente, contemplado que o seu uso tem as mesmas consequências para diferentes sujeitos, desconsiderando suas singularidades? Geralmente, o discurso vigente sustenta que utilizar drogas produz dependência física e/ou psicológica, que é responsável pela desestruturação da família, do indivíduo e do social.

É possível afirmar que o discurso totalizante do uso de drogas como um mal, foi fermentado no contexto de proibição do uso de algumas substâncias, que aconteceu nos Estados Unidos da América no início dos anos 1900. Até as primeiras décadas do século XX era possível encontrar cocaína e derivados do ópio em farmácias e boticas (RODRIGUES 2003). Entretanto, na passagem do século XIX para o XX, o livre acesso às substâncias citadas começou a ser tema de debates. Grupos religiosos e associações protestantes passaram a reivindicar do governo ações que impedissem a produção, venda e consumo de drogas psicoativas (RODRIGUES 2003).

Rodrigues (2003) conta que “o movimento proibicionista tinha raízes na tradição puritana do protestantismo, interpretação do cristianismo radicalmente contrária à busca do prazer em vida e que prega uma conduta extremamente severa” (p. 26).

A reprovação moral ao uso de drogas, liderada pelas ligas puritanas, também associava o uso de algumas substâncias a determinados grupos sociais:

Os chineses, vindos em larga escala para trabalhar na construção das estradas de ferro no oeste nos EUA, trouxeram o hábito de fumar ópio e a esse psicoativo foram ferrenhamente associados. A maconha era considerada, em princípios do século XX, droga de mexicanos, grupo visto pelos brancos estadunidenses como indolentes, preguiçosos e, por vezes, agressivos. Aos negros, parcela da população lançada em miseráveis condições de vida, atribuíam-se o uso de cocaína, prática que supostamente os tornava sexualmente agressivos. Por fim, o álcool era percebido como uma droga que era abusada pela comunidade de imigrantes irlandeses (RODRIGUES 2003, p. 31).

Nos quatro casos, destaca-se uma espécie de perseguição a minorias justificada pelo receio de que o comportamento moral dos imigrantes colocasse em risco os valores do país.

Outra questão decisiva para a proibição de algumas substâncias foi o fortalecimento da indústria farmacêutica. Ópio e folha de coca eram usados como matéria-prima para a produção de medicamentos. Ao final da primeira década do

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

século XX, o governo dos Estados Unidos propõe a alguns países europeus que o negócio do ópio ficasse restrito “a prover as necessidades mundiais para uso médico dos opiáceos” (RODRIGUES 2003, p. 28).

O que foi exposto abordou, em linhas gerais, a gênese do que é hoje chamado o *problema das drogas*. O *problema das drogas* refere a substâncias psicoativas diferentes e o objetivo estadunidense foi e continua sendo que o uso dessas substâncias seja limitado apenas às necessidades médicas e científicas.

2.2 Os discursos sobre drogas no cenário educacional

No cenário brasileiro, os processos predominantes em curso nas instituições de saúde, justiça e educação têm como base uma noção proibicionista de drogas. Na área da saúde, tal noção se apresenta na perspectiva da abstinência, da supervalorização da substância em detrimento do sujeito que a utiliza e da percepção da pessoa que usa drogas como doente. No campo da justiça, a noção proibicionista determina o enquadramento da pessoa que usa drogas como delinquente, havendo aplicação de penas que incluem a privação de liberdade. Já a área da Educação reproduz as noções advindas da Saúde (doença) e da Justiça (crime), compartilhando com suas práticas e permitindo que os profissionais da área policial sejam, muitas vezes, os agentes pedagógicos no campo das drogas.

Nesse sentido, é preciso lembrar do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) realizado pela Brigada Militar. Esse programa, em inglês chama-se D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), começou a ser desenvolvido em 1983 pela polícia de Los Angeles, nos Estados Unidos (RODRIGUES 2003b). Atualmente funciona em 65 países do mundo. No Brasil, o Proerd começou no ano de 1992 por meio da Polícia Militar do Rio de Janeiro e, em 1998, teve início sua atuação no Rio Grande do Sul (SILVA 2005). O Proerd tem como objetivo prevenir o uso indevido de drogas entre crianças e adolescentes. Para isso os policiais desenvolvem um curso em ambiente escolar com a participação da família e dos professores. Rodrigues (2003b) afirma que, nas “aulas conduzidas por policiais, os psicoativos ilegais são apresentados

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

como agentes de sedução e destruição pessoal e social, ‘forças’ a que se deve resistir” (p. 264). Na região do município de Santa Maria/RS, alguns prefeitos municipais e outras autoridades públicas costumam comparecer nas solenidades de entrega de certificado aos participantes dos cursos (SILVA, 2005).

Corrêa (2002) escreve sobre uma situação escolar, voltada para crianças de aproximadamente 10 anos de idade que cursam a 4ª série do ensino fundamental. Ocorrida no ano de 1998, em uma escola do interior do estado de Santa Catarina/SC, que se caracterizava como o exercício final de um projeto chamado “Drogas? Tô Fora!”. A professora solicitou aos alunos que elaborassem uma redação sobre o tema das drogas, com o título “Eu conheço um viciado”. O título prévio da redação e o nome do projeto demonstram uma perspectiva proibicionista como fundo epistemológico da prática pedagógica. O autor problematiza com algumas perguntas: uma criança com 10 anos de idade, conhece alguém viciado em drogas? É algum parente, amigo, conhecido? Como sabe que é viciado? Viciado em quê? (CORRÊA 2002, p. 166).

Mas o conteúdo, fundamentado no medo e na proibição não para por aí. Ao longo do texto, Corrêa descreve algumas sentenças contidas na cartilha da série “Alfabetização sem segredos”:

Ao sugerir ao professor que crie cartazes a serem reproduzidos, logo em seguida recomenda as frases ou cartazes que deve criar: “Evite a tentação da primeira dose”, “Droga é uma droga”, “Eu não entro nessa fria”. Do mesmo modo, abaixo da sentença: “Crie um cartaz alertando sobre o perigo do consumo de cigarros”, aparece já pronto o desenho de um cartaz, no qual se vê um menino de óculos escuro com três cigarros acesos ao mesmo tempo, tossindo muito, e a frase “Você está bem... perto da morte” (CORRÊA 2002, p. 167).

Corrêa (2002) afirma que, quando a “Aids mostrou uma possibilidade concreta de larga contaminação de indivíduos pertencentes aos mais diferentes estratos sociais” (p.168), a sociedade brasileira “mobilizou-se a partir da promoção do Estado para diversos encontros, seminários e fóruns, a propósito da questão das drogas” (p.168).

Nesse contexto, em novembro de 1998, aconteceu o “I Fórum Nacional Antidrogas”. No discurso de abertura, o Presidente da República se pronuncia da seguinte forma:

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Precisamos, no Brasil, ampliar a consciência do professorado, da gestão das escolas, mas, sobretudo, das famílias, com relação à questão das drogas. [...] mas, há o outro lado, digamos, propriamente repressivo da questão das drogas. [...] Isso requer um trabalho de inteligência e informação. Não é apenas um trabalho de repressão, mas é de conhecimento das tramas que estão por trás daquilo que aparece à primeira vista e que é, normalmente, o objeto de repressão. [...] É ilusão pensar que as informações, hoje, são monopólios do Estado. Pelo contrário. Hoje, também a sociedade dispõe das informações. E, muitas vezes, até mais depressa e mais abundante do que o próprio aparelho de Estado (BRASÍLIA, SENAD, 1999, p. 08).

O discurso proferido pelo presidente parece enfatizar o uso de drogas como uma ação inimiga da família, da escola e do próprio aparelho estatal. Parece incentivar a prática da denúncia, o que corrobora uma sociedade “desconfiada”, que está pronta para ver, na ação do outro, um mal em potencial. Esse tipo de discurso produz um inimigo ideológico, um inimigo que se aloja na família e que por isso é preciso combatê-lo.

Após a realização do I Fórum Nacional Antidrogas, realizado em novembro de 1998, a Secretaria Nacional Antidrogas e a Universidade de Brasília organizaram o curso ‘Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: diga sim à vida’ (CORRÊA 2002, p. 174).

Corrêa (2002) fez um estudo sobre os conteúdos e estratégias pedagógicas contidas em algumas cartilhas que supostamente se propõe a auxiliar na prevenção ao uso de drogas. A cartilha do curso citado surpreendeu o pesquisador em educação ao ver a proposta da instrução programada na cena educacional. De acordo com o autor,

Instrução programada é um conjunto de técnicas de ensino baseadas nas teorias da comunicação em que o aluno é encarado como um dispositivo receptor de informações input que processando-as pode devolvê-las ao meio, output; a análise da qualidade da informação processada permite avaliar a aprendizagem. Uma das novidades disso tudo são os materiais auto instrucionais, elaborados por programadores especializados, que segundo a lenda permitem ao aluno aprender conteúdos escolares sozinho, sem a intervenção do professor. Posta em marcha nos anos setenta, a instrução programada foi a panacéia pedagógica da Ditadura Militar, adquirida por preços altos com a celebração do acordo MEC/USAID, quando a educação pública passou a ser estratégia de segurança nacional (CORRÊA 2002, p. 180).

No que diz respeito à estratégia educacional do curso em questão, Corrêa (2002) afirma que

Enquanto os conteúdos eleitos para o programa seguem a já consolidada liturgia dos cursos de prevenção às drogas – definição de droga, classificação das mesmas (naturais, sintéticas, psicotrópicas, lícitas e ilícitas), classificação dos usuários (experimentador, recreativo, funcional e dependente), uma listagem das drogas, seus efeitos e estratégias de prevenção – a instrução

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

programada rediviva, causa a impressão de que o que importa aprender são os conteúdos expressos no programa, quando o que está se processando, é um amortecimento da capacidade de pensar e de querer, do exercício da vontade (p. 174 e 175).

A pesquisa do referido autor se ateve a materiais disponíveis no final dos anos 1990. Poderíamos pensar que a realidade educacional sobre drogas, deflagrada em seu estudo, já não corresponde às praticadas nos dias de hoje, uma década depois.

No entanto, Oliveira (2009) descreve uma situação escolar que atualiza as práticas educacionais sobre drogas em uma perspectiva proibicionista. O autor descreve uma palestra sobre drogas realizada por uma pedagoga, especialista em dependência química e mestre em psicologia, em uma escola municipal de Santa Maria/RS em junho de 2009.

A palestra foi proferida para duas turmas de estudantes da sétima série do ensino fundamental e teve como objetivo “desfazer mitos sobre as drogas” (2009, p. 114). Oliveira (2009) conta que no quadro-negro havia duas listas de drogas:

Na coluna da esquerda, as lícitas: cigarro, álcool, remédios, café, coca-cola, lixo. Na coluna da direita, as ilícitas: maconha, crack, cocaína, anfetaminas, merla, heroína, cogumelos. Entre as duas colunas, ao centro delas, estavam a palavra “morte”, “violência” e “doença”. A lista com essas drogas foi o eixo pelo qual se desenvolveu a palestra. [...] O cigarro foi o primeiro a ser abordado [...] falou que, ao se fumar pela primeira vez, o gosto do cigarro é ruim, ocasiona falta de ar e produz tosse. [...] em seguida, sua fala foi sobre o álcool, destacando os danos causados pelo uso abusivo. [...] sobre remédios também falou rapidamente. Explicou que tomar remédio sem necessidade faz mal. [...] sobre a coca-cola limitou-se a falar que seu uso em demasia causa dependência. Sobre lixo, falou das baterias e pilhas, que não devem ser jogadas fora, pois causam poluição. [...] passou, em seguida, a falar sobre o que chamou de drogas pesadas: as drogas ilícitas. [...] falou sobre os efeitos da maconha, que atua nos reflexos, deixando a pessoa mais lenta, sem saber o que esta fazendo. Sobre o crack [...] falou que o efeito era muito rápido, que a pessoa viciava fumando uma ou duas pedras. Falou que o crack [...] é a cocaína em estado bruto. [...] Sobre as anfetaminas, a merla, os cogumelos e a heroína apenas mencionou-as rápida e superficialmente, dizendo que são drogas proibidas: que a merla é um subproduto da cocaína, a heroína estava no mesmo grupo da cocaína, e que com os cogumelos faz-se chás (p. 114, 115 e 116).

Além da quebra desses “mitos”, o pesquisador destaca outro que a palestrante julga ter abordado em uma “perspectiva esclarecedora” sobre o uso de drogas, que é a idéia de traficante. Oliveira (2009) cita a fala da pedagoga: “Quem compra cigarro para os pais é traficante. Quem compra bebida é traficante” (p. 116). A palestrante usou o termo traficante para associar a compra de cigarros e álcool a algo horrível, buscando

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

produzir nos adolescentes um repúdio ao uso de álcool e tabaco dos pais. Nesse contexto, também incentivou que os adolescentes não comprassem tais substâncias para seus pais usarem. “Para que sua orientação seja seguida, a profissional também se utiliza de seu lugar como especialista sobre o assunto para, até mesmo, se sobrepor às ordens dos pais” (OLIVEIRA 2009, p. 117).

Uma outra cena dessa palestra merece ser salientada: a participação das duas professoras que acompanhavam a turma de estudantes.

Oliveira (2009) destaca que:

A postura e a participação dos docentes das duas turmas foram importantes ao policiamento dos alunos que atrapalhavam a palestra. Elas atuavam controlando-os. Um pediu para ir ao banheiro e a professora não deixou. Continuou conversando e ela pediu que ele saísse, se não quisesse assistir. Com outro aluno que conversava com os colegas, ela o chamou para que se sentasse ao seu lado. Elas não comentaram as colocações da palestrante. A preocupação era manter a ordem e suas intervenções eram nesse sentido. A forma como as professoras participaram era como se não tivessem com o que contribuir sobre o assunto (p.119).

Os cenários educacionais descritos alinham-se à estratégia de guerra às drogas e evidenciam a limitação das intervenções às perspectivas da criminalização, patologização e, conseqüentemente, à penalização e ao tratamento. Esse é o campo epistemológico predominante que caracteriza as práticas sobre drogas. Esse campo é produzido a partir de noções como bem e mal, saúde e doença, legal e ilegal, fundamentados a partir de uma lógica binária de interpretação do mundo.

Nas situações educacionais expostas, é possível perceber a ausência de práticas problematizadoras sobre a questão das drogas e seus usos. Ao contrário, o problema é o uso de drogas por si, que deve ser banido. A idéia é assustar o possível usuário, então se recorre ao famoso slogan: “droga mata”! No entanto, não são raras as ocasiões em que os adolescentes fumam um baseado, não morrem e, para completar, sentem-se muito bem com o efeito da erva. Arranjos como esse produzem um jogo hipócrita, em que um finge que sabe o que está falando, e o outro finge que acredita no que está sendo dito, contribuindo dessa forma para o silenciamento das questões que acompanham uma criança, um adolescente, um jovem ou mesmo um adulto no experimentar, descobrir um mundo do qual o uso de drogas faz parte.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Penso que as práticas educacionais sobre a questão das drogas, aliadas a uma noção proibicionista do uso das substâncias, não oferecem nem mesmo um conhecimento biofarmacológico sobre cada psicoativo, por exemplo, na palestra que Oliveira (2009) descreve, a pedagoga informou aos alunos que a heroína estava no mesmo grupo da cocaína.

Antonio Escohotado, considerado um dos maiores especialistas mundiais sobre drogas, defende a “ilustração farmacológica contra a barbárie farmacológica” (1997, p. 20). Nesse sentido, o pesquisador classifica as substâncias em três grupos: *apaziguadoras*, *estimulantes* e *alucinógenas*. As *apaziguadoras* causam sono e torpor. São o ópio e derivados (morfina, heroína e codeína), os opiáceos sintéticos (abarcam centenas de substâncias, dentre elas, a metadona), clorofórmio, éter e álcool. As *estimulantes* fomentam o entusiasmo e afastam a sonolência. São café, chá, cacau, guaraná, folha de coca, cocaína, crack, anfetaminas, cafeína. As *alucinógenas*, conforme o nome sugere, possibilitam visões ou alucinações, dependendo de cada contexto de uso. São maconha, haxixe, derivados do cânhamo, mescalina, LSD, cogumelos, ayahuasca, iboga, MDMA (ecstasy) entre outras (ESCOHOTADO, 1997).

Ora, ao estudar a obra de Escohotado, é possível saber que heroína é uma substância, na linguagem médica, depressora, enquanto cocaína é um composto com propriedades excitantes. O que as duas substâncias têm em comum é o interdito. Esse comentário sobre a palestra descrita por Oliveira (2009) é apenas para exemplificar que estratégias educacionais, como as descritas anteriormente, não cumprem o papel de uma educação sobre drogas, nem mesmo no nível mais elementar que seria a propriedade e efeito das substâncias.

O que essas práticas produzem é o estigma⁵ o medo e o preconceito em relação às pessoas que fazem uso de drogas. Constroem barreiras morais que separam os

⁵ Goffman (1963) define estigma como uma atributo depreciativo, que constitui uma linguagem de relações. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (p. 13).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

“sãos” e os “doentes”, os “honestos” e os “criminosos”. Com isso se autorizam a não suportar o *outro*, a não admitir estilos de vida diferente, a rotular quem não é seguidor da moral e dos “bons costumes”. Em contraposição, é comum que a pessoa rotulada se autorize a agir conforme o rótulo, no caso do uso de drogas, incorporando e acreditando no estereótipo de “drogado” que lhe foi atribuído. Velho (1998), em seu estudo, constatou que, muitas vezes, a concepção dominante do uso de drogas como um mal permeia o próprio entendimento da pessoa que faz uso de psicoativos, que vê, no seu ato, algo condenável.

A reprovação ao uso de algumas substâncias psicoativas instaurou duas instâncias: as práticas discursivas sobre drogas (saberes científico – médico, educacional, jurídico, etc.) e as práticas não discursivas (aprisionamento, medicalização, etc.). Essas instâncias sociais podem ser melhor entendidas a partir do trabalho de Michel Foucault.

2.3 Aproximações teórico-conceituais

Foucault (1987), em sua Arqueologia do Saber, afirma que essa não se limita ao discurso especificamente, mas o toma como “práticas que obedecem às regras” (p.159). O autor afirma que a análise arqueológica busca a co-relação dos discursos. Para isso volta o olhar ao contexto não discursivo em que o discurso funciona, ou seja, às instituições, às relações sociais, à conjuntura econômica e política. Mas, o autor ressalta que as relações entre essas práticas (discursivas e não-discursivas) não devem ser entendidas como causais ou continuidades culturais. O que Foucault defende é que um discurso deve ser analisado em relação ao contexto não-discursivo em que ele funciona.

Mais tarde, em sua fase genealógica, afirma que

as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, nos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm (2009, p. 119).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

É nesse contexto que o autor chega ao seu conceito de dispositivo (2004, p. 244):

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

É possível dizer que o dispositivo estabelece o nexo entre os elementos heterogêneos que fazem circular o poder; estabelece uma rede que atua sobre o corpo das pessoas e exerce o controle do discurso. Dessa forma, para o autor, o discursivo e o não-discursivo conformam as práticas⁶ que constituem o mundo concreto, o mundo do acontecimento, mundo mutável, contingente, provisório. Mas, ao mesmo tempo, um mundo perfilado por totalizações, produzidas a partir de um sistema de procedimentos ordenados que produzem, distribuem, fazem circular e regulamentam enunciados, o que permite, no âmbito desse trabalho, pensar em uma noção de ciência e produção de conhecimento científico.

Foucault (1978) diz que percepção e conhecimento são “modos” de saber, mas que as percepções “não podem ser descritas em termos de conhecimento. Elas se situam aquém dele, lá onde o saber ainda está próximo de seus gestos, de suas familiaridades, de suas primeiras palavras” (p. 446).

Em nosso mundo concreto, sabemos bem que percepções e conhecimentos ocupam lugares muito distintos e que há todo um sistema de procedimentos que busca

⁶ Neste trabalho, o termo práticas deve ser entendido como uma conformação dos aspectos discursivos e não-discursivos da vida em sociedade.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

o controle dos discursos, dominar suas aparições aleatórias e selecionar os sujeitos que falam (FOUCAULT 2005, p. 37). Em relação ao controle do discurso, Foucault (2005) manifesta que o sistema educacional pode ser entendido como um modo de ritualizar a palavra, qualificar e fixar papéis para as pessoas que falam, constituir um grupo doutrinário difuso, distribuir o discurso com seus poderes e saberes (p. 44). O trabalho analítico de Foucault (apud CASTRO 2009) não se ocupou do problema do sujeito que fala, mas sim de analisar “as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona” (p. 120). Olhar para a questão das drogas por meio da lente foucaultiana evidencia a conformação do não discursivo ao discursivo. Quando o uso de algumas substâncias passou a ser moralmente reprovável, o saber científico da medicina foi acionado e, com os detentores desse saber, várias tratativas corroboraram que o discurso proibicionista ganhasse fôlego.

As leis sobre a droga. Desde os acordos Estados Unidos-Turquia sobre as bases militares (ligados, em parte, à autorização para o cultivo do ópio) até o esquadrinhamento policial da rua Saint-André-des-Arts, o tráfico se desdobra numa espécie de tabuleiro de xadrez, com casas controladas e casas livres, casas proibidas e casas toleradas, casas permitidas a uns, proibidas a outros. Somente os pequenos peões são colocados e mantidos nas casas perigosas. Para os grandes lucros, a via está livre (FOUCAULT apud POL-DROIT, 2006, p. 51).

No contexto da proibição de algumas substâncias, o saber da medicina e o saber jurídico atuaram a serviço do aparelho de Estado, da norma e da lei. Os governos estadunidenses foram os grandes articuladores do acirramento ao controle, (primeiramente do ópio e seus derivados, posteriormente a cocaína) proposto com maior expressão na Conferência de Haia em 1912 (RODRIGUES 2003). Essas tratativas aconteciam em conferências internacionais, com a participação de governos de outros países importantes no cenário econômico do capitalismo, que não necessariamente concordavam com a proposta norte-americana. Nesse sentido, para “dar exemplo” aos países que não aceitavam a proposta, os Estados Unidos adequaram suas leis internas, tornando-as mais rígidas e, em 1914, foi aprovada a lei Harrison que “investia na proibição explícita de qualquer uso de psicoativos considerado sem finalidades médicas” (RODRIGUES 2003, p.30).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

A aprovação dessa lei serviu também para reforçar a perseguição aos grupos considerados perigosos por seus hábitos e sua pobreza. Dessa forma, negros, chineses, hispânicos e irlandeses, por serem associados às drogas que passaram à ilegalidade, foram alvos de ações policiais do Estado sob pretexto do combate ao tráfico (RODRIGUES 2003).

Em 1919 foi aprovada a lei seca que instituiu a proibição da produção, circulação, estocagem, importação, exportação e venda de bebidas alcoólicas em território estadunidense.

Rodrigues (2003) afirma que:

Até ser revogada em 1933, a lei Seca foi responsável pelo fortalecimento do crime nos Estados Unidos e pelo agigantamento das agências e da burocracia estatal. O consumo não recuou e, ademais, os estadunidenses foram expostos a bebidas muito mais nocivas à saúde, uma vez que eram fabricadas sem cuidados mínimos de higiene e escolha de matérias-primas (p. 33).

A revogação da Lei Seca não impediu o acirramento da proibição do uso de outras drogas. Na década de 1960, com as grandes transformações culturais, chamadas de contracultura, o uso de psicoativos assumiu uma expressão política como

[...] ato de sublevação contra a autoridade estatal e as pressões sociais conservadoras e, também, como atitude de autoconhecimento, de autogoverno e de exploração das potencialidades do corpo e da mente (RODRIGUES 2003, p. 40).

No contexto da contracultura, as substâncias mais usadas eram os alucinógenos, drogas como a maconha, a mescalina e LSD eram amplamente usadas e, “apesar de já serem regulamentadas por lei, essas drogas não haviam sido perseguidas pelas forças repressivas nos Estados Unidos” (RODRIGUES 2003, p. 40).

Essa situação não durou muito tempo, pois, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, essas substâncias, sob justificativa de inutilidade médica, passaram a ser amplamente perseguidas. Dessa forma, substâncias que eram usadas principalmente com finalidade lúdica ou hedonista foram lançadas no comércio ilegal. Essa manobra permitiu que as pessoas usuárias dessas drogas fossem alvo de violência pela polícia estatal (RODRIGUES 2003).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

No Brasil, a primeira lei que proibiu o uso não-médico de psicoativos foi aprovada em 1921 e, de lá para cá, percebemos um alinhamento à política de proibição inaugurada pelos Estados Unidos.

Foucault, em entrevista a *Pol-Droit* (2006), afirma que

Somente uma ficção pode fazer crer que as leis são feitas para serem acatadas, a polícia e os tribunais destinados a fazer com que sejam respeitadas. Somente uma ficção teórica pode nos levar a acreditar que aderimos, de uma vez por todas, as leis da sociedade à qual pertencemos. [...] O ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo organizou espaços protegidos e aproveitáveis, em que a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas (p. 50).

Mas, quando o poder público proíbe o uso de “drogas”, o que é que, supostamente, estaria tentando fazer? Estaria tentando proteger o sujeito que faz uso da substância, ou proteger os outros desse uso? Caso a resposta fosse a primeira opção, não deveriam, assim, ser proibidos inúmeros alimentos-droga? O que significa o fato de uma pessoa com diabetes comer açúcar? Ou uma pessoa hipertensa abusar do sal? E, se a resposta passasse para a segunda hipótese, não poderíamos pensar que todo ato implica algum prejuízo a terceiros? Até mesmo o ato de abrir um guarda-chuva pode ocasionar problemas com a saúde de terceiros.

O que vemos, no caso da proibição de algumas drogas, é um alinhamento de poderes e saberes, uma série de normas, leis e medidas administrativas que passaram a vigorar nos aparelhos Estatais. Um número infindável de congressos, seminários e palestras aconteceram (e ainda acontecem) como suporte às medidas administrativas. Também toda uma organização de ações de controle da produção, da circulação e do uso dessas substâncias passou a ganhar corpo na vida em sociedade.

Podemos pensar que esse controle é realizado pelas forças policiais, no entanto, no que diz respeito ao uso de algumas drogas que estão ilegais, não são somente os policiais que realizam o controle. Recorrentemente o sistema educacional, a família e a mídia têm importante papel no controle da circulação e uso das substâncias.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Foucault (2004) afirma que “Vários tipos de categorias profissionais vêm sendo convidadas a exercer funções policiais cada vez mais precisas: professores, psiquiatras, educadores de todo o tipo” (p. 74). Esse alargamento das práticas de controle ocorre de modo bastante sutil. Às vezes, uma palestra sobre drogas, embora “bem intencionada” produz um efeito de controle e repressão, assim como a mencionada por Oliveira (2009).

O discurso proibicionista é embasado no saber de uma ciência médica dominante. Uma medicina que

Encontra barreiras provenientes de preconceitos e constrangimentos relativos ao suposto caráter ‘supérfluo’ das narrativas que acompanham sinais e sintomas e diante da degradação da qualidade de vida nos grandes centros. O corpo como sede de emoções e vivências é substituído por um corpo mecânico, de uma biologia invariante; a saúde como expressão do andar a vida é substituída por uma normalidade cuja normatividade pertence às Ciências Naturais e não às vivências individuais e coletivas; a doença deixa de ser compreendida em seus sentidos de adoecimento para ser compreendida unicamente como história natural das patologias infecciosas ou não transmissíveis e, a terapêutica de construção das forças de afirmação da vida, passa a eliminação dos sinais e sintomas ou (re)encaixamento nos padrões de boa forma e beleza (CECCIM E CAVALHO 2006, p.158).

As práticas predominantes no campo da saúde apresentam dificuldade em incorporar à noção de saúde a dimensão subjetiva das pessoas que são acompanhadas ou atendidas nos serviços de saúde. O tratamento médico é prescrito e para isso raramente são contemplados os *modos de andar a vida* da pessoa em sua singularidade. Essa situação é produção de um regime de verdade que busca a totalização dos comportamentos. Mas, em relação ao tema drogas (assim como em praticamente todas as esferas da vida), é possível afirmar que não há uma verdade pura, mas sim uma constante produção de verdades, variando de acordo com os desejos, afetos e intensidades disponíveis num dado contexto. O que sabemos sobre as dimensões do “detalhe” e dos “encontros”, que existem na vida e entre o sujeito e a substância? Os discursos que totalizam “a verdade das drogas” ignoram o contexto em que o uso acontece, bem como a noção de prazer e as simbologias que o uso de drogas pode remeter para cada sujeito.

No que diz respeito ao uso de algumas drogas, as ciências da saúde, quando incorporam um discurso proibicionista, acabam, de alguma forma, produzindo uma

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

desqualificação dos *modos de andar a vida* de muitas pessoas que fazem uso das substâncias. Muitas vezes, quando falamos em uso de drogas, parece haver referência a um “outro distante”... Um outro tido como exótico, desviante e quase sempre perigoso. Esses discursos são constituídos a partir da noção de ‘drogado’ que, nas palavras de Velho (apud MACRAE; SIMÕES, 2000, p. 124):

[...] No caso do ‘drogado’, uma acusação, inicialmente restrita ao campo médico e moral, assume dimensões políticas. Além de ‘moralmente nocivo’, ameaçando assim os valores instituídos, ele seria presa das maquinações de forças estrangeiras que desejariam alcançar o controle do país através do domínio e do enfraquecimento da juventude. Assim, além de ser ‘doente mental’, o ‘drogado’ seria uma ameaça à família constituída, além de ser um parasita fugindo às suas obrigações e incapacitado para o trabalho.

Assim, faz-se oportuno pensar a questão da proibição de algumas drogas como possibilidade de controle dos corpos frente à moral etnocêntrica⁷ Lembrando Foucault (2004): “[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. [...] o corpo é uma realidade bio-política” (p.80).

Para MacRae e Simões (2000, p.125):

São freqüentes e notórios os casos em que o combate à droga tem sido usado como pretexto para reprimir indivíduos que incomodam os poderosos por outras razões menos confessáveis. Além de problematizações da droga e da sexualidade servirem ambas como portas de entrada para o controle dos corpos, outra semelhança os liga: ‘uma estranha conspiração de silêncio’ entre usuários de drogas convive com uma verdadeira explosão do discurso médico, psicológico, jurídico e penal sobre o assunto.

Os discursos predominantes sobre drogas no âmbito científico acontecem em sinergia com discursos do aparelho Estatal, especialmente o jurídico e policial. Assim, é possível afirmar que grande parte das práticas sociais, que emergem a partir da proibição de algumas drogas, tem como pano de fundo “modos de produção de pessoas”⁸, buscando não só a padronização dos corpos, como também das práticas e experiências. Os campos de produção do conhecimento têm negligenciado a dimensão

⁷ A expressão “moral etnocêntrica” é usada por Thiago Rodrigues na obra: “Narcotráfico – Uma guerra na guerra (2003)”.

⁸ Esta expressão é utilizada por Vargas no artigo “Drogas: armas ou ferramentas” (2003).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

do detalhe e do encontro que existe na vida, entre o sujeito e a substância. Passetti (1991) propõe que “o estudo sobre a droga exige, pois, um pensar intelectual que supere os limites colocados por uma consciência sã ou uma consciência louca, libertando-o da dicotomia que julga, prescreve e condena” (p. 82).

Considerando o que foi exposto, na próxima parte deste trabalho, trataremos das oficinas realizadas com os estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UFSM. Lembramos que o objetivo dessas atividades foi perceber que concepções sobre drogas circulavam entre os docentes em formação.

3 Eixo II – Os Discursos Sobre Drogas Na Formação Docente

**Não basta dizer: os conceitos se movem.
É preciso ainda construir conceitos capazes de movimentos intelectuais.
(Gilles Deleuze)**

Neste eixo, será apresentado o processo de pesquisa por meio das oficinas e tecidas algumas reflexões sobre as concepções sobre drogas que circularam nos encontros com jovens estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas da UFSM, assim como sobre algumas concepções que envolvem o processo de formação docente.

No mês de março de 2008, ingressei no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Logo no início, em função da saída de minha professora orientadora para o pós-doutorado, tivemos que pensar e organizar o processo de coleta de dados para a pesquisa a que estávamos nos propondo a realizar. Inseridas na linha de pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, tínhamos como objetivo perceber que concepções sobre drogas circulavam entre um grupo de estudantes de licenciatura. Para nós, a questão do uso de drogas era um assunto importante a ser debatido, pois sabíamos o quanto os licenciandos iriam se deparar com esse tema durante o estágio e mesmo no exercício da docência, uma vez que o uso de drogas é um fenômeno recorrente em nossa sociedade. Ou seja, independente do uso ser considerado legal ou ilegal, as pessoas usam drogas.

Esse processo provocou inúmeros desassossegos. Considerava muito precipitado me envolver com a coleta de dados para a pesquisa logo no início do curso, estava insegura em relação ao planejamento das oficinas. Ao mesmo tempo, percebia o quanto era importante realizar o processo com a presença da professora orientadora desse trabalho. Conseguimos planejar cinco atividades que chamamos de oficinas para

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

serem desenvolvidas junto a uma turma de estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas.

A escolha pelos estudantes do curso de licenciatura em biologia caracterizou-se como uma tentativa de “unir o útil ao agradável”, pois minha orientadora, naquele semestre, ministrava a disciplina de Estágios do Ensino Médio I. Nesse sentido, poderíamos utilizar algum tempo da disciplina durante o período letivo.

Chamamos as atividades que estávamos propondo de oficinas devido à “possibilidade que oicineiro tem de eleger livremente seus temas de estudo, suas fontes de pesquisa (...) e de pôr-se à disposição para ensinar o que sabe e também aprender o que os outros sabem” (CORRÊA 2000 p. 102).

Corrêa (2000) afirma que

Busca-se ainda, na oficina, a quebra de um outro tipo de hierarquias que não a burocrática – que distribui as pessoas em funções fixas, em decorrência de cargos que assumem, de bens que acumulam ou de diplomas que detêm -, mas sim uma hierarquia do conhecimento. Tal hierarquia é corolária da hierarquia do tipo burocrática e se dá, muitas vezes, pela detenção de um discurso especializado que justifica a maior importância de quem o profere em relação aos outros (2000, p. 122).

Foi com esse espírito que, no período de abril a julho de 2008, realizamos cinco encontros com os estudantes já citados.

3.1 A primeira oficina

No primeiro encontro, havia aproximadamente 15 pessoas no auditório do Centro de Educação, local reservado para essa atividade. Com os estudantes dispostos em fileiras, apresentamos o tema de estudo e o cronograma das atividades. Após, passamos à exibição do filme *Tropa de Elite*.

Tropa de Elite é um filme brasileiro, realizado por José Padilha, lançado em 2007. Aborda a questão da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, produzida a partir do tráfico de drogas e a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. O filme traz para a conversa a questão

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

do uso de drogas associado ao tráfico dessas substâncias, a corrupção e atuação violenta de policiais. Mostra o quanto esse tripé alimenta a violência urbana. Aborda também as práticas de tortura dos policiais frente aos traficantes ou à população pobre, moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Tropa de Elite foi amplamente discutido na sociedade. Revistas como “VEJA” e “ISTO É” publicaram matérias sobre o filme. Embora o diretor, em inúmeras entrevistas, tenha declarado que Tropa de Elite era uma crítica contra a violência e a tortura, não um suporte à violência policial, o efeito do filme ao conjunto da sociedade foi a reafirmação das ações policiais e, em alguns casos, a transformação dos homens do BOPE a “heróis nacionais”.

Enquanto para algumas pessoas o filme atualizou a insanidade da proibição de algumas drogas e sua relação direta com a expansão da violência, para muitas outras reafirmou positivamente a atuação das tropas de elite das polícias militares e naturalizou a atuação violenta dessa instituição em comunidades onde o tráfico está inserido. O filme transitou pela ilegalidade, pois antes do lançamento foi alvo de pirataria. Isso parece tê-lo colocado numa curiosa referência àquilo de que sua história tratou. Gerou muita polêmica no ano em que foi lançado, fazendo com que fosse um dos filmes brasileiros mais comentados da história⁹.

Nossa motivação para trabalhar com esse filme veio das opiniões divergentes que ganhavam amplitude aos nossos ouvidos: predominantemente, nos veículos de comunicação, a opinião que ressoava era a de que é preciso intensificar a captura de traficantes e sensibilizar os jovens da classe média para não financiarem o tráfico, ou seja, não fazer uso de drogas ilegais. Uma outra opinião que circulava em redes menores consistia em apontar que, nos caso do uso de drogas ilegais, o grande número de mortes não está relacionado com overdose, e sim com a ação violenta dos

⁹ Segundo o Instituto de Pesquisa Pertencente ao Grupo Folha – DATAFOLHA – 77% dos moradores da cidade de São Paulo conheciam o filme.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

policiais nas comunidades onde o tráfico está inserido. Que a corrupção policial, o tráfico de armas e o extermínio da população pobre eram os grandes problemas sociais apontados pelo filme.

Nesse cenário, consideramos importante saber o que os estudantes universitários concebiam sobre o filme e em que outras práticas discursivas suas percepções sobre o filme se conectavam. Após a exibição do Tropa de Elite, pedimos que cada estudante escrevesse em um papel suas impressões sobre o filme. Recebemos 13 escritos com as seguintes opiniões:

Pessoas com oportunidade, tendo nível de educação superior acabam contribuindo para a violência que pode atingir sua família a qualquer hora.

Única forma de conter a violência é com violência, talvez a educação não faça direito seu papel.

- Justiça alternativa
- Baseado em um sistema social falido
- O filme comprova como o problema é muito mais complexo do que se imagina quando buscamos soluções para o narcotráfico.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Eu não tenho palavras, adjetivos, verbos, substantivos, eu não tenho a menor idéia de como devo qualificar o filme.

Tentei já que essa é a segunda vez que assisto, me preocupar em analisar a direção geral, a direção de arte, a fotografia, os atores principais e coadjuvantes, procurando arte que justifique a premiação dada ao filme "Tropa de Elite" no tão importante e consagrado festival de Berlin. No entanto só me salta aos olhos o que eu tenho que engolir sem nem reclamar, sem poder fazer nada a não ser vomitar a minha indignação, a minha opinião (que certamente, pelo que já percebi ao meu redor) é da minoria.

Eu só tive olhos para o roteiro, para a história, para a realidade que é essa e que não tenho como mudar.

A realidade que muitos justificam como necessária, como única alternativa. A tortura, a humilhação, a falta de humildade. Teria muito mais a dizer, mas como disse no início, não encontro palavras. O que sinto agora não pode ser expresso através delas.

Não ainda.

Quem mantém a paz no morro?

Achei o filme emocionante, apesar de muito violento. Mas também, no quesito violência, e baseada no que assistimos na televisão, as manchetes, notícias e jornais, imagino que a violência seja real. O filme desperta o espírito de justiça (em determinados momentos) e emociona durante quase todo tempo. Na verdade, algumas cenas que vi como crianças negras fumando maconha, prostituição, essas coisas eu já vi acontecer na frente da minha casa, o que torna para mim o filme mais verídico ainda.

Apesar do filme ter sido muito interessante, devido à violência e demonstrar a realidade do Rio, acho que a situação é triste e bastante desanimadora, e, logo após assistir ao filme, fico pensando sobre o tema por muitas horas. Afinal, a situação é drástica no Rio de Janeiro.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

O filme retrata a violência diária no Rio de Janeiro. Violência a qual é recorte principalmente do uso e da venda ilegal de drogas. Norteadando esse tráfico ilegal de drogas temos a presença de policiais corruptos que acabam associando-se aos traficantes para realizarem a famosa “troca de favores”. Entretanto, nós sabemos da existência de policiais honestos que trabalham com dignidade e procuram realizar as coisas da melhor forma possível.

O filme também nos leva a pensar sobre a necessidade cada vez mais urgente da criação de políticas públicas de segurança e também da educação para classes de baixa renda. Enfim, é o mais puro retrato da atualidade brasileira e que deve de forma urgente ser solucionada, pois ninguém mais quer viver nesse mundo de guerra e injustiça.

Chega de discursos pomposos, devemos agir e resolver essa situação.

O filme “Tropa de Elite” é extremamente violento. Fiquei muito impressionado quando mulheres e crianças são agredidas. Entretanto, mesmo tendo conhecimento e sabendo dos direitos humanos eu não fico comovida quando o BOPE mata bandido.

Para mim, sinceramente, policial tem que ser honesto e ir para guerra mesmo. Não há mais controle sobre as favelas. Eu fico pensando o que fazer. Fico chateado, não gosto de ver as coisas horríveis que acontecem.

Sei que o mais correto seria eu pensar em recuperar os traficantes, mas sinceramente, CANSEI. Chega de corrupção, é gente querendo se dar bem toda hora! Eu quero muito ser uma professora que faça diferença. Nem para isso eu tenha que dar aula em uma região violenta, dependendo da situação.

O filme é extremamente violento, mas mostra a verdade, policiais corruptos e outros (minorias) que tentam fazer a diferença.

Enquanto que a mídia e a minoria dos filmes e seriados retratam o traficante como vítima da sociedade (uma espécie de determinismo do meio) este filme mostra “o outro lado da moeda”, tanto por demonstrar que bandido é bandido por opção, e não unicamente por pressão social, tanto por expor as dificuldades do combate ao crime dentro da própria polícia.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

O filme mostra uma realidade que muitas vezes, nem conseguimos imaginar que isso possa acontecer diariamente e bem próximo de gente. Quando conseguimos imaginar que isso é real simplesmente não damos a devida atenção como se isso já tivesse virado um acontecimento do dia-a-dia. Ele mostra que se a polícia realmente quisesse diminuir consideravelmente a violência seria possível, mas ao mesmo tempo não devemos tratar essa Instituição, o BOPE, como heróis porque se eles realmente fossem não existiria mais violência em nosso País.

Impactante. Traz a real face (ou faces) do tráfico de drogas no Brasil. Mostra a corrupção escrachada que está entranhada na polícia, a qual deveria proteger a sociedade civil. Ótimo filme.

O filme retrata a realidade brasileira, desde situação econômica da maioria da população, mas principalmente a falta de ética, e a corrupção encontrada na maioria dos lugares (ex: polícia).

E aqueles que tentam mostrar a diferença e que a ética é possível que sofrem preconceito e dificilmente são reconhecidos.

Também o uso indiscriminado de drogas desde as menores faixas etárias, que vem crescendo cada vez mais.

O filme retrata a realidade da polícia civil do Brasil... Alguns amando e sendo fiéis ao que fazem, combatendo realmente o crime, e outros como sempre corruptos e apoiando o crime.

O BOPE, em minha opinião seria um início de solução para a criminalidade.

Ele é bastante impactante... Violento... Talvez não sendo a melhor forma de "educação", mas para resolver a criminalidade seria o ideal!

Tudo tem que ser ao extremo, até o combate a violência, pois o tráfico não para de crescer!!

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Eu gostei do filme, acho uma crítica muito pontual e pertinente uma relação ao financiamento do tráfico e à corrupção da polícia.

Acredito claro, que não é um filme que tu possas apresentar para todos os tipos de público, mas acho que o que tem para ser mostrado está ali e não precisa de rodeios, tem que ser o mais realista possível assim como está sendo mostrado.

Tenho só mais duas observações a fazer, achei muito impactante a imagem de pessoas usuárias na ONG, e isso pode levar à formação de idéias erradas. Outra coisa que eu achei é que o “herói” deveria ser mais “politicamente correto” em termos de linguajar e na relação com a mulher, pois o filme por incrível que pareça forma opiniões e idéias e nessa postura o que tem a acrescentar um herói que

(justificadamente mata no filme mas) tem postura agressiva com a mulher?

Uma realidade apavorante. Uma ficção fascinante. Medo de estar e fazer parte disso. As impressões são muitas, mostra a questão do tráfico, da violência por um outro ângulo, que muitas vezes não é levado em conta. É complicado formar uma opinião, sempre falta à visão do outro lado, dos moradores, dos traficantes.

Os escritos sobre o filme *Tropa de Elite* sugerem que a maioria desses estudantes universitários o concebeu como uma justificativa para a ação dos policiais. Embora seus escritos demonstrem alguma sensibilidade em relação à situação das pessoas vítimas da violência exposta no filme, a grande maioria parece acreditar que não existe alternativa a não ser a morte dos traficantes. Dessa forma, em relação ao tema do filme, para esses estudantes parece prevalecer a asserção da opinião pública, qual seja, a de que traficante tem que ir para a cadeia, se isso não for possível, é aceitável que esses “bandidos” sejam mortos por policiais que trabalham para *defender e proteger a ordem social*.

Gilberto Velho, em entrevista a Maurício Fiore (2008), afirma que

O que as pessoas confundem, às vezes porque querem confundir, que não é a droga em si que produz a violência e a criminalidade; existe uma máquina, um sistema criminoso, dividido e fragmentado – não sabemos como e quanto, o grau de coordenação do tráfico de drogas, pouca gente realmente sabe – e também porque esse tráfico de drogas e armas só é possível com

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

algum tipo de cumplicidade do aparelho de Estado, ou seja, basicamente setores importantes da polícia. Quer dizer, grande parte da polícia é corrupta (p. 131).

A opinião predominante dos jovens universitários em relação ao filme parece fazer referência a essa confusão que Velho demonstra. Talvez essa *confusão* no modo como os universitários conceberam o tema do filme tenha alguma relação com suas experiências de vida. Não é possível esquecer que “a maior máquina contemporânea de produção de subjetividades, a televisão, configurou o imaginário cultural de uma geração com familiaridade doméstica com a imagem em movimento” (CARNEIRO 2008, p. 77).

O que quero dizer com isso é que antes desses jovens, com aproximadamente 20 anos, ingressarem na universidade ou mesmo na escola, provavelmente a televisão já estava incorporada ao cotidiano de cada um. Não é preciso ser grande telespectador de programas televisivos para saber que, salvo raras exceções, muitos desenhos infantis tratam da luta do bem contra o mal, que “os do mal” são mortos pelos “do bem” que lutam para salvar a sociedade de *forças terríveis*. Os telejornais cotidianamente mostram os *horrores* praticados por bandidos e criminosos e a *incansável* ação policial para capturar e conter os *desestabilizadores da ordem social*. Nesse sentido, produzem e retroalimentam o desejo da sociedade de ver mais policiais nas ruas e mais prisões para depositar os bandidos e criminosos. Nos anos 1990, fenômenos televisivos como Programa do Ratinho, entre outros, contribuíram para que o desejo de confinamento e repressão policial se tornasse a tônica da sociedade brasileira.

A partir desse contexto, é possível entender como muitos jovens universitários, após assistirem ao filme Tropa de Elite, defendem a ação policial, a repressão e a punição como soluções eficazes para combater o tráfico de drogas.

3.2 A segunda oficina

O segundo encontro foi realizado quinze dias após o primeiro. Essa ocasião foi além da primeira conversa propriamente com os estudantes (pois na primeira atividade, apenas passamos o filme e pedimos por escrito suas impressões), a primeira atividade

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

registrada com equipamento audiovisual. A sala que havíamos reservado para os próximos encontros era relativamente grande (aproximadamente 24 metros quadrados).

Por volta das 14h, os estudantes começaram a chegar e se acomodar. Demoramos aproximadamente 40 minutos para iniciar a atividade que contou com a participação de 15 pessoas, das quais 2 eram rapazes. Apenas um casal aparentava ter mais de 22 anos, os demais, provavelmente, tinham entre 19 e 22 anos. Nessa turma, não havia nenhuma pessoa negra e também, aparentemente, nenhum estudante pertencente às camadas mais populares da sociedade, todos se vestiam como jovens da classe média.

A configuração espacial da sala ficou da seguinte forma: 6 pessoas em cada base maior do retângulo, 3 em uma base menor e, do lado oposto, eu, em uma mesa. A proposta da atividade era que os estudantes se reunissem em duplas. Cada dupla recebeu uma cartolina rosa um pouco maior que uma folha A4, em que estavam fixados dois tipos de texto: um era a opinião de um colega sobre o filme *Tropa de Elite* (que havia sido redigido no encontro anterior após a exibição do filme), o outro era um texto extraído de alguma revista ou jornal sobre a questão das drogas. Ao reunir os textos, buscamos colocar opiniões em divergência, para que cada estudante tivesse mais elementos para a reflexão. Após a leitura, cada dupla deveria compartilhar o que achou interessante e as reflexões que fez a partir dos textos.

A primeira dupla a se manifestar era composta de duas moças. Elas falaram que um dos textos que leram era sobre um filme chamado “Meu nome não é Jonhy”, produzido a partir de uma história real que primeiro foi publicada em forma de livro. O filme conta a história de um rapaz de classe média carioca que traficou drogas durante algum tempo, tendo sido, inclusive, preso. Após ter se submetido a tratamento, consegue, com a ajuda de amigos e familiares, reorganizar sua vida e achando na música a possibilidade de desenvolver seus talentos, atualmente é compositor. A questão feita para o autor do livro que virou filme era se a história contada no filme não poderia glamurizar o tráfico e influenciar jovens. O autor respondeu que “se ficarmos

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

achando que temos que dizer o que é certo e o que é errado para a juventude, eles vão ficar mais despreparados e não vão exercitar o poder de decisão que têm”.

Uma das estudantes segue sua narrativa sobre o texto:

Ele colocou como se fosse num bloco só, tanto quem fuma maconha como quem cheira cocaína. Seria o mesmo que um trabalhador que chega em casa e toma um copo de vinho, por exemplo, ou aquele que bebe uma pinga de vez em quando. A idéia dele é que a proibição, um basta às drogas é uma das maiores ilusões de nosso tempo. Ele também afirma que, não adianta proibir que as drogas vão continuar existindo. Proibir seria como que tapar o sol com a peneira, deixar no submundo e não encarar o problema de frente. Mais no fim ele fala de outros livros que ele esta escrevendo, um é sobre a política e outro sobre a Amazônia... Foge um pouco da coisa da droga.

Perguntei qual a opinião delas sobre o que leram, responderam que é difícil ter uma opinião, que é uma coisa distante para elas. Que combater o tráfico com violência parece meio desumano, mas por outro lado os traficantes também são. O mais complicado para elas era pensar a questão social, de todas as pessoas envolvidas com o tráfico, principalmente das crianças. Que essa questão do uso, se causa dependência ou não, se isso faz mal para saúde ou não, parecia menos complicada em relação à questão social.

Nenhum colega quis comentar a exposição da primeira dupla. Passamos para a próxima dupla, também formada por duas jovens. A reportagem que elas comentaram abordava o uso de drogas antidepressivas. Dizia que essas substâncias liberadas no mercado e indicadas por médicos causam dependência e podem levar à morte. Mencionava o caso de um ator que teria morrido de overdose pelo uso de remédios antidepressivos. Ele tomava regularmente as drogas, a morte não foi por um excesso, ele não resolveu se suicidar. A reportagem salientou o poder de causar dependência dos medicamentos.

Uma das moças manifestou sua opinião:

Mesmo pessoas que tem instrução, que tem ensino, acabam financiando o tráfico. A gente acaba questionando: se liberasse, se todas as drogas fossem lícitas, será que teria tamanha violência? Por que se formos analisar, os medicamentos são liberados, mas podem levar a morte se usados em excesso. Só que não geram a violência que as proibidas geram. E o efeito delas, pelo que a gente leu nas reportagens, é praticamente o mesmo, porque elas podem causar dependência, como a gente tava falando aqui. As pessoas usam porque ficam tristes, o excesso de problemas,

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

isso é um alívio pra elas, então, na verdade, é um conceito de droga, né. Acho que é basicamente o que falei, se liberasse não causaria tamanha violência... Poderiam ser criados mecanismos para essa liberação, como é feito com os remédios. Sei lá, algum controle, ou alguma coisa em cima disso, não sei bem o que, mas eu acho que proibir não é a melhor opção.

Nesse momento, uma universitária que não estava em nenhuma das duplas anteriores se manifestou:

Fazendo uma comparação entre medicamentos, que são todas drogas, álcool e fumo, que são vendidos legalmente. No caso dos remédios, eles são utilizados quando a pessoa já está em um estado ruim, tá meio depressiva, o uso dessa droga, seria com o objetivo de amenizar o sofrimento. Já o cigarro e o álcool, a pessoa começa a usar quando está bem, e ela passa a piorar porque daí começa vício, começa complicações na vida dela. Então comparando medicamento com álcool e fumo, todos dão rios de dinheiro às empresas, mas as empresas de álcool e fumo estariam fazendo uma coisa pior, uma ação pior do que as de medicamentos... Não sei se vocês entenderam essa minha colocação? O remédio é para remediar, já o álcool e o cigarro não... As pessoas começam a fumar e a beber não por um motivo específico... Não porque estão doentes, mal, depressivas. E elas passam a ficar assim com o uso dessas drogas...

Uma outra colega disse:

A minha opinião é uma opinião particular. Eu acho que a gente tem que olhar com o mesmo olhar para as drogas de farmácia quanto para cigarro e bebida. Eu acho que, em geral, quem procura droga, tá procurando uma cura. Talvez não exatamente a cura definida pelos médicos, mas é uma cura, uma fuga. Todos nós eu acho que precisamos de fugas sabe, eu acho que a droga ela é presente na nossa vida, todos os tipos de drogas... Não necessariamente todas para todas as pessoas, mas algum tipo para cada pessoa, a gente precisa, sabe. Então, eu acho que dá para comparar sim as drogas de farmácia com os outros tipos de drogas, com a maconha, com a cocaína, com o êxtase, sabe... Sei lá, até com o consumismo, com o excesso de roupa, de sapato sabe.

Nesse momento, vários estudantes quiseram falar. A maioria não aceitava a opinião da colega. Mas a conversa ficou entre a dupla que apresentou a última reportagem e as duas jovens que haviam se manifestado espontaneamente. Porém, todos os estudantes ficaram prestando a atenção no que cada uma dizia, que basicamente tratava de distinguir medicamento de cigarro, bebida e outras drogas ilegais. Essa discussão durou aproximadamente 10 minutos. Em seguida a terceira dupla, também formada por duas jovens, começou a comentar o texto lido.

A reportagem tratava de uma ação conjunta da polícia civil e militar com apoio da força nacional de segurança, que consistiu em uma tentativa de combate ao tráfico de drogas no Morro do Alemão, uma favela da cidade do Rio de Janeiro. A manchete da reportagem era “polícia mata pelo menos 13 em favela”, mas, no decorrer do texto,

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

mostrava a divergência das informações em relação ao número de mortes e de quem foi morto. Enquanto a polícia dizia que todas as pessoas mortas eram bandidas, os moradores afirmavam que pessoas moradoras da favela, sem nada a ver com o tráfico e criminalidade, também foram mortas. Já em relação ao número de mortos, apesar da informação oficial da polícia ter sido de 13 pessoas, há quem diga que foram mortas mais de 30 pessoas.

Uma das jovens leu um trecho da reportagem:

Sobre as vítimas dos tiroteios no morro do alemão, Beltrame¹⁰ disse se tratar de um remédio amargo. Às 18h de ontem o secretário chegou a confirmar que o saldo de mortes chegava a 18 pessoas. Duas horas depois, Beltrame voltou atrás e disse que o saldo era de 13 mortos, todos criminosos.

A universitária indignada comenta o que leu:

Aí o secretário fala que essa é uma solução que não é boa, mas que é necessária. Ele mesmo intitulou que é um remédio amargo. Que é a única solução! Particularmente foi nesse trecho que eu mais me detive... Porque eu acho que é só nessa situação que é um remédio amargo, entende? A sociedade trata como se a única solução para o tráfico fosse a morte de não sei quantas pessoas. Acham que é necessário sair atirando nas pessoas da favela, recolhendo drogas e tudo mais, mas é porque é na favela! Eu acho que o principal motivo desses tiroteios é a discriminação com a população menos favorecida. Porque eu faço a ligação com os políticos corruptos e a corrupção que a gente sabe que existe e, agora mais do que nunca, é abordada e discutida nessas CPI's. Qual é a única opção para essa corrupção? Para essa corrupção a única solução é ficar discutindo, não prender ninguém, não atirar em ninguém, não matar ninguém sabe, é não tomar nenhum outro tipo de postura... Por quê? Porque é político, é o topo, a elite da sociedade, então neles não pode sair atirando, essa não pode ser a opção, essa não é uma opção! Na favela pode! Na favela pode matar! Na favela a única opção é essa! É isso que mais me revolta.

Novamente a discussão esquentou e várias pessoas quiseram falar. A outra menina dessa dupla disse achar esses tiroteios uma situação muito triste, mas acreditava ser como o secretário havia falado: um remédio amargo. Também falou que o ideal era entrar a educação nesses morros, mas lá quem mandava eram os traficantes, que era sabido que essas pessoas, os traficantes, não queriam nenhum tipo de educação no morro, a não ser na que eles acreditavam.

¹⁰ José Mariano Beltrame é um policial federal que desde o ano de 2007 ocupa o cargo de Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Nesse momento, um rapaz pediu a palavra e expôs sua opinião:

É que no Rio é uma situação peculiar, se vocês forem ver o Cristo Redentor eles mostram sempre de um lado, mas do outro lado do cristo é um favelão gigantesco... Todas as novelas mostram apenas um lado do cristo redentor, mostram Copacabana e tal, o outro lado é só favelão. Entre o Morro do Alemão e a outra favela lá, mora só os ricos, é Xuxa, é Ana Maria Braga, é só os ricos entendeu? Então quando a polícia invade o morro, eles não estão nem aí se o povo vai morrer ou não. Eles vão lá porque está pegando bala perdida nos ricos. Quando não chega bala perdida nos ricos, os pobres da favela que se ralem. Mas se está pegando bala na mansão da Ana Maria Braga, os policiais entram no morro e matam. O negócio deles é número, não interessa se eles mataram traficantes ou não, vão lá pegam 30 ou 40 e saem festejando Êêêêê! Óh polícia combateu o crime. Mas não é bem assim que funciona, o negócio para eles é número, vão lá pegam 30 ou 40 atiram numa vala e já era. Esse o combate ao crime deles. E é assim: o rico a favela, o rico a favela, é assim. O Rio de Janeiro é assim, lá eles não vão nem aí para os pobres, a polícia quer saber de número e matar. Ai vem os caras lá da secretaria de segurança e dizem que vão combater o crime. Para isso montam aquela operação que montaram há pouco, largam os policiais dentro de um galpão, e dizem agora vocês vão fazer o seguinte, vão lá e matem uns quantos, e é isso. A televisão não mostra nem a metade do que acontece lá.

A turma ficou agitada, falavam uns com os outros. Pedi para se acalmarem e deixarem as outras duplas apresentarem suas leituras e reflexões. Uma das estudantes da dupla anterior falou que achava interessante no filme Tropa de Elite a questão do usuário que financia o tráfico, não sendo apenas os traficantes os responsáveis pelo tráfico de drogas, mas também as pessoas que fazem uso. Disse nunca ter parado para pensar sobre isso e que gostou dessa abordagem do filme.

Nesse momento, o estudante que havia falado sobre a situação no Rio de Janeiro, começou a falar sobre o texto lido por sua dupla: uma reportagem que aborda a opinião do repórter Caco Barcellos em relação à atuação dos policiais. A chamada era: “para o repórter Caco Barcellos, ações violentas das polícias só atingem a população pobre”. Repórter da Rede Globo, desde 1985, Caco publicou dois livros: “Rota 66”, uma denuncia da atuação da tropa de elite da Polícia do Estado de São Paulo, e “O Acusado”, sobre a formação de uma quadrilha no morro Dona Marta no Rio de Janeiro. Nessa reportagem, Caco fala um pouco sobre suas aprendizagens durante os processos investigativos para a escrita dos livros e diz que, em geral, a polícia militar tem como alvo a população pobre.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

A estudante dessa dupla falou um pouco sobre o fato de o repórter Caco Barcellos ter sido pobre e ter experimentado “na pele” a atuação dos policiais militares da cidade de Porto Alegre. Logo em seguida ela argumenta:

Eu não sou a favor de invasão da polícia, só que uma das coisas que também me revolta é o outro lado. Eu não tenho policial na família, mas penso que quando acontece um extermínio na favela, a sociedade faz toda uma fala de direito humanos. Policiais também são mortos pelos traficantes, só que nesses casos os direitos humanos não são contemplados. As pessoas colocam como vítimas só os moradores da favela. Só que o policial, não tô dizendo se é corrupto ou não, o policial está ali como trabalhador, e ele também é assassinado. Me revolta essa outra situação. Não concordo com esse tipo de invasão, mas o policial é um trabalhador, ele tem que seguir o que o superior manda. Daí esse trabalhador é morto pelos traficantes.

Algumas pessoas falam entre si e a próxima dupla expôs sua leitura. Um texto sobre alguns turistas brasileiros na Copa do Mundo na Alemanha e conheceram um bar onde se podia fumar maconha. A turma ficou agitada. Falaram que na Europa é diferente, não tem a pobreza do Brasil, que em nosso país não adianta liberar, pois tem outros problemas mais graves.

Uma das estudantes dessa dupla demonstrava estar enfadada com aquela conversa. Com um tom de voz áspero, disse que a questão da droga já tinha chegado a um ponto que se legalizassem não iria piorar. Outro jovem, que ainda não havia falado, argumentou que, mesmo legalizando, o tráfico e a ilegalidade não iriam terminar, pois os sistemas clandestinos continuariam operando. A conversa seguiu nesse tom por mais alguns minutos até que o rapaz que havia falado sobre a situação do Rio de Janeiro novamente manifestou sua opinião: “Isso é que nem desemprego, sempre vai existir. Miséria sempre vai existir. Libera, vai continuar o comércio ilegal, sempre vai ter o tráfico, a polícia vai continuar subindo no morro para matar pobre”.

Uma das universitárias que havia apresentado a última reportagem muda o teor da conversa, problematiza a questão de quem usa, de quem sabe que faz mal e usa e assim financia o tráfico. Para ela quem usa drogas não está nem aí para o fato de fazer mal ou não, e que a sociedade precisa tratar de forma mais realista essa questão.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Nesse momento, outra colega diz não suportar pessoas que sabem o mal causado pelas substâncias e, ainda assim, continuam a usar. Expõe, como exemplo, pessoas que entram na justiça contra fábricas de cigarro. Argumenta:

Por acaso a Souza Cruz foi lá e meteu um cigarro na boca da criatura? Não, o cara foi lá e comprou, então acho completamente sem nexos a pessoa depois processar a empresa por causa disso. Não, tu sabes! Tu estavas ciente que isso iria acontecer então agora paga com a dor, agora morre ué (risos).

A estudante parece desconhecer as estratégias publicitárias das indústrias produtoras de tabaco, ao associarem, por muitos anos, o ato de fumar a pessoas ousadas, com estilo, que fazem o que querem. Parece desconsiderar o investimento subjetivo que faz circular a vontade de fumar.

Uma outra estudante não gostou da opinião da colega sobre as pessoas que fumam e processam as indústrias de tabaco. Disse que se fosse essa a lógica de pensamento, deveríamos então deixar todo mundo se ralar, deixar o sistema capitalista detonar as pessoas.

Os estudantes outra vez começam a conversar uns com os outros. Intercedi para dar a palavra à próxima dupla formada por duas jovens.

Pela primeira vez nessa tarde, o foco da leitura e reflexão não foi a reportagem, e sim o texto de uma estudante com suas impressões sobre o filme *Tropa de Elite*:

Eu não tenho palavras, adjetivos, verbos, substantivos, eu não tenho a menor idéia de como devo qualificar o filme. Tentei já que essa é a segunda vez que assisto, me preocupar em analisar a direção geral, a direção de arte, a fotografia, os atores principais e coadjuvantes, procurando arte que justifique a premiação concedida ao filme 'Tropa de Elite', no tão importante e consagrado festival de Berlim. No entanto, só tive direcionamento para aquilo que me salta aos olhos, que eu tenho que engolir sem reclamar, sem poder fazer nada a não ser vomitar a minha indignação, a minha opinião (que certamente, pelo que já percebi ao meu redor) é da minoria. Eu só tive olhos para o roteiro, para a história, para a realidade que é essa e que não tenho como mudar. A realidade que muitos justificam como necessária, como única alternativa. A tortura, a humilhação, a falta de humildade. Teria muito mais a dizer, mas como disse no início, não encontro palavras. O que sinto agora não pode ser expresso através delas. Não ainda.

Este comentário poderia render uma série de questionamentos. No entanto, a discussão foi quase um monólogo de uma estudante que começou a dar *uma aula* sobre cinema. Se dizia muito entendida sobre a sétima arte. Depois dessa análise da

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

película Tropa de Elite em seus atributos técnicos, outra dupla pediu para apresentar sua leitura:

A gente discutiu e achou duas soluções. Aqui fala de uma reportagem com a manchete: “ocupação de favela já causou 38 mortes”. A gente achou duas soluções básicas, que uma cobre a nossa opinião e a outra cobre a realidade. A que cobre a realidade é o seguinte: já que o tráfico não vai ser legalizado, tem que haver um combate massivo, e, se o tráfico for legalizado, que seria a nossa opinião, teria que ter toda uma modificação, mas não em termos sociais por que a pessoa, o trabalhador que desce o morro, ele se adapta à sociedade de fora do morro e se adapta à sociedade de cima do morro. Ele tá nessa transição social, para ele uma modificação que vá trazer uma paz ou sei lá, que vai aliviar um pouco a situação dele, eu acho que é válida. O que não é viável é legalizar porque muita gente ganha com essa indústria e se tu fores olhar o traficante, o cabeção do tráfico, esta morando ali junto com a Ana Maria Braga ali no meio do negócio.

Não é possível legalizar. Porque o governo está muito inserido na questão do tráfico. É visto, no momento que legaliza o traficante vai ter que pagar imposto e isso não é viável para ele. Porque o interesse do traficante não é fumar um baseado, quem quer fumar um baseado é o carinha lá da zona sul, é o carinha rico que anda com tênis legal. Mas no momento que for legalizado, vai se perder o interesse, vai reduzir a injeção de dinheiro. A gente fala do combate de drogas, mas a indústria que mais cresce são as das armas e as armas são legalizadas? São. Então, acho que é ficar batendo num ponto assim que não tem muito que bater, porque ou não legaliza e tem esse combate massivo, que é inevitável, ou legaliza e tem essa transformação política. Para as pessoas que estão ali no morro não vai fazer muita diferença porque a adaptação social delas é diária, quem vai ter que se adaptar vai ser o rico que vai ter que ver gente fumando ali na cara dura, sem um brigadiano poder chegar e autuar a pessoa lá no meio do Leblon, no meio do sei lá onde, no topo lá do cristo redentor. Foi essa idéia que a gente teve, pelo menos a minha opinião, é legalizar, não sei a da colega.

A colega que fazia dupla disse que a opinião dela era legalizar. Mas que como isso era quase óbvio que não aconteceria, ela achava que o combate teria que ser total, que os policiais deveriam invadir o morro, afinal, as pessoas já estavam acostumadas com essa dinâmica.

A turma ficou calada e eu um pouco confusa, pois a primeira estudante misturou tanto suas ideias que não consegui entender o que afinal ela defendia ou pensava. Já a segunda teve coragem de expor sua opinião. Pedi para a última dupla fazer sua exposição.

Um casal de estudantes compunha a última dupla daquela tarde. O texto foi uma tabulação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o perfil brasileiro de usuários de drogas ilegais e pessoas em situação de confinamento. Em relação a pessoas que usam drogas ilegais, o Instituto diz que a maioria são

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

homens brancos, jovens, pertencentes às camadas altas da sociedade e que em geral ocupam a posição de filho na família. Já em relação ao perfil das pessoas presas, a diferença é a cor da pele que é negra e a situação socioeconômica que é pobre.

Quando o colega acabou de falar, uma estudante parecendo não dar importância para o assunto, falou que o filme *Tropa de Elite* detonou a imagem das ONG's e que ela não concordava necessariamente com isso.

Uma outra universitária disse que talvez o diretor do filme tivesse a intenção de fazer uma boa ação para a sociedade, mostrar um pouco da atuação policial e dos usuários que financiavam o tráfico, mas, infelizmente, não foi isso que aconteceu.

3.3 A terceira oficina

O terceiro encontro foi realizado 20 dias após o segundo. Teve como proposta a simulação de um tribunal, em que um grupo defenderia a não proibição das substâncias atualmente ilegais, outro grupo defenderia a continuidade da proibição das substâncias e um terceiro grupo avaliaria os argumentos usados.

Naquela tarde, os estudantes estavam mais espontâneos, pareciam empolgados para a atividade. A proposta, conforme já foi dito, era uma defesa e uma acusação da abordagem proibicionista de algumas drogas. Entretanto os dois grupos vincularam a palavra proibição com a palavra legalização. Em seus argumentos, a não proibição significava legalizar o uso das substâncias ilegais; a manutenção da proibição significava impedir a legalização do uso das substâncias. Percebemos a associação equivocada (não proibição com legalização), mas deixamos que cada estudante falasse o que quisesse sobre os prós e os contras, conforme suas expressões, “da legalização das drogas”.

O argumento do grupo “a favor da legalização” era pela via econômica. Sustentavam que a legalização seria uma fonte de recursos para o Estado, que receberia os impostos e criaria mais emprego para a sociedade. Apenas em uma ocasião referiram-se à diminuição das ações policiais nas comunidades pobres, e

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

apenas uma estudante argumentou que o uso de substâncias psicoativas é cultural, que o Estado, conforme suas palavras, “não tem que se meter no corpo das pessoas”.

Já o grupo “contrário à legalização” das substâncias organizou seus argumentos na perspectiva de que a legalização não diminuiria a violência. Falou que o usuário de droga continuaria matando e roubando para consumir drogas, já que mesmo legais, teriam que ser pagas. Também argumentou que com a legalização viriam as campanhas publicitárias, que os adolescentes começariam a usar drogas mais cedo, conforme suas palavras, para “se aparecerem aos outros”. O rapaz desse grupo foi taxativo ao dizer que o caminho era reduzir o consumo global inclusive de tabaco e álcool; não brigar para as pessoas poderem fumar maconha. Que isso era uma piada.

Aos 50 minutos, os estudantes já estavam repetindo seus argumentos que muitas vezes eram contraditórios. O estudante do grupo “a favor da legalização”, que até então não havia falado, lançou uma questão que era imaginar se a cerveja fosse proibida. Esse momento foi engraçado porque uma das jovens do grupo “contrário à legalização” imediatamente disse: “Já tem uma lista imensa de tóxicos proibidos. Por que aumentar”? Nesse momento, os estudantes começaram a falar ao mesmo tempo. Ninguém se entendia. A proposta de imaginar a proibição da cerveja não foi adiante e o universitário do grupo “contrário à legalização” disse: “o que é proibido, é proibido e ponto”.

Encaminhamo-nos para as considerações do grupo que faria a análise dos argumentos. Esse grupo salientou duas questões básicas: o grupo “contrário à legalização” teceu seus argumentos pela perspectiva da violência, enquanto o grupo “a favor da legalização” utilizou a questão econômica para suas argumentações. As estudantes disseram ter sentido falta da questão educacional e social nas falas dos colegas. Por fim, disseram que legalizar traria mais doentes e viciados para os serviços de saúde que são falidos e que já não atendem às pessoas.

3.4 A quarta oficina

O quarto encontro aconteceu um mês e 18 dias após o terceiro. A proposta de trabalho era escutar a música “O mal é o que sai da boca do homem” de Pepeu Gomes, Baby Consuelo e Galvão. Após, cada estudante, por livre associação, elegeria palavras-chaves para posicionar-se em relação à temática. Essa atividade foi extremamente cansativa. A turma parecia cansada de toda aquela discussão, a maior parte dos estudantes parecia não ver sentido no que estávamos trazendo para a conversa. Esse encontro serviu para deflagrar não só a dificuldade de trabalhar com a questão das drogas em uma perspectiva não proibicionista, mas também, e principalmente o quanto nossa proposta de oficinas era frágil. Mesmo assim mantivemos a programação.

3.5 A quinta oficina

O quinto e último encontro aconteceu quinze dias após o quarto. Mais uma vez nos reunimos por volta das 14h na mesma sala. Nessa tarde, a proposta era um bate papo com os agentes redutores de danos do Programa Redução de Danos (PRD) Secretaria de Saúde de Santa Maria. Eles trouxeram um vídeo de aproximadamente 30 minutos sobre o trabalho que realizam em campo.

O vídeo começava com dois agentes redutores de danos caminhando em uma estrada de ferro, falando sobre a Redução de Danos e sua chegada ao Brasil. Após entraram em um terreno baldio¹¹ usado por algumas pessoas para o uso de drogas, práticas sexuais e provavelmente outras atividades recreativas. Nesse momento da filmagem, algo inusitado aconteceu: enquanto os redutores mostravam os materiais para uso de drogas que estavam encontrando, chegou um rapaz e começou a conversar com eles. Na conversa que durou aproximadamente 20 minutos, esse rapaz fumou crack e contou coisas importantes da sua vida aos agentes redutores. Nessa

¹¹ Na linguagem da Redução de Danos, esse tipo de local é chamado Brete.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

conversa, o rapaz falou de seu conhecimento sobre o vírus HIV, a importância de não fumar crack na lata, além da morte de sua mãe por facadas em sua própria casa.

No momento seguinte da filmagem, os redutores caminharam novamente por uma estrada de ferro, chegaram a uma comunidade onde alguns homens e rapazes estão sentados à sombra de uma árvore, tomando cerveja. Nesse local, os redutores entregaram preservativos masculinos, materiais informativos e conversaram sobre o trabalho que realizavam. A conversa aconteceu de forma descontraída, algumas pessoas brincaram sobre o uso de camisinha com os trabalhadores que, rindo, se despediram.

A última cena da filmagem era a visita dos redutores a uma casa localizada às margens de um arroio da cidade. Na casa, em condições precárias e sem saneamento básico, morava uma família que era acompanhada pelo PRD. No momento dessa visita, estavam em casa apenas a mãe e a filha, que, além de estar gestante, vivia com o vírus HIV. Nesse momento, o áudio da filmagem ficou ruim, difícil de entender, o que inviabilizou a exibição do restante do vídeo. No entanto, ainda foi possível escutar a menina gestante contando que teve que sair da escola porque a diretora não a aceitou grávida e portadora do vírus HIV.

Os estudantes observaram atentos a exibição da filmagem, apenas movimentavam o corpo conforme o interesse de cada um em algumas cenas exibidas. Após a interrupção do pequeno vídeo, um dos agentes redutores de danos começou a falar sobre o contexto da filmagem. Explicou que o vídeo tinha como objetivo mostrar um pouco do trabalho realizado em campo, junto às comunidades e pessoas que usam drogas. O redutor contou que quando o rapaz, que fumou crack, chegou ao terreno baldio, ficou meio desconfiado, não queria conversar achando que eles poderiam ser espiões da polícia. Nessa ocasião, os estudantes deram risada e alguns inclinaram o corpo para frente, parecendo envolvidos pela fala do redutor. O trabalhador prosseguiu contando que, após terem explicado o trabalho que realizavam no PRD, conseguiram que o rapaz se deixasse filmar. O redutor salientou alguns aspectos da fala do rapaz, como a questão do conhecimento que o mesmo demonstrava ter sobre sua saúde e o

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

que ele contou sobre os três anos que esteve na prisão: que existe um cachimbo para duzentos homens fumar crack.

O redutor disse trabalhar não somente com o uso injetável de drogas, o PRD também tenta trabalhar com outros usos de substâncias, como, por exemplo, o crack. Explicou que no trabalho realizado com seus colegas, tentavam sensibilizar as pessoas que fumam crack para que não o fizerem na lata, para evitar que o alumínio seja ingerido, diminuir os riscos de queimadura labial e a ocorrência de algumas doenças como a leptospirose. Também falou que na sede do PRD realizavam oficinas com usuários de crack, as quais se propunham confeccionar cachimbos de bambu para o uso da droga. Mas ressaltou que a finalidade das oficinas não era o cachimbo e sim uma oportunidade para criarem vínculos com as pessoas que fumavam a droga e visitavam a sede do PRD.

Nesse dia, me coloquei no lugar de trabalhadora do PRD, fiz várias intervenções junto com meus colegas. Voltamos a falar sobre o rapaz da filmagem e salientamos que aquela cena quebrou com o mito do usuário de crack como uma pessoa violenta, que não pensa sobre si e sobre os outros. Durante a conversa, o rapaz também falou sobre sua companheira que, quando estava grávida, fez o pré-natal, todos os exames necessários e ficaram muito felizes ao pegar o resultado do teste para o HIV que deu negativo.

Aproveitamos para problematizar algumas publicações que reforçam o estereótipo violento e alienado da pessoa que usa droga. Também a questão da contradição da ação estatal, pois o mesmo estado que proíbe o uso de droga financia um programa de saúde voltado para as pessoas que usam as drogas proibidas por lei.

Outra questão que abordamos foi o fato de o público acessado pelo PRD pertencer às camadas populares da sociedade. Nesse sentido, contextualizamos que a abordagem de pessoas das camadas mais altas caracteriza-se como algo muito difícil. Salientamos que, apesar da filmagem mostrar basicamente pessoas mais pobres, não

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

significa, de forma alguma, que pessoas com condições socioeconômicas mais altas não usem o crack e muitas outras drogas que estão ilegais.

Durante essa conversa, os estudantes se mostraram interessados, estavam quietos, praticamente imóveis na cadeira, mas seus rostos pareciam atentos ao que era dito. Alguns mexiam a cabeça para cima e para baixo, concordando com alguma idéia expressa. Estávamos juntos há 58 minutos. Até então nenhum estudante havia falado, o que me fez perguntar se alguém queria dizer alguma coisa. Perguntei também se algum deles conhecia o trabalho da Redução de Danos.

Nesse momento, eles começaram a mexer o corpo, uma estudante disse que já tinha ouvido falar sobre o trabalho que estávamos expondo. Após um pequeno silêncio, outra universitária disse que não sabia que o trabalho, de acordo com suas palavras, era “tão completinho”, que ela achava que era apenas entrega de seringas. Um estudante disse que achava interessante a idéia da Redução de Danos, porque as pessoas iriam continuar usando drogas, então que fizessem uso com menos riscos.

Em seguida falamos sobre a necessidade de um olhar mais atento para a questão das drogas e o quanto os usos eram heterogêneos. Problematizamos o olhar universalizante sobre as substâncias. Porém, parecia que a turma já estava de saco cheio do nosso papo, eles pareciam estar prestando a atenção nas falas, quase todas as pessoas nos olhavam quando falávamos, mas a expressão era de cansaço. Pudera, já fazia uma hora e alguns minutos que eles estavam praticamente quietos e sentados em uma cadeira.

Uma estudante pediu para ver o kit Redução de Danos que estava na mão do redutor. A turma toda manifestou interesse, o redutor mostrou detalhadamente cada um dos insumos que compõe o kit e explicou para que servia cada material durante o ritual do uso injetável de drogas. Quando o redutor terminou a exposição, passou o kit para as mãos de uma estudante. Então, os materiais foram circulando de mão em mão. Simultaneamente à circulação do kit, uma jovem, que trabalhava em um curso pré-

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

vestibular para pessoas carentes, perguntou como poderia ter acesso a um kit, pois ela queria apresentá-lo para seus alunos.

Uma outra estudante perguntou se os redutores desenvolviam algum trabalho nas escolas. Respondemos que sim, mas que era com os professores e não com os alunos. Nessa ocasião, aproveitamos para dizer que achávamos que os professores poderiam adotar uma postura não proibicionista ou policial com seus alunos, que trabalhávamos nesse sentido quando íamos até as escolas conversar com os docentes.

Nesse momento, os estudantes estavam prontos para saírem da sala, já haviam guardado seus materiais e os seguravam junto ao corpo. Entendi que estava na hora de finalizar a atividade daquela tarde. Perguntei se alguém queria falar mais alguma coisa, todos ficaram quietos. Em seguida sorriram e começaram a mexer o corpo. Agradei a todos pela participação, me coloquei à disposição para continuar a conversa, reforcei que as imagens dos encontros seriam guardadas, somente eu e minha orientadora teríamos acesso ao material. Desejei sucesso na vida de estudante para cada um deles. Nessa ocasião todos foram levantando, mas apenas uma jovem saiu da sala. Os outros ficaram conversando mais um pouco, entre si, com os agentes redutores de danos e comigo.

3.6 O dito e o não dito das oficinas

Esses encontros caracterizaram-se como a primeira conversa sobre drogas com esses licenciandos na universidade. Ao final, pedimos que as atividades fossem avaliadas. Uma avaliação chamou atenção em particular:

Eu NÃO me acho livre nestes trabalhos (oficinas) realizados pela tarde. NÃO acho que devemos cumprir PRESENÇA em sala de aula. Muitas vezes vim porque sou obrigada. As oficinas poderiam ser exatamente OFICINAS, ou seja, extra sala de aula. Me sentiria mais à vontade, mas valeu a pena.

Pensamos que essa manifestação expressa o efeito do caráter compulsório das atividades que realizamos. Com isso, distancia nossa proposta inicial, que era a realização de oficinas, do que aconteceu na prática com os estudantes.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Corrêa (2006) afirma que “a oficina inicia-se quando se quer conhecer algo. A pesquisa, todavia, só vai resultar em uma oficina quando se queira mostrar aos outros – qualquer um – o resultado do seu estudo” (p. 28). O mesmo autor diz que “a duração de uma oficina depende do interesse dos participantes” (2006, p. 28). Nos encontros que realizamos, o grupo não foi formado pela vontade de estudar a questão das drogas e seus usos. O grupo de alunos que participou das atividades estava matriculado em uma disciplina específica. Participaram das oficinas porque estas se caracterizavam como atividade da disciplina naquele semestre. Os encontros foram realizados de acordo com nosso interesse e disponibilidade.

Ao caráter compulsório das oficinas, é possível associar os processos de escolarização, que são um “[...] conjunto de processos educacionais que se dão sob a vigência e respeito a uma lei que regula todas as instituições de ensino dentro de um território, ou seja, o conjunto de processos educacionais regulados pelo Estado” (CORRÊA, 2006, p. 23). Para o autor, os processos de escolarização

Envolvem todo um complexo de controle sobre o tempo, sobre os saberes, sobre os corpos que são exercidos por meio de programas de ensino, seleções de conteúdo, leis, horários, avaliações, etc., que fazem penetrar a disciplina, o disciplinamento, por toda a sociedade (CORRÊA, 2000, p. 75).

Os processos de escolarização que garantiram a participação dos estudantes de Biologia nas oficinas fixam a prática educacional em currículos, avaliação e provas, imprimindo na vida dos jovens estudantes a obrigatoriedade de participação em atividades como a que desenvolvemos. Nesse sentido, nossa proposta de oficina, seguindo o referencial que adotamos, ficou frágil, quase estéril, pois, conforme foi mencionado em uma das avaliações, o que garantiu a participação de um grande número de estudantes de Biologia (para não dizer todos) foi o caráter disciplinar do lugar que ocupávamos. Mesmo com a intenção de quebrar hierarquias escolares, acabamos reproduzindo-as. Associada a essa questão está a própria dinâmica dos encontros: os estudantes tinham lugares predeterminados para sentar, momentos para se posicionar e praticamente não dispunham do corpo à medida que permaneceram

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

sentados durante horas em uma mesma tarde. Nas atividades que realizamos, acabamos, mesmo sem querer, reproduzindo todo o mecanismo da escolarização.

Quando pensamos no processo da pesquisa, estávamos mobilizadas em realizar algo diferente, envolver os estudantes. Mexer na questão das drogas durante a formação docente iria, para nós, aproximar os estudantes do nosso tema de estudo. Instauraria uma situação em que “tudo poderia acontecer” (Corrêa 2006, p. 29). No entanto, parece que os encontros não foram suficientes para os estudantes terem vontade de considerar a questão das drogas e seus usos como tema de estudo.

Foi possível perceber uma pequena abertura e sensibilidade de alguns universitários para o tema, para uma perspectiva não proibicionista do uso de drogas. O caráter não proibicionista foi manifesto na fala de duas estudantes em dois contextos diferentes. Uma delas dizia não suportar pessoas que fumam sabendo de todos os malefícios do cigarro, então, outra respondeu: “se for essa a lógica de pensamento então vamos deixar todo mundo se ralar, vamos deixar o sistema capitalista detonar as pessoas”. Outra manifestação não proibicionista foi a fala de uma jovem ao apresentar uma reportagem que falava de uma ação policial em uma favela do Rio de Janeiro: “acham que é necessário sair atirando nas pessoas da favela, recolhendo drogas e tudo mais, mas é porque é na favela! Eu acho que o principal motivo desses tiroteios é a discriminação com a população menos favorecida”.

No entanto, é possível afirmar que a concepção que prevaleceu foi a proibicionista. Os estudantes tiveram dificuldade em superar o enquadramento da questão nas noções de certo e errado.

No decorrer dos cinco encontros, esperávamos por uma pergunta. Pensamos que, em algum momento das atividades, alguém iria questionar o que era droga. Isso não aconteceu. O conceito de droga que circulou entre os universitários foi o de algo que faz mal e, basicamente, conceberam como drogas as substâncias que estão ilegais. Os estudantes universitários, durante as oficinas, operaram com uma noção de droga descolada da vida das pessoas. Em suas falas, parecia que as substâncias

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

tenham *vida própria* e uma vida mais forte que a das pessoas que ingerem tais substâncias. Esse tipo de concepção parece estar conectada à policialização dos discursos acadêmicos, que, nas palavras de Vera Batista (2004)

Este fenômeno é consequência do protagonismo da mídia na questão criminal. Políticos, policiais, promotores, juízes, intelectuais, estão todos pautados pelo Jornal Nacional ou por seus similares mais grotescos. Assistimos então, nas universidades, à utilização de categorias que migram do senso comum imbecilizado e imbecilizante. Os especialistas reproduzem os conceitos da crônica policial. Fala-se de Estado paralelo, tudo é crime organizado, e o traficante converte-se numa categoria fantasmática, totalizante, meio homem, meio demônio, a encarnação do mal. Esta produção acadêmica policialesca não é ingênua, produz efeitos concretos, são discursos que matam (BATISTA, 2004, P. 159).

Os estudantes de Biologia referem-se às drogas basicamente como se fossem os psicoativos ilegais, assumindo o modo como o senso comum trata substâncias como maconha, cocaína, crack, etc. Na fala desses estudantes, há um a priori: o uso de drogas como um problema em si. Nesse sentido, a negatividade das drogas parece ter uma relação direta com a situação de ilegalidade e reprovação moral do uso.

No primeiro encontro, alguns participantes se envolveram no argumento que tentava diferenciar remédios, álcool e cigarro. Uma moça defendia:

[...] as empresas de álcool e fumo estariam fazendo uma coisa pior, uma ação pior do que as de medicamentos. [...] O remédio é para remediar, já o álcool e o cigarro não... As pessoas começam a fumar e a beber não por um motivo específico... Não porque estão doentes, mal, depressivas. E elas passam a ficar assim com o uso dessas drogas.

Esse argumento parece estar diretamente ligado à noção de “bem” e “mal”, “certo” e “errado”. Salvo algumas exceções, essa parece ser a lógica que baliza o pensamento dos universitários que participaram das oficinas. Eles falaram como se todas as pessoas que fumam e bebem apresentem problemas de saúde ou inconstância de humor. Também em suas falas, as drogas medicamentosas eram vistas como algo bom *por si*, algo que possibilita a cura ou a diminuição do sofrimento.

Foucault (1999), ao apresentar seu *dispositivo de sexualidade*, faz referência à lógica da censura como um dos traços desse dispositivo. Essa lógica toma três formas para o autor:

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência (p. 82).

No âmbito das oficinas, parece que essa lógica da censura adapta-se muito bem aos discursos que circularam. Vários estudantes organizaram seus argumentos a partir da afirmação de que o uso de drogas não é permitido. Um dos rapazes foi taxativo ao dizer que “o que era proibido, era proibido e ponto”. Esse mesmo rapaz defendeu que o investimento social deveria ser feito na redução do consumo global, e não reivindicar o direito ao uso da maconha. Para ele, isso *parecia piada*.

Em outros momentos das atividades, foi possível perceber a segunda forma da lógica da censura que Foucault apresenta. Foi no momento em que uma estudante disse não ter conseguido prestar atenção nos atributos técnicos do filme *Tropa de Elite*, pois concentrou-se na violência dirigida à população pobre. A turma toda ignorou aquela ideia, mudando, rapidamente, o enfoque da conversa. Em geral, após um colega manifestar sua ideia, os estudantes discutiam sobre o que foi exposto. Naquela situação, entretanto, a turma toda começou a falar sobre outros temas, fazendo com que a ideia ficasse “perdida”, sem eco. Da mesma forma, quando o colega apresentou os dados do IBGE em relação ao perfil predominante de usuários de drogas e pessoas em situação de confinamento. Essas questões pareciam ter potência para levar a conversa para outros cenários e práticas sociais associadas à questão das drogas, como, por exemplo, a criminalização da pobreza. No entanto, o grupo de estudantes sinergicamente mudou de assunto, desviando das questões que emergiram de tais falas. Foucault (2005) afirma que em nossa sociedade há uma “profunda logofobia, uma espécie de temor surdo [...] da massa de coisas ditas” (p. 50). Naquela tarde, a descontinuidade dos dois assuntos referidos parece fazer referência à afirmação de Foucault, a esse medo que as pessoas têm de ouvir ideias, opiniões diferentes que convidem a considerar a suspensão do juízo.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

A terceira forma da lógica da censura, negar que exista, ficou perceptível nas falas que defendiam ser difícil ter uma opinião sobre a questão das drogas, o tráfico e a violência na medida em que essas situações eram distantes da vida deles. Ou ainda quando um estudante afirma que “isso é que nem desemprego, sempre vai existir. Libera, vai continuar o comércio ilegal, sempre vai ter o tráfico, a polícia vai continuar subindo no morro para matar gente”.

Foucault (1987) propõe que o discurso seja analisado em relação ao contexto não discursivo no qual ele funciona. No caso das concepções sobre drogas em circulação nas oficinas, foi possível perceber o alinhamento do discurso “científico” de que droga faz mal, mata, ao campo de repressão formado para impedir o uso pelas pessoas, de *substâncias que levam à morte*. Nesse caso, a repressão não é realizada somente pelo aparelho policial. A mídia, a família, a escola também desenvolvem mecanismos de controle ao uso de drogas, imprimindo na vida social o que Foucault (1998) chamou de *poder de polícia*: não apenas perseguir criminosos, mas gerenciar detalhes da vida individual e coletiva. No que diz respeito aos discursos sobre drogas, essa configuração de práticas ficou evidente em algumas falas, como a de uma estudante que afirmava que o combate ao tráfico deveria ser *massivo*, e os policiais deviam continuar invadindo favelas. Ou quando outra jovem disse que essa situação parecia ser desumana, mas os traficantes também eram. Então o que se tinha a fazer era continuar investindo no *remédio amargo*, fazendo referência à fala do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, ao justificar uma ofensiva policial, utilizando essa metáfora para se referir à morte de pessoas nessas situações.

Corrêa (2006) afirma que

É nas figuras de identidade que temos profissão, família, que nos expomos às leis, à moral, que vamos à guerra, que lutamos pela paz, que exigimos nossos direitos, que somos julgados, condenados ou absolvidos, que participamos ou somos excluídos (p. 31).

Os discursos sobre drogas, nas oficinas, deixaram evidente a força da identidade de usuário de droga como aquele que rouba e até mata para usar drogas. Nesse sentido é importante salientar que, embora os estudantes considerem o uso de drogas

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

nas camadas mais favorecidas economicamente, a figura de drogado, de usuário de droga, parece estar ligada a pessoas pobres. Fuganti (S/D) afirma que as práticas do poder instituído numa sociedade buscam “fixar o corpo a um atributo incorporal, congelá-lo numa máscara que melhor sirva aos interesses dominantes, capturando assim a vida, separando-a do que ela pode” (p. 64).

Nas falas dos estudantes também apareceu a concepção de que todo adolescente é irresponsável e exibicionista. Na oficina em que simularam um tribunal, um grupo argumentou em favor da não proibição das substâncias, e outro teceu seus comentários a favor da manutenção da proibição, um dos argumentos deste grupo foi que, se o uso de drogas deixasse de ser proibido, nas palavras da jovem, “os adolescentes passariam a usar muito mais droga para se aparecerem”. A fala da futura professora parece bem alinhada aos mecanismos de poder que buscam definir a essência de alguma coisa “por ideias modelares e fixação de atributos – o caráter” (FUGANTI S/D).

Rodrigues (2008) afirma que

A guerra às drogas pode ser pensada nos marcos do fortalecimento de um Estado que deixou de ser “de bem-estar” e passa a ser penal, criminalizando explicitamente a miséria. Além da positividade como garra para o apresamento de miseráveis dedicados ao pequeno e médio comércio de drogas, o combate ao narcotráfico é via para intervir no comportamento dos “usuários” que são penalizados por seu hábito “escuso”, [...]. Para os pequenos e médios traficantes, em grande parte provenientes das classes pobres e sempre “perigosas”, a eles, “refugos humanos”, cabe a prisão ou a morte no enfrentamento com a polícia ou entre grupos narcotraficantes (p. 101).

A intimidade com as práticas proibicionistas é revelada na fala de uma jovem que defende como ideal que o “tráfico fosse legalizado”, ou seja, que o uso, a venda, a produção e a circulação de algumas substâncias fossem regulados por lei, mas, como isso não aconteceria, o “combate deveria ser massivo”. Essa mesma jovem continua sua argumentação afirmando que o morador da favela já está acostumado com a situação de violência impressa pela ilegalidade de algumas substâncias, que para essas pessoas “a legalização das drogas” não iria influenciar suas dinâmicas de vida.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Foucault (2004) considera que, entre os elementos de um dispositivo, está o discurso. Para o autor, o discurso “pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como um elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (p. 244). Nos cenários educacionais expostos no primeiro eixo deste trabalho, o discurso proibicionista sobre drogas estava expresso por meio dos programas nas cartilhas educacionais. Já nas oficinas, falas como: “se legalizar as drogas, vai ter mais doentes e viciados procurando os serviços de saúde que são falidos e não conseguem atender às pessoas”, expressa uma prática proibicionista que permanece muda. A estudante fala como se o uso de drogas fosse algo “a - corporal”, desconsiderando que nem todas as pessoas que usam drogas ficam doentes ou viciadas. Na fala dessa jovem, é possível perceber, também, uma concepção sobre os serviços de saúde fundamentada no senso comum propagado pela imprensa, como se o sistema de saúde no Brasil fosse algo inoperante, estéril, que não acolhesse um grande número de pessoas com problemas em decorrência do uso de drogas. A estudante parece desconhecer os serviços de saúde mental implantados, inclusive no município de Santa Maria, para atender, exclusivamente, a situações de uso de drogas como os Centros de Atendimento Psicossociais Álcool e Drogas e os Programas de Redução de Danos.

Os discursos dos estudantes, nas oficinas, demonstraram uma conformação ao saber tido como científico, de que drogas é toda substância que altera os sentidos, podendo levar à morte. Carneiro (2008) defende que

[...] drogas são formas de conhecimento e controle de si, autônomas ou heterônomas, com sistemas próprios de utilização na forma de signos, ritos e estilos e são também moléculas físicas produtos de laboratórios e instrumentos. O espaço da consciência poderá ser ocupado por entidades múltiplas, não só as já tradicionais moléculas psicoativas de origem vegetal ou sintética (p. 82 e 83).

Contudo, não temos como saber o efeito das oficinas e das discussões para cada estudante. Estamos trabalhando com o que foi manifesto no momento dos encontros, com o que ficou “fotografado”. Não sabemos o que mudou, tampouco em que sentido, nas concepções sobre drogas desses estudantes após as atividades.

3.7 Formação docente: algumas considerações

É possível pensar que, neste trabalho, os discursos sobre drogas dos jovens universitários permeiam a formação docente desses estudantes. Foi a partir de suas falas, seus gestos, suas ideias que pudemos, às vezes, perceber o silêncio do não dito e, em outras, fazer conexões com prováveis percursos escolares dessas pessoas.

Larrosa (2002) afirma que

Desde pequenos até a universidade, ao largo de toda nossa travessia pelos aparatos educacionais, estamos submetidos a um dispositivo que funciona da seguinte maneira: primeiro é preciso informar-se e, depois há de opinar. [...] a informação seria o objetivo, a opinião seria o subjetivo, ela seria nossa reação subjetiva ao objetivo. [...] é uma reação que se tornou para nós automática, quase reflexa: informados sobre qualquer coisa, nós opinamos. Esse “opinar” se reduz, na maioria das ocasiões, em estar a favor ou contra (p. 23).

O dispositivo exposto pelo autor provavelmente tenha atravessado a vivência escolar de cada um dos participantes das oficinas, independente da posição que ocupavam. Pensamos que esse dispositivo atua na memória do corpo sensível, o que foi possível perceber em algumas ocasiões das oficinas, quando os estudantes, mesmo parecendo não ter certeza, não conseguiam suspender o juízo e não emitir uma opinião. As vivências em instituições escolares associadas ao par *informação-opinião* certamente marcaram os processos de constituição de cada um dos estudantes que estiveram conosco durante a pesquisa.

Nos momentos em que perguntamos a eles como estava acontecendo o estágio na escola, responderam ter receio da presença do professor regente na sala de aula; que quanto mais o tempo passa, menos o professor consegue se colocar no lugar do aluno e, ainda, que percebiam que alguns alunos estudavam mais, quando o professor “puxava” mais. Associamos essas respostas a um caráter angustiante na vida dos futuros docentes, a uma certa negação de um movimento introspectivo que deveria ser feito: olhar-se professor. No período de realização das oficinas, eles estavam realizando o primeiro estágio em sala de aula, estavam ainda inseguros, mas, ao mesmo tempo, pareciam estar alinhados com a imagem de professor descrita por Corrêa (2006) citando Max Stirner, o professor “como produto acabado da disciplina escolar: cortaram-

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

lhe magnificamente suas asas: agora é a sua vez de cortar a dos outros” (p. 159). Falavam do quanto é difícil manter os alunos em silêncio e outras lamúrias alinhadas à fala de professores que desempenham papéis tradicionais e “mantêm as crianças em banho-maria” (CORRÊA 2006, p. 165).

Ora, mas o que implica, afinal, o formar-se professor? Para nós, certamente o professor não deve ser entendido como um atributo fixo, como uma figura identitária que realiza práticas educacionais centradas em pedagogias que “visa conduzir o *outro* rumo ao *mesmo*, adequar a uma realidade social, harmonizar o *socius* pela pacificação de cada um, pelo controle da potência de diferir” (CORRÊA 2006, p. 158).

Merhy (2008 – informação verbal)¹² afirma viverem no planeta Terra aproximadamente sete bilhões de humanos e, surpreendentemente, ninguém é igual a ninguém, nem ao nível mais elementar que poderia ser o corpo, o organismo biológico. Então, lança a pergunta: onde as diferenças operam? Logo, prossegue sua narrativa manifestando que as diferenças são fabricadas no detalhe do processo de produção da vida. E desafia seus ouvintes a envolverem-se na produção de mais detalhes em detrimento de generalidades.

Inspiradas na ideia de Merhy, e ousando um pouco, poderíamos afirmar que o ser professor é constituído de detalhe e que o exercício da docência é permeado por detalhes, por prestar atenção nos detalhes. Na singeleza de cada olhar lançado para a vida. Mas, perceber os detalhes

Requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e, escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o

¹² Palestra proferida no 1º encontro de atenção domiciliar da região sul – Repensar o Sistema de Saúde: Necessidades, Possibilidades e Desafios. Porto Alegre/RS, outubro de 2008.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2002, p. 24).

Podemos pensar que a produção de detalhes exige, digamos, a morte do que pensamos ser mais nosso em termos de ideias, concepções e experiências do mundo, a morte do que Nietzsche chamou de *demasiado humano*. Esse humano-em-nós é produzido por experiências em instituições como a família, a escola e os atravessamentos da moral, das ciências, do Estado com suas leis e normas, das religiões, enfim, por uma série de processos que podem nos produzir como seres docilizados, reativos e obedientes. Para Fuganti (S/D, p. 66), destruir o humano é “libertar nosso inconsciente do ressentimento (a culpa é tua) e da má consciência (minha máxima culpa)”. Dessa forma, parece haver a necessidade de realizar uma operação, sem anestesia, e suspender as totalizações, os medos, as diferentes realidades, a moral, as esperanças, os vícios e as paixões que se alojam em nosso corpo. Perceber o corpo “como puro lugar de conexões, lugar de encontros ora alegres ora tristes” (ALBUQUERQUE 2002, p. 217). Alimentar os encontros que nos fortalecem e evitar os que nos entristecem.

Larrosa (2005) ao comentar a obra de Nietzsche, assegura que essa

[...] não pretende transmitir um conteúdo de verdade, não pretende enfrentar um saber contra outro saber, não pretende nem ao menos “instruir” o leitor. O que busca é expressar uma força que se combine com outras forças, com outras experiências, com outros temperamentos, e os leve além de si mesmos (p. 21).

Concebemos que a formação docente não cabe em uma definição, um programa ou em uma caracterização prévia. É algo que está em constante *vir-a-ser*, que é preciso inventar, inventar-se. Pensamos, com Deleuze, ser importante a produção de vacúolos de não comunicação, de silêncios, durante o ensino universitário, para que seja possível emergir concepções e intensidades novas sobre si e sobre o mundo. O inventar-se que consideramos aqui não está relacionado com a “perspectiva da liberdade criadora do gênio, da soberania de um sujeito capaz de criar-se a si próprio,

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

mas a partir da perspectiva da experiência ou, melhor, da experimentação” (LARROSA, 2005, p. 66).

Queremos aqui, então, compartilhar o que entendemos como uma intensa experiência inventiva que certamente tem muito a contribuir para o pensar a formação e o *vir-a-ser* docente. Trata-se do encontro entre o cineasta Marcos Prado e Dona Estamira registrado nos extras do DVD do filme *Estamira*. Prado conta que, durante seu trabalho como fotógrafo em um lixão do Rio de Janeiro, ao tentar entrevistar uma pessoa que trabalhasse ou morasse naquele lugar conheceu Estamira. Já no primeiro encontro, ela manifestou interesse em conversar com Prado, este, por sua vez, parou, ouviu Estamira e acolheu o inusitado daquela situação. O encontro entre Estamira e Prado se transformou em um lindo documentário que nos emociona e desterritorializa em relação aos lugares do saber em nossa sociedade.

Estamira é uma senhora que trabalhava no Aterro Metropolitano de Gramacho, Rio de Janeiro. Local que recebe todos os restos, as sobras, o lixo produzido pelos modos de vida na sociedade capitalista. Podemos afirmar que são raras as pessoas que dariam ouvidos a Estamira, interessar-se pelas suas histórias de vida e as que conta na vida. No entanto, Prado faz da vida dessa mulher um filme e dessa forma cria condições para que possamos ouvir essa senhora. Encontramos em Estamira uma profunda atualização das forças de vida e uma capacidade de enunciar discursos que dialogam, mesmo que as ignorem, com grandes ideias filosóficas: Fuganti (S/D) afirma: “se a educação fosse uma prática para tornar espíritos livres, não estaria centrada na obediência, mas no pensamento. Na escola não se ensina nada a ninguém, passam-se apenas palavras de ordem” (p. 67). Estamira, com sua sabedoria genuína, manifesta: “Vocês não aprendem na escola. Vocês copiam”!

O discurso de Estamira, por vezes, ultrapassa a loucura e transborda filosofia em manifestações instigantes como “lixo é resto e descuido”, “tudo é abstrato, até Estamira”, “existe o além e o além dos além que homem nenhum conhece”, “tudo que é imaginado, existe, é e tem”. Além disso, Estamira produz e refere-se a entidades como o “esperto ao contrário”, o “trocadilo”, o “controle remoto”, “a que revela o homem como

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

único condicional”. Estamira, com seu discurso antideus, nos faz lembrar Nietzsche com a morte de Deus.

Durante as quase duas horas de filme, Estamira desenvolve uma narrativa filosófica acerca da vida, do mundo, das pessoas e também da sua própria vida. Junto nos mostra uma capacidade de riso, de brincadeira, de atualizar suas forças mesmo quando reconhece que nunca teve aquilo que ela era: sorte boa.

Podemos afirmar que, em nossa sociedade, discursos como o de Dona Estamira estão submetidos a uma série de controles, que passam por mecanismos muito sutis de desqualificação. No caso da protagonista do documentário, um dos atributos conferidos a ela por alguns telespectadores foi o de louca, outro foi o de pobre, ou ainda, não escolarizada, sem estudo.

Corrêa (2006) afirma que

A escola não recebe qualquer um. A escola só recebe quem já passou por um grande processo de fabricação. Não admite ninguém em estado bruto. Já recebe um produto social. Ela não tem nada a fazer com quem não foi minimamente familiarizado com os ritmos institucionais oferecidos pela vida em família. Não consegue conter um menino de rua (p. 38 e 39).

No entanto, o mundo está cheio de pessoas que, assim como Dona Estamira, não passaram pela escola, mas isso não impediu sua capacidade de ler o mundo, de produzir pensamento. Foucault (2005) lança a seguinte pergunta: “Mas, o que há, enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo” (p. 8)?

Essas questões nos remetem a uma noção de educação que implica perceber, parafraseando Estamira, discursos produzidos, “nas beiradas do saber”. Para isso, ou desconsideramos o processo educacional realizado por meio da escola, ou pensamos, criamos, inventamos um *vir-a-ser* docente que acolha o inusitado, o imprevisto. Que o protagonista desse *vir-a-ser* docente seja “um sujeito que já não se concebe como uma substância dada, mas como forma a compor, como uma permanente transformação de si, como o que está sempre por vir” (LARROSA, 2005, p. 67). Ou seja, pensamos um *vir-a-ser* docente implicado com posturas que acolham o inusitado, com disposição para

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

escutar o que é dito, ver beleza em cada situação de vida e, então, se abra para cenários desconhecidos. Uma capacidade de perceber os discursos produzidos “nas beiradas do saber”, o que está *entre* os atributos identitários.

Em relação ao tema desse trabalho pensamos que, no campo da educação, as práticas educacionais sobre drogas podem se beneficiar de algumas experiências em Redução de Danos – RD, que, às vezes, imprimem concepções não proibicionistas sobre drogas e valorizam a vida de quem faz uso das substâncias. As práticas em RD constituem esse espaço que chamamos de *entre* os atributos, ou seja, entre as identidades, nesse caso de *usuário de droga e trabalhador da saúde*. Mas pensamos que essas práticas podem ser deslocadas para o processo educacional e potencializar um *vir-a-ser* docente que esteja comprometido com a afirmação da vida em detrimento do que a impede (LARROSA 2005).

Na próxima parte deste trabalho, situaremos a RD no contexto brasileiro e descreveremos situações vividas no Programa de Redução de Danos do município de Santa Maria/RS. Dessa forma, buscaremos algumas aproximações com uma proposta de educação não proibicionista no âmbito das drogas.

4 Eixo III – Redução De Danos: Campo De Possibilidades Para Emergência De Práticas Não Proibicionistas No Âmbito Das Drogas

Nas instituições há todo um movimento que se distingue ao mesmo tempo das leis e dos contratos (Gilles Deleuze).

Neste eixo, será apresentado um breve histórico sobre a Redução de Danos – RD – no Brasil. O texto discorrerá sobre os processos vividos junto ao PRD do município de Santa Maria/RS. As práticas em RD serão abordadas com o objetivo de dar visibilidade para ações não proibicionistas no campo das drogas, defendendo, assim processos educacionais sobre drogas pautados em uma perspectiva que não leve em consideração tão somente a interdição de algumas substâncias.

4.1 Breve histórico da Redução de Danos no Brasil e em Santa Maria/RS

Na década de 1980, uma nova doença – a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) – chega ao Brasil. Desde então, diferentes discursos compuseram o quadro de definições da Aids no país. De religiosos a biomédicos, a explosão discursiva sobre a doença vem sendo alimentada há quase três décadas.

O início da epidemia no Brasil foi marcado pelos discursos religiosos e conservadores. Diariamente, pastores, padres e sacerdotes de várias igrejas sustentavam que a Aids seria uma espécie de ‘taça da ira de Deus sobre o homem’. Uma ampla aliança entre igrejas cristãs, católicas e protestantes agia na promoção da sexualidade heterossexual e monogâmica como único modelo para “salvar-se” do mal que acometia os gays (PERLONGHER 1986).

As respostas religiosas davam o tom do início da epidemia no Brasil. Os gays, um dos grupos mais afetados, eram acompanhados por outros “pecadores”, formando o grupo chamado de os 4H’s: homossexuais, usuários de drogas injetáveis (heroín-

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

adictions), hemofílicos e haitianos. Os homossexuais e os usuários de drogas, por serem os mais acometidos, de acordo com os dados epidemiológicos, foram classificados inicialmente pela biomedicina como grupos de risco¹³. Também os mais culpabilizados pela sociedade, nacional e internacionalmente.

Com o passar dos anos, a medicina lançou mão da categoria vulnerabilidade¹⁴ para os estudos e intervenções no âmbito do HIV/Aids. O público homossexual ocupou lugar de destaque no que diz respeito à prevenção ao HIV e à participação nas discussões sobre as políticas de saúde e, em meados da década de 1990, em várias cidades do Brasil, tiveram início as práticas em Redução de Danos (RD).

No que se refere à prevenção ao HIV/Aids, essas práticas consistiam na entrega do kit redução de danos a pessoas que faziam uso de drogas injetáveis, com o objetivo de evitar o compartilhamento de agulhas e seringas durante o ritual de uso. O kit, em geral, era composto por seringas, agulhas, água destilada, lenço umedecido em álcool, copo dosador, garrote, preservativo masculino e material informativo sobre as formas mais seguras de uso de substâncias psicoativas pela via intravenosa e sobre como acessar alguns serviços de saúde. Contudo, as práticas não eram direcionadas apenas às pessoas que usavam drogas, já que a rede de interação social dessas pessoas apresentava potencialidade de ampliar o cuidado e a escuta nas questões que envolvem o uso de drogas.

A proposta do Ministério da Saúde (MS) era que o trabalho em RD fosse realizado especialmente por um público específico, por meio de projetos e programas que reúnem

¹³ Grupo de risco é elemento derivado da nomenclatura epidemiológica (fator de risco) e diz respeito a um conjunto de atitudes que tornam esse ou aquele grupo mais suscetível à infecção pelo HIV.

¹⁴ O termo vulnerabilidade compreende a união de, basicamente, três fatores: o comportamento pessoal ou a vulnerabilidade individual; o contexto social ou a vulnerabilidade social e; a vulnerabilidade programática ou as respostas dos organismos nacionais ao controle da epidemia (MANN; TARANTOLA; NETTER, 1993).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

[...] um elenco de ações desenvolvidas em campo por agentes comunitários de saúde especialmente treinados (denominados ‘redutores de danos’ ou simplesmente ‘redutores’) que incluem a troca e distribuição de seringas, atividades de informação, educação e comunicação (IEC), aconselhamento, encaminhamento, vacinação contra a hepatite e outras ações (BRASIL, 2001, p. 12-13).

Em meados dos anos 1990, quando surgem os primeiros Programas de Redução de Danos (PRD’s) no Brasil, pode-se dizer que havia um consenso entre os técnicos da saúde de que para ser redutor de danos era importante que a pessoa fizesse ou já tivesse feito uso de alguma droga e conhecesse a comunidade onde iria desenvolver o trabalho. Vários PRD’s foram compostos por agentes redutores de danos com essas características que, naquela época, formavam o “perfil do redutor”. Com o passar dos anos, o “fazer campo”¹⁵ mostrou que o redutor de danos não precisava ser, necessariamente, um usuário ou ex-usuário de drogas e nem morar na comunidade onde desenvolveria o trabalho de RD. O que era fundamental para ser um redutor de danos passou a ser a capacidade de criar vínculos, de realizar uma boa escuta¹⁶, ou seja, “ter a manha”, gíria utilizada por alguns redutores de danos referindo-se à habilidade de abordagem que consistia em saber se aproximar das pessoas, tratá-las bem, escutá-las e não as perceber como perigosas.

Para a realização do trabalho em Redução de Danos, são necessários deslocamentos e atuação de profissionais junto às comunidades que carregam o rótulo de “marginalizadas” ou “periféricas”, enfim, moradores de bairros populares, onde as redes de narcotráfico e criminalidade convivem com redes policiais, domésticas, escolares. Lugares em que o narcotráfico e a criminalidade se incorporam às dinâmicas cotidianas da vida, tramando as paisagens do legal e do não legal, do autorizado e do clandestino e tudo o que se passa *entre*. Esse trabalho de deslocamento e atuação

¹⁵ No universo da Redução de Danos, fazer o campo significa o deslocamento dos trabalhadores até as vilas e bairros do município que atuam para a entrega do Kit de Redução de Danos e criação de vínculo com as pessoas do local. Essa prática será abordada nas próximas páginas desse trabalho.

¹⁶ Quando uso a terminologia “escutar”, busco me aproximar da proposta de Luzeni Regina Gomes Leitão (1995) em seu texto “Não basta apenas ouvir, é preciso escutar”: Para acolher a fala no seu poder mais próprio é necessário deixar-se afetar e atravessar por ela. É preciso que a fala transforme o outro que está escutando não no sentido de convertê-lo, mas no intuito de transfigurá-lo para uma instância onde a expressão possa ser apreendida (Revista Saúde em Debate, junho de 1995).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

nessas comunidades é chamado “*fazer o campo*”, o que exige descortinar paisagens sociais e cartografar o uso de drogas nesses cenários. Para tanto, é necessário percorrer caminhos, becos, casas desconhecidas e colocar-se em relação com o outro que habita esses territórios. Para cumprir o objetivo concreto de trocar seringas sujas por limpas e potencializar algum cuidado em saúde, são necessárias muitas outras trocas. Tarefa que não é nada fácil.

As práticas realizadas por agentes redutores de danos diferem do trabalho desenvolvido por agentes comunitários de saúde – ACS. O trabalho dos ACS’s é realizado em um território delimitado, onde são visitadas todas as casas de uma determinada área. Além disso, é realizado um acompanhamento à família inteira e, no final, preenchido um formulário que deve ser assinado pelo morador daquela casa.

Já os agentes redutores de danos chegavam a um local, bairro ou vila de Santa Maria e, ao invés de entrar em todas as casas, conversavam com quem estava disponível. A disponibilidade era avaliada por meio da expressão facial de quem estava em frente à casa, embaixo de uma árvore, na calçada de um bar, tomando cerveja ou em uma rodinha de chimarrão. Após algumas conversas, observavam se algumas pessoas eram receptivas ou davam abertura a eles. Algumas se tornavam próximas, sendo consideradas amigas do Programa Redução de Danos e, então, eram visitadas em suas casas. Não raro, atravessava-se a cidade para ir à casa de uma ou duas pessoas que se responsabilizavam por entregar material na sua região e disseminar a proposta da Redução de Danos.

4.2 Notas sobre o processo de constituição das equipes do PRD de Santa Maria/RS

Eu e duas integrantes da equipe diretiva da SMS começamos a atuar no campo da RD em um cenário, razoavelmente, menos tenso no que diz respeito à reação da

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

opinião pública¹⁷, mas tínhamos notícia do quanto essa estratégia sanitária desacomodava e, às vezes, até irritava as pessoas (de autoridades públicas a pessoas comuns). Muitas pessoas argumentaram que a entrega do kit e o trabalho desenvolvido pelos PRD's se caracterizavam como incentivo ao uso de drogas¹⁸. Essa concepção marcou significativamente a maioria dos profissionais da saúde que pareciam não aceitar esse tipo de trabalho nos serviços onde atuavam.

Além disso, a equipe que compusemos para atuar no PRD era totalmente diferente das equipes de saúde que atuavam no município. Não havia médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem ou qualquer uma das tradicionais profissões da saúde. A ausência dessas categorias profissionais não foi algo planejado, já que não existiu uma lógica tecnocrática para formação da equipe. O recurso financeiro estava disponível e os técnicos da SMS pareciam não estar dispostos a trabalhar no processo de implantação do PRD. Isso fez com que eu, mesmo na condição de estagiária, e as colegas da equipe diretiva começássemos a pensar sobre os caminhos possíveis para o trabalho ser iniciado.

Naquele período, eu havia pedido às colegas para deixar de ser estagiária e trabalhar como redutora de danos, pois a proposta de trabalho me mobilizava. Embora elas tivessem concordado, precisávamos de uma pessoa que conhecesse as redes de pessoas usuárias de drogas na região onde iríamos trabalhar. Tínhamos acordado que eu seria uma das agentes redutoras de danos, e uma delas iria acumular o cargo de diretora e o de coordenadora do PRD. No entanto, a diretora não poderia ter duas

¹⁷ Émile Durkheim afirma que a opinião pública traz de suas origens uma autoridade moral pela qual se impõe aos particulares. Ela resiste aos esforços que são feitos para violentá-la, reage contra os dissidentes, tal qual o mundo exterior reage dolorosamente contra aqueles que tentam se rebelar contra ele. Ela censura aqueles que julgam as coisas morais por princípios diferentes daqueles que ela prescreve; ridiculariza os que se inspiram numa estética diferente da sua (...). Assim, se pode explicar a espécie de pressão que sofremos e da qual temos consciência quando emitimos julgamentos de valores... Sentimos bem que não somos os senhores de nossas apreciações: que estamos amarrados e contrafeitos. É a consciência pública que nos prende (1998, p.55).

¹⁸ As práticas em RD iniciaram em Santos/SP, em 1989. No entanto, foram interrompidas por um determinado tempo devido a uma decisão judicial em resposta à opinião pública do município que concebia a RD como uma apologia ao uso de drogas.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

formas de contratação, o que fez com que ela mesma sugerisse o meu nome para assumir a coordenação. Continuei fazendo todo meu trabalho de estagiária, que consistia em prestar assessoramento à diretora geral da SMS, e realizava encaminhamentos burocráticos para a implantação do PRD.

Nesse momento, nossa preocupação era procurar pessoas para desempenhar a função de redutor de danos o mais rápido possível. Muitas inquietações e questionamentos surgiram. Pensávamos em como acessar redes (de pessoas que usam drogas) que se formam e operam sob o signo da clandestinidade. Como faríamos para montar uma equipe e, efetivamente, realizar o trabalho? Quem seria ou poderia se tornar um agente redutor de danos¹⁹ ?

Não tínhamos um perfil previamente definido para preenchermos as quatro vagas de agentes redutores de danos, conforme era previsto no projeto.

No entanto, para nós era fundamental que esses trabalhadores não atuassem a partir da lógica proibicionista, de guerra às drogas. Também seria importante que eles conhecessem a comunidade onde iríamos atuar. Naquele momento, de abertura de campo, tínhamos o desejo de que o redutor de danos atuasse como um elo entre o serviço de saúde e a comunidade.

Em um primeiro momento, ficou definido que seria contratada apenas uma pessoa para atuar como redutor de danos. Para encontrá-la, nossa estratégia foi chamar o coordenador da Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na região onde iríamos começar o trabalho, e propor que ele indicasse pessoas com potencial para o trabalho na comunidade. Nossa idéia inicial era ir conversar com as pessoas indicadas

¹⁹ Embora o Ministério da Saúde reconheça o trabalho dos Redutores de Danos, esses trabalhadores não são reconhecidos como uma categoria profissional regulamentada por lei como os Agentes Comunitários de Saúde. Em Santa Maria, no ano de 2008, a Câmara de Vereadores aprovou a lei municipal que cria a categoria funcional de Agente Redutor de Danos. Entretanto, infelizmente, em função das eleições municipais de 2008, não tivemos tempo hábil para realizar concurso público. Essa situação está sob vontade política da administração 2009-2012. Para saber mais sobre a situação de trabalho dos agentes redutores de danos do RS, ver Petuco (2007).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

pelo coordenador da UBS, mas sem falar em trabalho, contratação, e sim sobre a vida cotidiana, concepções acerca do uso de drogas, etc. Pensávamos que as demais pessoas que atuavam como redutoras de danos seriam encontradas a partir dos trabalhos de campo, já que poderíamos conhecer pessoas afinadas com a proposta da RD.

No entanto, não foi bem assim que aconteceu, pois o coordenador da UBS começou a encaminhar algumas pessoas à SMS, dizendo que se tratava de uma entrevista de trabalho. Vivenciei uma situação tensa, desafiadora e muita solitária. Ainda trabalhando como estagiária, me deparei com a responsabilidade de encontrar uma pessoa para trabalhar comigo em uma proposta de trabalho que, ao mesmo tempo em que me mobilizava, era bastante nova para mim.

Passei a receber essas pessoas que compareciam na SMS na expectativa de obtenção de emprego. Intuitivamente, elaborei uma pergunta que poderia me ajudar a conhecer a concepção das pessoas sobre a questão das drogas que era: “O que você pensa sobre a proibição de algumas drogas”?

Após duas semanas de entrevistas, pensei que tínhamos encontrado uma pessoa interessante para ser redutora de danos, era uma mulher, a Vênus²⁰, uma moça de aproximadamente 20 anos e desinibida para falar. Quando fiz a pergunta (O que você pensa sobre a proibição de algumas drogas?), Vênus falou que não entendia porque algumas pessoas tinham que se esconder para usar drogas que eram proibidas, enquanto outras usavam drogas sem se esconder, já que o uso era permitido. A resposta de Vênus foi decisiva, ela tinha sido a primeira pessoa que havia dado uma resposta desse tipo. Entre as pessoas entrevistadas anteriormente, algumas disseram que as drogas faziam mal e deveriam ser proibidas mesmo; outras responderam que não haviam pensado sobre isso.

²⁰ Neste trabalho, os nomes dos sujeitos serão substituídos por nomes que designam planetas, signos do zodíaco e pedras.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Com a resposta de Vênus, me senti convocada a expor sobre o que consistia o trabalho. Ela empolgada disse que poderíamos contar com o seu marido, que ele jogava futebol com as pessoas que usavam e que vendiam drogas na comunidade onde iríamos atuar.

Depois dessa entrevista, conversei com as diretoras da SMS e definimos que, enquanto as contratações não fossem realizadas, eu e Vênus nos encontraríamos uma vez por semana para estudar sobre usos de drogas e RD e mapear a comunidade, enfim, para pensar a abertura de campo. Vênus e eu passamos a nos reunir e discutir sobre a questão das drogas em nossa sociedade, HIV/Aids, saúde pública e também sobre as dinâmicas de vida na comunidade. Em meio às conversas formais de trabalho, algumas indagações sobre a vida da outra aconteciam. Nesse contexto, ela contou que tinha estudado até a sétima série, tinha três filhas e só havia trabalhado como empregada doméstica, relatou que estava cansada da vida, pois seu marido passava grande parte do tempo desempregado. Falou que estava feliz com essa oportunidade de trabalho e que ir até a SMS, mesmo sem ter sido contratada, estava sendo bom para ela.

Em março de 2002, a Secretaria Estadual de Saúde ofereceu uma capacitação em RD, na cidade de Porto Alegre. Resolvemos participar, já que não teríamos gastos financeiros, pois as despesas com alimentação e hospedagem seriam custeadas pela Secretaria Estadual de Saúde, e o deslocamento pela SMS de Santa Maria. Essa ocasião foi nossa primeira capacitação em RD e teve a duração de três dias. Em Porto Alegre, além de termos acesso a uma série de peculiaridades sobre RD, tivemos a oportunidade de realizar um trabalho de campo nessa especificidade. Para isso, eu e Vênus nos separamos e cada uma foi com um grupo diferente. A experiência de fazer pela primeira vez um campo foi muito desafiadora. Antes de sair para visitar uma comunidade rotulada como violenta na região metropolitana, eu estava relativamente tranquila. Na medida em que eu e dois redutores experientes fomos nos aproximando do local, fiquei um pouco nervosa e receosa em relação ao que poderíamos encontrar. Essa sensação, ao longo da caminhada, foi desaparecendo, pois encontrávamos

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

mulheres tomando chimarrão, homens consertando casas, algumas pessoas bebendo cerveja ou cachaça nos bares. O que vi naquele lugar foi uma dinâmica da vida cotidiana de pessoas que pertencem às camadas populares da sociedade. Ao olhar para as pessoas e escutar o que elas diziam fui ressignificando aquela sensação de risco que eu estava sentindo, passei a transitar tranquilamente pelas ruas daquela comunidade. Ao final do campo, os dois redutores me falaram que eles nunca tinham ido naquele lugar antes, que naquela tarde tínhamos aberto um novo campo naquela cidade. Voltei para o hotel eufórica, empolgada e ansiosa para começarmos logo esse trabalho em Santa Maria.

Os três dias de capacitação em Porto Alegre também propiciaram que conhecêssemos novas pessoas que trabalhavam ou que iriam trabalhar com RD. Naquela época, existiam muito poucos PRD's que funcionavam no estado. Como em qualquer encontro de pessoas, empatias são estabelecidas e, após os momentos formais de trabalho, algumas pessoas saem para tomar alguma bebida e conversar.

Eu e Vênus retornamos para Santa Maria e tivemos mais três encontros semanais. Compartilhamos sobre o que ouvimos e aprendemos na capacitação, elaboramos o material informativo que usaríamos em campo e fomos a uma reunião do Conselho Municipal de Saúde em que a diretora de saúde coletiva da SMS apresentou a proposta de trabalho em RD. Depois disso, Vênus não apareceu mais. Quem apareceu foi Marte, seu marido, para nos perguntar quando que ela voltaria para Santa Maria já que ela tinha dito em casa que iria viajar a trabalho outra vez. Nessa ocasião, ficamos um pouco assustadas e falamos a Marte que não teve nenhuma outra viagem.

Marte falava baixo, tinha dificuldade para se comunicar e olhar nos olhos, frequentou a escola até a segunda série do ensino fundamental e possuía, aproximadamente, 28 anos. Na semana seguinte ao sumiço de Vênus, Marte retornou à SMS dizendo que não sabia o que fazer. As três filhas estavam com ele e perguntavam pela mãe. Liguei para algumas pessoas que trabalhavam com RD no estado e ninguém tinha notícias sobre o paradeiro de Vênus.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Marte disse não entender o que estava acontecendo, já que Vênus estava empolgada com o trabalho, chegava em casa falando sobre RD e pedindo sua ajuda para a abertura do campo na comunidade.

O sumiço de Vênus deixou Marte arrasado e também nos trouxe preocupação, pois estávamos encaminhando as contratações e abertura de campo em Santa Maria. Pensamos que, se Vênus seria a mediadora entre o serviço e a comunidade com a ajuda de Marte, Marte poderia vir a ser o redutor de danos que precisávamos. Considerando que ele possuía familiaridade com a proposta de trabalho que iríamos desenvolver e, além disso, tinha vínculos com a comunidade em que atuaríamos, resolvemos convidá-lo para ser redutor de danos no lugar da sua esposa que havia desaparecido.

Marte demorou mais de um mês para aceitar o convite, a sua contratação foi efetivada juntamente com a minha, em julho/2002. Assim, ele se transformou no primeiro redutor de danos do PRD de Santa Maria, onde atuou durante três anos. Posteriormente, Vênus veio a Santa Maria para ver suas filhas e ficamos sabendo que ela foi embora para morar com um redutor de danos que conheceu na capacitação em Porto Alegre.

Turmalina Negra foi o segundo redutor de danos a integrar o PRD, também contratado em julho de 2002. Era um colega de faculdade de 21 anos, muito próximo a mim, que realizava estágio em outro setor da Prefeitura Municipal de Santa Maria. Quando nos encontrávamos na faculdade, eu comentava sobre os processos que estávamos vivenciando na SMS, ele ficava empolgado e dava várias idéias. Em uma dessas ocasiões, perguntei a ele se estava disposto a interromper o estágio que realizava para ir trabalhar conosco. Turmalina Negra concordou e trabalhou como redutor de danos durante seis meses, depois passou a trabalhar comigo na coordenação, atuou no PRD até fevereiro de 2006.

Peixes foi o terceiro redutor, que iniciou a trabalhar no PRD após seis meses de sua implantação. Era um usuário acessado em campo, uma das primeiras pessoas que

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Marte nos apresentou. Peixes possuía 30 anos e freqüentou a escola até a terceira série do ensino fundamental. Soropositivo para o HIV/Aids, fazia tratamento no Hospital Universitário de Santa Maria e nos recebia em sua casa, onde ficava com Kit's de Redução de Danos e caixa coletora²¹. Peixes distribuía insumos e nos entregava caixas coletoras com seringas utilizadas. Pensamos que ele seria um bom redutor, pois já considerávamos um amigo do programa. Uma tarde fomos até sua casa e o convidamos para juntar-se a nós na equipe, ele pareceu não ter ficado muito feliz. Supomos que ele aceitou o convite por ter sido feito diante de sua esposa, que ficou muito contente. No entanto, após começar a trabalhar, Peixes se mostrou um ótimo redutor de danos, fazia campo de forma genial. Diferentemente de Marte, era super participante nas atividades de estudo, aprendemos muita coisa com ele. Peixes trabalhou conosco até dezembro de 2004, quando foi a óbito em decorrência do HIV/Aids.

Estávamos no início do ano de 2003, tínhamos que fazer toda a prestação de contas referente ao ano de 2002. Até então, Turmalina Negra estava me ajudando em todos os procedimentos burocráticos, compra de insumos, de móveis e equipamentos para o PRD. Fazíamos trabalho de campo rotineiramente, queríamos ampliar os campos para outras regiões do município. Foi nesse contexto que eu e Turmalina Negra resolvemos que trabalharíamos, predominantemente, na coordenação e chamaríamos um novo redutor de danos para as atividades de campo.

O quarto redutor de danos, aqui chamado de Lua, foi também colega de faculdade e realizava estágio em um determinado setor da SMS. Era uma pessoa de 21 anos, muito tímida, na aula não cumprimentava, tampouco conversava com os colegas. No entanto, gradativamente, em seus intervalos de trabalho começou a frequentar a sede do PRD que ficava há poucos metros do seu setor de trabalho. Em pouco tempo,

²¹ A caixa coletora é o recipiente que os serviços de saúde utilizam para fazer o descarte de materiais perfuro cortantes. No caso da RD, os redutores de danos levam consigo quando vão a campo, para que as seringas já utilizadas, entregues ou encontradas por eles, sejam descartadas adequadamente.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

já conversávamos muito na faculdade e estávamos mais próximos na sede da SMS. Nesse período, o desejo de que ele se juntasse a nós no trabalho do PRD era recíproco, mas estávamos esperando o momento oportuno para fazer o pedido à equipe diretiva da SMS. Até que um dia ficou evidente para o diretor responsável pelo trabalho de Lua que era melhor ele ir trabalhar conosco, pois isso já estava ocorrendo na prática. Lua trabalhou conosco até maio de 2006.

Em abril de 2004, com a intenção de ampliar o PRD e implantar uma política municipal voltada para o HIV/Aids, nos mudamos para uma nova sede, a Casa Treze de Maio. Nessa ocasião, absorvermos quatro redutores de danos que haviam trabalhado no Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS), órgão que chegou a desenvolver um trabalho de RD em uma região de Santa Maria durante 2001, 2002 e 2003. Em 2002, quando começamos a trabalhar com RD, propomos aos integrantes do CIS uma discussão sobre os trabalhos realizados, o que não foi aceito pela coordenadora desse trabalho na época. Embora houvesse um distanciamento entre as ações em RD realizadas pelo CIS e as práticas do PRD da SMS, resolvemos contratar os quatro agentes redutores de danos do CIS (Topázio, Ágata, Ônix, Virgem) já que conheciam a região onde abríamos novo campo, em Santa Maria.

Nesse contexto, chegou Topázio, na época com 29 anos, possuía o ensino médio e um talento incrível para desenhar. Era um rapaz calmo, com facilidade para se expressar. Topázio era muito interessado pelo trabalho, fazia várias reflexões e, com o decorrer do tempo, passou a ler bastante e a se mostrar um ótimo redutor de danos, que gostava de aprender coisas novas. Trabalhou conosco até dezembro de 2008.

Ágata, um rapaz com aproximadamente 29 anos na época, com ensino médio incompleto, que sabia fazer muitas coisas, pois já havia trabalhado como pedreiro, carregador de carga para caminhão, etc. Aos poucos foi demonstrando suas diversas habilidades e se tornou o “coringa” do PRD. Gostava muito de contar histórias, estabelecia boas relações, não só com as pessoas acessadas em campo, como também com outros profissionais da SMS, o que fez com que ele assumisse outras responsabilidades no trabalho. Além de redutor de danos, cuidava do estoque no

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

almoxarifado, entregava preservativos nas UBS, enfim, Ágata passou a ser uma pessoa indispensável. Trabalhou conosco até dezembro de 2008.

Ônix era uma pessoa com aproximadamente 25 anos que gostava muito de rua, baile funk. Ônix havia estudado até a sexta série e nessa época ainda tentava seguir seus estudos. Ônix era tímido, tinha dificuldade para se expressar e talvez, por isso, não levasse muito jeito para ser agente redutor de danos. Trabalhou conosco até fevereiro de 2006.

A última pessoa que chegou, nesse contexto, foi Virgem, um rapaz de aproximadamente 26 anos, com o ensino médio completo. Virgem, com o passar do tempo, dava demonstrações de que não era uma pessoa confiável, queria tirar vantagem em algumas situações. Gostava de trabalhar de calça e camisa social, o que era inconcebível, pois a roupa se apresentava como um critério de aproximação ou distanciamento das pessoas acessadas em campo. Virgem não tinha o menor talento para ser redutor de danos, tinha medo de conversar com as pessoas, quando se referia a alguém encontrado no trabalho de campo, dava a entender que era um bandido ou marginal. Tentamos demitir Virgem no mesmo ano em que foi trabalhar conosco, porém, naquela época, mesmo com o apoio da equipe de trabalho que era favorável à sua demissão, fiquei constrangida em exercer esse tipo de poder. Ele permaneceu no PRD até fevereiro de 2006. Virgem fingiu um acidente de trabalho e pediu atestado a um médico que era candidato a vereador. Ficou afastado quase um ano do trabalho e, quando voltou, evitamos que ele fosse a campo ou que atendesse as pessoas na sede do PRD. A tarefa que atribuímos a ele foi cuidar da limpeza e organização da casa, o que, aliás, ele fazia muito bem.

Esse período foi difícil. Os redutores que trabalhavam no CIS tinham uma lógica demasiadamente tradicional. Saíam para fazer campo com camisetas iguais (o que para nós era uniforme), apenas realizavam a troca de seringas, não tinham muita preocupação em construir relações de vínculo com as pessoas e eram bastante competitivos entre si quanto ao número de seringas entregues e recolhidas. O PRD da SMS procurava atuar numa outra lógica, pautada no estabelecimento de relações

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

horizontais, de acolhimento e vínculo, e não centrada na distribuição e/ou recolhimento de seringas. Tentávamos estabelecer um processo de trabalho em equipe e pensar sobre ele, priorizando o aspecto qualitativo.

Ao invés do uso de uniforme, confeccionamos um pequeno crachá para os redutores de danos e foi sugerido que cada um deles andasse com o documento no bolso, um recurso frente a alguma situação tensa, como alguma abordagem policial, o que frequentemente acontecia. Concebíamos que o crachá “substituíra” o uniforme, mas sugeríamos que os redutores não o deixassem à mostra, e sim o levassem sempre consigo.

Eu e Turmalina Negra, que atuávamos na coordenação, às vezes, ficávamos ansiosos, pois queríamos muito que as pessoas acessadas no campo fossem até a sede do PRD, solicitassem o kit de Redução de Danos, participassem da sessão de cinema que fazíamos quinzenalmente na Casa Treze de Maio e queríamos que as caixas coletoras voltassem cheias de seringas. Algumas pessoas combinavam que iriam à sede para ver um filme, mas não apareciam, o que nos deixava frustrados e nos instigava a fazer cobranças aos redutores. Nessas ocasiões, eles explicavam que não era fácil, para essas pessoas, saírem de suas casas e irem a uma unidade de saúde (que era a forma como elas viam a sede do PRD) para assistir um filme, por exemplo. A maioria das pessoas que acessávamos no campo estava acostumada a ir a UBS's para consultar ou buscar remédio, não para entretenimento ou para obter kit para uso injetável de drogas. Isso fazia com que as pessoas do campo, algumas vezes, desconfiassem um pouco de nós.

Com a morte de Peixes, convidamos uma das primeiras pessoas acessadas em campo para trabalhar conosco a partir de 2005 – o Saturno, que era amigo e vizinho de Marte (que não trabalhava mais conosco) e de Peixes. Saturno teve uma vida boa, confortável, até seu pai morrer, durante um tempo trabalhou como eletricitista. Ele era calmo, se relacionava bem com os colegas, era mais velho, suponho que, na época, devia ter, aproximadamente, 39 anos. Era competente para fazer o trabalho de redutor

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

de danos, no entanto, faltava bastante ao trabalho, até que em fevereiro de 2006 foi demitido juntamente com Ônix.

Em 2005, também tivemos uma psicóloga, a Capricórnio. No entanto, por questões administrativas, trabalhou apenas três meses e foi desligada. Até maio de 2006, além de Capricórnio, cinco pessoas foram desligadas da equipe: Turmalina Negra, Lua, Virgem, Ônix e Saturno. Para desenvolver o trabalho junto à coordenação, convidamos a Ametista, que havia sido nossa colega de faculdade e trabalhava na SMS como estagiária durante todo o curso de graduação. Ela possuía, aproximadamente 24 anos, era super curiosa e determinada no trabalho, trabalhou conosco até março de 2008.

Em 2006, optamos por contratar Safira, uma colega de faculdade que concluiu a graduação em Ciências Sociais²², juntamente comigo e os demais colegas. Safira tinha, aproximadamente, 24 anos, era responsável e implicada com o trabalho que fazia. Além de atuar como redutora de danos, Safira fazia um trabalho voltado a profissionais do sexo. Trabalhou no PRD até junho de 2008.

Nessa mesma época, convidamos Urano que era uma agente comunitária de saúde, com aproximadamente 29 anos. Ela morava em uma comunidade que desenvolvíamos o trabalho de campo e durante algum tempo ajudou os redutores de danos naquela área. A sua experiência como agente comunitária favoreceu o seu trabalho em redução de danos, entretanto, algumas dificuldades de relacionamento na equipe foram aparecendo, o que nos fez afastá-la da equipe. Trabalhou no PRD até fevereiro de 2008.

²² A escolha pelos acadêmicos em Ciências Sociais que trabalharam no PRD ocorreu não apenas por laços de amizade, e sim porque todos tinham afinidade com a temática da Redução de Danos, antes de se envolverem formalmente com esse trabalho. Com o passar do tempo, conforme íamos estudando, percebemos que a Saúde Coletiva emergiu a partir de processos de diálogo entre as Ciências da Saúde e as Ciências Sociais e Humanas. A partir do envolvimento com o trabalho no PRD, passamos a acreditar que os cientistas sociais são capazes de contribuir na gestão e no desenvolvimento de ações de prevenção e promoção de saúde no SUS, deixando de ocupar apenas a discussão acadêmica (teórico-conceitual) como *lócus* de atuação.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Além de todas essas pessoas que trabalharam com vínculos institucionais trabalhistas²³, tivemos alguns estagiários que se integraram ao trabalho e à equipe. Alguns por um curto período de tempo, outros por um período maior. A primeira foi a Cristal, uma estudante de psicologia que em 2002, após uma apresentação do trabalho que fizemos em um seminário da saúde, nos procurou manifestando seu desejo de juntar-se ao grupo por meio de um estágio não remunerado. Sua saída ocorreu devido ao seu pai não concordar com a proposta de trabalho do PRD e exigir que a menina de 20 anos interrompesse o estágio sob pena de não pagar mais a sua faculdade.

Outra estagiária foi Netuno, uma técnica em enfermagem que assistiu a mesma apresentação, referida anteriormente, e nos procurou, manifestando o seu interesse em fazer um estágio não remunerado no PRD. Logo após a saída de Cristal, Netuno que possuía bastante afinidade com a redução de danos, se integrou facilmente à equipe e ao trabalho, inclusive a convidamos para ser contratada como redutora de danos do PRD. No entanto, por questões pessoais, ela teve que mudar de cidade.

O terceiro estagiário chegou no PRD em outras condições. Estávamos no ano 2007, uma colega enfermeira que também era professora no curso de Enfermagem de uma faculdade particular da cidade, nos convidou para abriremos campo de estágio curricular no PRD, pois ela gostaria muito que alguns alunos conhecessem o trabalho. Assim chegou Júpiter, que ficou conosco três meses. A quarta estagiária foi Sol, que ficou no PRD por um ano consecutivo. Sol escreveu sua monografia de conclusão de curso sobre Redução de Danos e foi uma pessoa importante no processo de trabalho, que contribuiu para a qualificação de algumas práticas.

Por fim, em 2008 chegou Quartzosa Rosa, uma enfermeira que se vinculou ao PRD na condição de estagiária voluntária. Ela realizava mestrado em Saúde Coletiva e

²³ Todas as pessoas que passaram pela equipe do PRD ao longo desses seis anos foram contratadas, sob leis trabalhistas, por uma OSCIP que prestava esse tipo de serviço ao Sistema de Saúde da região centro-oeste do Rio Grande do Sul. Porém, o recurso financeiro foi repassado pelo Ministério da Saúde por meio de financiamento para ações no âmbito do HIV/Aids.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

pretendia fazer sua pesquisa sobre mulheres profissionais do sexo. Tenho conhecimento de que Quartzo Rosa ainda permanece realizando esse trabalho, com término previsto para final de 2010.

No período de 2004 a 2008, a Casa Treze de Maio estava transbordando vitalidade. As pessoas que faziam uso de alguma droga apareciam no local para buscar insumos de prevenção, e, muitas vezes, ficavam durante a tarde toda, conosco. Várias pessoas soropositivas para o HIV frequentavam a sede do PRD não só para falar de doença, e sim falar da vida, das histórias de cada uma, do seu cotidiano. Um grupo de homossexuais, gays e transgêneros atuantes em uma ONG do município passaram a realizar reuniões semanais na Casa Treze de Maio.

No ano de 2004, a Prefeitura Municipal de Santa Maria realizou um concurso público para a área de saúde do município. Por perceberem as contribuições que as Ciências Sociais estavam dando ao desenvolvimento do PRD, abriram vaga para sociólogo. Em abril de 2008, foi nomeado um sociólogo (Plutão) para atuar no PRD. Trabalhei pouco tempo com ele, mas o suficiente para perceber que tínhamos concepções divergentes acerca do uso de drogas, da Redução de Danos e da Saúde Pública e Coletiva.

Desde 2008, circulava na SMS, a notícia de que a OSCIP que era a contratante de equipes de saúde do município demitiria todas as pessoas até julho de 2009, conforme termo de ajuste de condutas do Ministério do Trabalho, assinado em 2007. Essa notícia me deixou mais preparada para a possibilidade de demissão, o que eu sabia que iria acontecer em algum momento, pois não era concursada. Ágata e Topázio decidiram sair antes do final de 2008. A saída dos últimos redutores de danos foi algo que me causou sofrimento devido ao vínculo que construímos. A Casa Treze de Maio parecia estar sem graça, o trabalho era realizado com pouca motivação. Eu sentia uma sensação de luto, uma nostalgia tomou conta de mim, e sentia que estava próxima a minha saída.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Então, no final de dezembro de 2008, convidei uma psicóloga concursada para trabalhar no PRD, a Esmeralda. Ela acompanhava as atividades do fórum santamariense de redução de danos desde que foi nomeada na SMS, no primeiro semestre de 2008. Nessas ocasiões, ela se mostrava muito sensível em relação às discussões não proibicionistas acerca do uso de drogas. A presença sistemática de Esmeralda nesse espaço de conversação e reflexão caracterizava-se como algo raro na história dos fóruns, pois poucos colegas da SMS participavam desses eventos, que ocorriam desde o final de 2006, a cada dois meses.

Intuitivamente, pensei que ela poderia contribuir para o fortalecimento das práticas em RD e do PRD, num momento de transição político-administrativa no município. Com Esmeralda, infelizmente, trabalhei por poucos meses, já que fui desligada da SMS em maio de 2009, no início da gestão municipal 2009-2012.

Os processos expostos demonstram que no PRD de Santa Maria, os critérios formais de contratação de pessoal, como provas, entrevistas realizadas a partir de normas técnicas não foram os que predominaram para composição de um grupo de trabalhadores. A maioria das pessoas que compuseram a equipe, chegaram ao PRD por meio relações sociais mais amplas. No caso de Marte, o primeiro redutor, a rede que o levou para o PRD pode-se dizer que foi a conjugal-afetiva. Sua esposa (Vênus) comentava com ele sobre o conteúdo de nossas discussões. O mesmo aconteceu com os colegas de faculdade que se inseriram por uma rede de amizade e afinidade pela temática em RD.

Também houve a transformação de usuários do PRD em agentes redutores que foi o caso de Peixes e Saturno. Essas questões são emblemáticas para pensarmos a forma como o PRD se estruturou. Das quatro pessoas que tinham experiência em Redução de Danos comprovada no papel, ou seja, formalmente, apenas duas demonstraram sensibilidade para um trabalho cuja proposta era uma atuação não proibicionista junto a pessoas que faziam uso de alguma substância psicoativa e suas redes de interação social.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

As equipes que trabalharam no PRD, provavelmente pelo percurso de cada integrante, imprimiam um processo de trabalho surpreendente. Foram várias as ocasiões em que algum agente redutor de danos não aparecia no trabalho durante alguns dias e, quando retornava, fazia de conta que nada havia acontecido. Assim como as substâncias ilegais, os redutores transitavam por circuitos clandestinos, o que muitas vezes nos deixava apreensivos.

No início do trabalho, alguns redutores tinham receio em compartilhar suas angústias ou problemas comigo e com Turmalina Negra, que representávamos para eles, em algumas situações, os “chefes”. Porém, com o passar do tempo, as relações de hierarquia foram se transformando em relações mais horizontais, com parceria e afeto. Para que conseguíssemos trabalhar em equipe, além de reuniões, estudos, atividades de cinema, fazíamos churrasco, íamos tomar cerveja em algum bar. Com exceção de Virgem, todos os trabalhadores do PRD estabeleceram relações de amizade entre si.

Nas próximas páginas, apresentarei duas situações vividas em campo por três agentes redutores de danos da cidade de Santa Maria/RS. Para essas descrições, foram utilizados dois vídeos, produzidos em 2007, pelos agentes redutores de danos, que nesse texto serão chamados²⁴ Safira, Topázio e Ágata. Com isso, buscamos situar atuações não proibicionistas no campo das drogas.

4.3 Em campo com os Agentes Redutores de Danos

4.3.1 A rua como um cenário do campo

O campo estava sendo feito em uma vila localizada na região leste do município de Santa Maria, construída com o propósito de proporcionar moradia para pessoas que viviam em áreas irregulares, conhecidas como “invasões”. As casas de alvenaria eram

²⁴ As pessoas acessadas em campo, que mantiveram maior interlocução nas filmagens utilizadas, serão chamadas de Sagitário e Áries.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

todas parecidas, compostas por cinco pequenas peças – dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As construções eram feitas com materiais de baixa qualidade, mesmo assim, algumas casas receberam de seus moradores tintas coloridas em suas fachadas, flores nas janelas, cerquinhas de madeira minuciosamente simétricas. Havia casas que não tinham adorno, às vezes, uma cerca improvisada, outras casas evidenciavam uma situação de desleixo e abandono. Dessa forma, as casas, que eram iguais na forma, foram modificadas, tornando a paisagem uma mistura de cores e sombras com muitos contrastes.

Após visitar duas casas, os agentes redutores de danos (Safira, Topázio e Ágata) passam por um campo que serve para jogar futebol e chegam a um local arborizado. Alguns troncos de árvores foram pintados de branco pelos moradores, o que dava um aspecto bonito para aquela área pública da vila que parecia ser um local de lazer e de encontro entre vizinhos. O chão era coberto com terra, algumas raízes das árvores se salientavam e, de forma esparsa, algumas áreas cobertas com grama alta contrastavam com o chão de terra. Sob a sombra de uma das árvores, dois homens, com aproximadamente 40 anos, estavam sentados, jogando cartas em uma mesa improvisada. Em pé, havia dois rapazes que aparentavam ter 20 e 25 anos. Nesse lugar, os redutores foram recebidos com cordialidade e tranquilidade. Sem interromper o jogo de cartas, um dos homens pegou preservativos masculinos com os agentes, já o seu companheiro de jogo não quis nenhum insumo. Em seguida, os dois rapazes que estavam ao redor receberam preservativos, materiais informativos e fita de pulso vermelha, o que gerou uma brincadeira sobre a cor da fita que era a mesma do time de futebol da redutora.

A entrega dos insumos aconteceu de modo descontraído, os redutores divulgavam os serviços existentes e que poderiam ser acessados na sede do PRD. Nesse contexto, um agente redutor ofereceu kit de redução de danos para os rapazes que estavam próximo aos jogadores de cartas. Eles aceitaram, um deles, o Sagitário foi em direção aos redutores de danos, questionando sobre a possibilidade de aposentadoria para pessoas que vivem com HIV/Aids. Os trabalhadores da saúde

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

explicam que aposentadoria por decorrência do HIV/Aids não é uma questão simples. Sagitário concorda e salienta a necessidade do laudo médico, mostrando-se bastante interessado pelo assunto. Um dos jogadores de cartas participa da conversa por meio de uma brincadeira: “O que eu vou querer com benefício depois que eu tiver lá dentro do hospital?” Nesse momento, um dos redutores disse que nem todas as pessoas que entram num hospital com HIV/Aids permanecem nele até a morte. Muitas saem e vão viver suas vidas, apesar da condição sorológica.

Com o kit Redução de Danos em um bolso da bermuda, os pés descalços e o peito à mostra, Sagitário seguia a conversa sobre o tratamento de quem vive com HIV/Aids:

Eu conheço pessoas que vivem com HIV. Digamos assim, todo o mês a pinta tem uma consulta. Não foi numa consulta ontem, já tem uma consulta marcada lá pra janeiro. Mas todo o ano tem consulta. Então, eles estão de olho nesse cabeça por que alguma coisa não está certa com ele. Senão, tinha uma consulta hoje, no ano que vem, ou quando tiver alguma coisa, quando não estiver se sentindo bem... Mas todo mês consulta? Isso pra mim não é coisa boa.

Os redutores contam que em geral as consultas de acompanhamento do HIV/Aids são trimestrais, as consultas mensais podem ser por outros motivos que não necessariamente o do HIV/Aids. Um dos jogadores de cartas disse desconhecer que as consultas eram mensais. O outro jogador e o garoto encostado na árvore acompanhavam em silêncio a conversa. Sagitário junta calmamente suas duas mãos, leva-as até ao nariz, com a expressão de quem está pensativo e prossegue a fala: “Têm vários assim que a defesa deles já tão em 300. 300 é muito baixo por que a contagem da defesa tem um certo limite. 260 é o mínimo, tu já ta com o pé na cova... E esses aí já não têm direito de se aposentar?”

Um dos redutores afirma que conheceu uma menina que teve o CD4²⁵ muito baixo. Então, Sagitário perguntou se ela estava morta. Quando o redutor disse que não, ele fez uma brincadeira dizendo que a menina havia ressuscitado. Nesse momento,

²⁵ A contagem de células T-CD4 é um procedimento em que o número dessas células é contado em um teste laboratorial depois de uma retirada de sangue. É usada para monitorar a função do sistema imunológico em pessoas soropositivas para o HIV.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

todos riram, inclusive os redutores, e continuaram a conversa sobre exames e questões que envolvem o HIV/Aids. Sagitário demonstrava cada vez mais interesse no assunto e dava continuidade à conversa:

Eu fui num programa de portador de HIV só pra saber qual é que é dessa doença. E se um cabeça da banda deu assim convulsão é uma coisa grave, é gravíssimo. Deu três em casa, chegou no hospital, deu mais cinco. Vocês acham que é possível uma pessoa sofrer oito convulsão de uma pegada assim? Eu acho que não é possível...

O homem que estava jogando cartas, mais uma vez, perguntou: “ninguém morre de HIV então?” Os redutores responderam que havia pessoas que morriam em decorrência do HIV/Aids, principalmente quando demoravam a saber seu diagnóstico, postergando o início do tratamento. Os trabalhadores da saúde aproveitaram para esclarecer a diferença entre ser portador do HIV e ter Aids. Os quatro homens prestavam atenção na conversa, Sagitário resumiu a fala dos redutores dizendo que uma coisa era ter o vírus, outra era desenvolver a doença, mas, segundo ele, quando a doença acontecia, a morte chegava. Os redutores discordaram e disseram que, quando a doença chegava, os médicos entravam com a medicação e, se o tratamento fosse bem feito, a carga viral diminuía, e o CD4 aumentava.

Sagitário perguntou se quem tinha o CD4 abaixo de trezentos teria que tomar remédio. Um dos redutores respondeu que isso quem resolveria é o médico e que cada caso é um caso. Sagitário menciona que ficou sabendo da existência de um remédio, um coquetel chamado AZT, que, de acordo com suas palavras, era muito “pauladão”, “um monte de remédio misturado que ficava uma coisa pequena”. Ele disse conhecer uma moça que usava esses remédios, que, até então, ele não sabia o que era, mas sua curiosidade o fez questionar do que se tratava. Foi quando sua amiga explicou para que serviam. Sagitário prossegue: “se alguém mais curioso que eu pega o remédio achando que é um remédio de droga, para se chapar e toma, será que dá um pauladão ou ele cai durinho”? Nesse momento, o clima fica mais descontraído, os redutores dizem que cada organismo é um organismo e que as reações são diferentes. Safira aproveita para falar sobre o custo dos antiretrovirais e da possibilidade que existe no Brasil de tratamento pelo SUS.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Sagitário comenta que o governo não dá dinheiro porque o problema do HIV/Aids é um problema do mundo todo. Ágata argumenta que o SUS garante o acesso ao tratamento e que, se ele for soropositivo, poderá tratar-se gratuitamente. Sagitário aborda a questão da dispensação do medicamento, de um jeito como se tivesse visto em algum lugar, alguma casa, vinte ou trinta vidrinhos de remédio. Aí, em tom de brincadeira, diz que uma pessoa que toma esses medicamentos precisa de muita ajuda porque, segundo ele, “é muito remédio para um corpo só”. Nesse momento, Sagitário começa a falar de si, questionando:

E quem toma medicação contínua? Porque eu tomo uma vitamina pro pulmão, meu pulmão não é assim 100%. Eu tomo uma vitamina que é a B, complexo B e é contínua. Então, digamos assim, contínuo é pra sempre?

Topázio se atrapalha um pouco e responde que contínuo não é, necessariamente, para sempre. Sagitário prossegue:

Mas e se eu quiser parar de tomar essa vitamina e o remédio pra convulsão que me receitaram? Os dois são de uso contínuo? Se eu quiser parar de tomar assim, digamos uma semana, natal e primeiro de ano? Eu sem tomar um gole?

Safira entende um pouco da situação em que Sagitário se encontra e sugere que ele fale com o médico que o acompanha e enfatiza que existem alguns medicamentos que podem ser ingeridos junto ao uso de álcool, mas que é importante falar com seu médico. Sagitário responde:

Eu vou falar com ele, eu tenho uma consulta agora dia 13. Eu vou intimar ele, porque eu, virada de ano, todo mundo tomando uma cervejinha, uma champanhe e eu de bico seco, tomando água, refri? Mas aí sim, e me chapar de maconha, ficar locão só de maconha? Mas aí sim! Mas daí não é a mesma coisa, não é a mesma coisa.

Safira pergunta se o médico disse que não poderia beber enquanto tivesse tomando os medicamentos. Sagitário diz que sim, que o médico disse que, se ele bebesse durante o uso dos medicamentos, ele iria “parar na cidade dos pés juntos, que é o cemitério”. Ele disse que há dois meses não bebia, mas que estava com vontade de beber um pouco. Sagitário fez mais comentários, olhando para os redutores com a fisionomia de dúvida e ironia:

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Eu não entendi isso aí. Eu tenho um problema no meu pulmão, como que eles não me cortaram o cigarro, a maconha? Eles deviam de ter cortado porque o cigarro faz mal pro pulmão. O cigarro faz mal pro pulmão, não faz? E eles não cortaram nada disso, tiraram a bira, a bebida...

Safira diz que o ato de fumar está também associado ao prazer, que talvez fosse interessante Sagitário diminuir um pouco o cigarro, ao invés de eliminá-lo imediatamente.

Os redutores se encaminham para irem embora, falam, mais uma vez, dos medicamentos antiretrovirais, da importância de fazer o tratamento e saber que os medicamentos podem provocar diversas reações no organismo das pessoas. Eles se colocaram à disposição, convidaram o pessoal para aparecer na sede do PRD e se despediram com apertos de mãos. Esse bate-papo durou aproximadamente 20 minutos e todos pareciam estar à vontade diante da filmagem. Ao saírem, Safira novamente fez uma brincadeira, dessa vez, em relação à toalha que estava sobre a mesa improvisada, com o brasão de seu time de futebol.

4.3.2 O campo na casa de Áries

Os redutores estavam em uma vila na região oeste do município, andavam com o Fiat Uno da SMS por uma rua de chão batido. A rua era larga e havia casas dos dois lados. O limite da cerca ou muro das casas não ficava na linha da rua. Havia uma área, em algumas casas, gramada, em outras, não. Nesses casos, a “área” servia como “calçada”. Foi numa dessas “calçadas” que viram Áries, a mulher que iam visitar. Pararam o carro, desceram os três redutores de danos (a Safira, o Ágata e o Topázio) e foram ao encontro de Áries que, após cumprimentá-los com beijos no rosto e aperto de mão, os convidou para irem até sua casa, que ficava perto dali.

A casa de Áries era bem modesta, de alvenaria, rebocada e pintada de branco. A entrada da casa era direto na porta, ou seja, não havia área ou varanda antes da porta de entrada. A sala, uma peça com aproximadamente 10 metros quadrados, que possuía uma porta de entrada e uma janela basculante de ferro, tomava conta de toda a parte da frente da casa. No lado da porta e da janela, havia uma cama de solteiro, dois colchões em cima, com uma colcha amarela estendida e dois travesseiros com

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

fronhas estampadas. Do outro lado, havia um sofá estofado de três lugares, forrado com um tecido bege e marrom, o móvel aparentava ter pouco tempo de uso. Ao lado do sofá, bem em frente à cabeceira da cama, havia uma mesa, em que estava estendida uma toalha com estampas. Em cima, havia uma televisão, modelo antigo, de aproximadamente 20 polegadas. Ainda havia outro sofá com dois lugares e uma abertura para um corredor. Em frente, havia um ventilador grande ligado.

Áries era uma mulher de 33 anos, pele clara, cabelos escuros e compridos. Aparentava estar um pouco acima do seu peso. Áries, ao falar, conjugava corretamente os verbos, expressava-se com tranquilidade e desinibição. Nessa visita, ela sentou sobre uma perna em cima da cama, escorou suas costas em um travesseiro e colocou o outro no colo. Safira sentou no sofá de três lugares bem em frente à cama em que Áries estava sentada, Ágata preferiu o sofá de dois lugares.

Áries contou que sua filha de nove anos ainda dormia com ela e o marido e, que para dormir, a menina tinha que pegar o sutiã usado durante o dia por Áries. Todos deram risada. Os redutores convidaram-na para participar de um fórum de redução de danos que seria realizado no próximo mês. Explicaram que o fórum é um espaço aberto, para quem quiser participar, em que há conversas sobre a RD, sobre uso de drogas e “coisas” que têm a ver com isso. Os trabalhadores da saúde dizem que poderiam buscá-la e trazê-la em casa, se quisesse ir ao fórum. Áries diz que vai pensar e faz um questionamento. Diz que tinha uma amiga que morreu há quatro meses, em decorrência da Aids, e perguntou se o homem que havia sido companheiro dessa amiga pode ter adquirido o vírus. Os redutores explicam que ele podia, ou não, ter o vírus e dizem que a única forma de saber é realizando um exame para HIV/Aids. Áries fala sobre a vida da amiga, que se separou do marido e ficou com um presidiário que já estava desenvolvendo Aids, mas, mesmo separada, transava com o ex-marido de três a quatro vezes por semana e, por isso, Áries teme que ele tenha contraído o vírus.

Relatou que, quando a amiga morreu, o ex-marido fez o teste para o HIV e disse que o resultado deu negativo. Áries argumentou, dizendo que tem dúvidas e que imagina que daqui a algum tempo o vírus vai se manifestar no ex-companheiro da

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

amiga. Os redutores explicaram que existe um período chamado janela imunológica, em que a pessoa pode ter o vírus, mas este não aparece no exame. Esse período, na época, era de três meses. Por isso, os redutores mencionaram que o ideal era que o ex-marido, durante todas as relações sexuais, fizesse uso de preservativos, para, posteriormente, fazer um novo exame e ter mais segurança quanto ao resultado.

Áries conta que o ex-companheiro da amiga era seu irmão e que, além dele, uma prima sua, provavelmente, tem o vírus, mas não quer se tratar. Inclusive, conta que essa prima deixou os três filhos na Aldeia SOS e que a família desconfia de que as crianças também tenham o vírus. Os redutores perguntaram se a prima não fez o pré-natal quando estava grávida das crianças, e Áries diz que não, que a prima só ia ao hospital para ganhar as crianças.

Durante essa conversa, Safira abriu seu saco de fumo desfiado, pegou um papel de seda e fechou um cigarro. Quando terminou o ritual de preparação do cigarro, Áries disse que poderia fumar na sala, que não havia problema, mas a redutora levantou, foi até a porta da frente da casa, que estava aberta e acendeu seu cigarro e dali continuou a conversa. Áries conta que na vila em que seu irmão e sua prima moram, muitas pessoas têm o vírus HIV, que a situação lá era muito triste. Diz que a prima não aceitava a condição de ser portadora do vírus e chorava pelo primo que é o irmão de Áries. Nesse momento, Áries se refere ao irmão através de seu apelido. Os redutores que o conhecem dizem desconhecer o apelido dele Áries, em tom de brincadeira, diz não entender como o irmão não havia xingado os trabalhadores da saúde por chamarem-no pelo nome, e não pelo apelido. A partir disso, o clima ficou bastante familiar, parecia que todos eram muito íntimos.

Topázio perguntou para Áries o que ela pensava sobre o trabalho dos redutores de danos, da entrega de kit's de RD. Ela disse que os redutores deveriam visitar a sua casa duas vezes por semana, já que uma era muito pouco. Verbalizou gostar do trabalho deles e, segundo ela, "hoje em dia até mesmo marido e mulher devem usar camisinha porque nunca se sabe quando um ou outro vai dar uma escapada". Os redutores queriam saber o que Áries pensava sobre a entrega de kit's. Ela disse que,

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

apesar de não haver tanto uso de droga injetável em sua região, considerava muito importante esse trabalho.

Contou que já usou droga injetável, parou de usar há nove anos. Afirmou que, quando fazia uso, não compartilhava seringa, usava a dela e jogava fora para evitar a reutilização: “Faz 9 anos que eu não uso mais injetável. Eu comecei a usar com 14 anos e parei quando estava com 3 meses de gravidez do meu primeiro filho. Eu parei de usar sozinha”. Foi questionada se começou usando outra droga, ela responde que já começou usando a cocaína aspirada, depois passou a usar na forma injetável. Disse não gostar da maconha e do tabaco devido ao cheiro, mencionou que, como o seu cabelo era muito comprido, ficava cheirando a maconha ou tabaco quando o marido fumava, o que a desagradava. Áries salienta que atualmente ela e o marido não usam mais nada e repete: “Eu parei sozinha, não precisei de nenhum tratamento para parar. Eu parei com 24 anos, foi a idade que eu engravidei do meu outro filho”.

Um dos redutores perguntou o que ela pensava dos tratamentos voltados a pessoas que querem parar de usar drogas. Segundo Áries, os tratamentos não têm muito resultado, pois “muitas pessoas que vão nas reuniões, quando voltam, chegam a casa e continuam o uso. As pessoas na hora da reunião dizem o que o pessoal quer ouvir, depois chegam a casa e continuam usando”. Áries acredita que, quando a pessoa quer parar de usar drogas, ela para sozinha. A redutora aproveita a brecha e diz que, se a pessoa não quiser parar de usar totalmente, mas deseja se cuidar um pouco mais, pode usar as estratégias de redução de danos, que servem não apenas para quem faz uso de droga injetável, já que existem práticas de redução de danos em relação ao uso de cigarro, crack, álcool. Áries rapidamente volta a falar sobre a vila em que seu irmão e sua prima moram, diz que lá o pessoal está usando crack, por isso, fica muito triste quando vai a esse lugar, onde já morou durante 9 anos. Disse que não voltaria mais para essa vila e que não sairia de onde está morando há 4 anos. Ágata conta que trabalhou próximo à vila em que Áries morou, fazia o encanamento de um quartel.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Topázio, que estava filmando, convida os colegas para irem embora, após a conversa que durou aproximadamente 15 minutos. Os redutores despedem-se cordialmente de Áries, dirigem-se ao carro que estava estacionado em frente à casa, onde o motorista da SMS aguardava por eles.

4.4 O campo e suas implicações

Lugares e situações variadas caracterizam um campo. Às vezes, as conversas aconteciam em um bar ao redor de uma mesa de sinuca, outras em construções inacabadas que se tornavam a casa de algumas pessoas, que, por necessidade, se submetiam a viver em locais insalubres, sem água e luz, enfim, pequenos acampamentos, em condições muito precárias. Nem todas as pessoas que pegavam o kit redução de danos faziam uso de droga injetável. Às vezes, pediam o kit para entregar a algum amigo ou familiar.

Em algumas ocasiões, os redutores foram abordados por policiais que andavam por vilas e bairros da cidade fazendo o patrulhamento. Nessas circunstâncias, os trabalhadores da saúde apresentavam o crachá de identificação aos policiais, e esses pediam aos redutores que se retirassem. No entanto, várias vezes, após a saída dos trabalhadores, os policiais bateram em quem estava portando um kit de RD, o que deixava os redutores de danos indignados. Ou seja, o simples fato de carregar um kit redução de danos era motivo para que os policiais agissem violentamente com quem, supostamente, (o fato de estar com o kit redução de danos não significa uso de droga injetável) fazia uso de alguma substância ilícita. Essas situações desvelam a diferença das práticas de RD no campo das intervenções estatais, pois, apesar de ser uma política pública mantida pelo aparato Estatal responsável pela proibição do uso de algumas substâncias, as ações da RD entendem que o uso de drogas, mesmo as ilegais, é permitido. Essas situações imprimem os paradoxos que envolvem questões relacionadas ao uso de drogas no campo Estatal.

O fazer campo carregava consigo a possibilidade da surpresa, tanto no sentido positivo quanto no negativo. Às vezes, os redutores chegavam a lugares com tensão

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

entre a polícia e os moradores. O tensionamento ocorria por diversos motivos, tais como roubo, tráfico de drogas, briga na própria comunidade, etc. Em outras ocasiões, os trabalhadores da saúde chegavam à casa de alguém e encontravam pessoas que eram acessadas por eles em outros locais da cidade. Assim, podiam perceber os laços de amizade e parentesco construídos pelas pessoas que encontravam no campo. Foram raras as pessoas que não receberam os redutores de danos em suas casas. Geralmente, quando eles chegavam em alguma vila, eram tratados como amigos que estavam fazendo uma visita.

Durante o trabalho de campo, ao encontrarmos pessoas que usavam drogas, ao invés de focar na substância, o que nos interessava era escutá-las, conversar com elas. O fazer o campo nos possibilitou o estabelecimento de relações com pessoas que não correspondiam aos estereótipos de drogado, violento ou marginal. Conhecemos pais e mães de família que desempenhavam seus papéis familiares e sociais, tranquilamente. O uso de drogas para várias dessas pessoas se caracterizava como uma prática ligada ao prazer, ao programa do final de semana. Também conhecemos pessoas que tinham problemas em decorrência do uso de droga e/ou de situações já experienciadas na vida – miséria, doença, abandono, etc. E, ainda, conhecemos quem incorporava perfeitamente o rótulo de drogado com demonstrações performáticas do estereótipo conferido.

Nossa experiência permite afirmar que, quando atuamos em uma perspectiva não proibicionista, a noção de droga que impera no meio social – a de que faz mal, mata ou transforma pessoas sadias em doentes e delinqüentes – é abalada. Atuar em uma perspectiva não proibicionista é ser atravessado, afetado pelas histórias de vida das pessoas acessadas em campo. Muitas vezes, é ter que fechar os olhos para as injustiças sociais que ficam evidentes, é ver a beleza em cada atitude delicada dessas pessoas que nos recebem em suas casas e abrem suas vidas como se fôssemos grandes amigos. O fazer o campo descortina um universo repleto de paradoxos.

4.5 Breves considerações sobre as práticas em redução de danos

A experiência em Redução de Danos – RD – mencionada neste trabalho não deve ser entendida como uma síntese dos Programas de Redução de Danos – PRD – no país. Ao longo das últimas duas décadas, as práticas em RD vêm configurando um mosaico composto por peças bastante diferentes. Depositária do saber biomédico, ela abre brechas importantes ao considerar o uso das drogas que por lei são proibidas, pois, além da RD deixar claro o uso de substâncias ilegais, ela defende que nem todo o uso de drogas é danoso. E, ao realizar um conjunto de ações direcionadas para o público que usa drogas, proporciona o questionamento da própria noção de criminoso. No entanto, a RD deve ser entendida como uma arena onde diferentes forças relacionadas à questão das drogas, concepções de saúde e elementos políticos se relacionam e disputam.

No que diz respeito ao seu desenvolvimento estrutural, no início da década de 1990, quando a proposta chegou ao Brasil, as práticas em RD estavam sob tutoria dos Programas de Redução de Danos então restritas a Organizações Não Governamentais – ONG's e ou Organizações Governamentais – OG. Com o passar dos anos as propostas em RD foram capilarizadas para diferentes espaços da sociedade, especialmente para outras esferas do sistema de saúde, o que possibilitou a emergência de novas práticas em RD.

Nos serviços de saúde em geral, as práticas em RD estão centradas basicamente em uma postura relativizadora do uso de drogas na vida das diferentes pessoas. Seu pressuposto básico é simples: já que o uso de drogas é algo inevitável na vida de algumas pessoas, um conjunto de medidas deve ser tomado para que esse uso não apresente sérias complicações para a saúde. Dessa forma, alguns trabalhadores do setor passaram a adotar essa postura em seus locais de atuação frente à pessoa que faz uso de alguma droga. Embora a postura relativizadora seja a tônica das práticas em RD, em muitos casos a percepção de que o uso de drogas se caracteriza como um *mal em si* ainda vigora. Não raramente a RD é vista como um caminho para chegar à abstinência.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

As concepções de Redução de Danos não estão necessariamente afastadas da perspectiva proibicionista do uso de drogas, tampouco das concepções morais que rodeiam esse campo. Não são raras as situações em que trabalhadores da RD desejam “dar a luz”, “salvar” as pessoas que fazem uso de drogas, percebendo, às vezes, o uso das substâncias como um problema central na vida dos sujeitos, quando nem sempre o é. Assim, o que interessa para esse trabalho são as práticas sobre drogas que emergiram na experiência do PRD da Secretaria de Saúde de Santa Maria/RS. O processo do PRD em questão deve ser entendido em sua singularidade e não produzir efeitos totalizantes em relação aos PRD’s do país.

No que concerne ao pensamento, Deleuze (2008) afirma, que ele (o pensamento) deve ser entendido como experimentação do mundo. Nesse sentido, o autor defende que não se trata de partir, nem de chegar. A questão é o que se passa *entre*. Não no começo, nem no fim, mas no meio, onde “as coisas” crescem e transbordam. O autor, juntamente com Guatarri, nos apresenta sua noção de rizoma:

“Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e...e...e...’ Há nessa conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. (DELEUZE e GUATARRI 2000)

Penso ser possível afirmar que o PRD em questão neste trabalho constituiu rizoma, desde a chegada de cada redutor até as práticas estabelecidas. A grande maioria das pessoas que integraram o PRD chegaram ao trabalho por meio de alguma afinidade com a temática, seja por manifestar interesse na discussão sobre o tema drogas, seja por estarem inseridas em redes de uso de drogas ou locais onde essas práticas eram realizadas. Não houve um processo seletivo, com realização de provas e entrevistas que demonstrassem o “preparo” das pessoas que estavam candidatando-se ao trabalho. Ou seja, a chegada de cada trabalhador não foi pela via tecnocrática. Em alguns casos “o trabalho escolheu o trabalhador”.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Conectada à ideia de rizoma está a questão da superfície. Deleuze nos desafia a buscar “as coisas” ali onde elas estão, sem a vontade de uma verdade oculta, pura, que se movimenta por trás de algo a ser descoberto. E segue nos provocando: “Jamais interprete, experimente...” (DELEUZE, 2008, p. 109).

Nesse sentido, vale salientar que o momento de escolha do primeiro redutor de danos foi basicamente pela via da experimentação e mesmo a constituição de cada um dos trabalhadores está relacionada com a possibilidade de experimentar-se. Para ser um redutor de danos, o fundamental não é um conhecimento teórico sobre drogas e seus usos, saúde pública ou qualquer outro. O imprescindível é uma postura acolhedora, capacidade de formar vínculos, de se relacionar com comunidades heterogêneas, ter disposição para pensar a questão das drogas fora do âmbito proibicionista, olhar para determinado uso de droga na vida de uma pessoa em sua singularidade.

Nas práticas em RD em questão, o olhar para as pessoas que fazem uso de algumas drogas se aloja na noção de devir proposta por Deleuze. Ou seja, o devir como processo e não uma transformação que busca o progresso e a evolução. Com isso, o atributo de usuário de droga *vaza*²⁶ e emerge a pessoa em sua constante transformação, com seus receios, suas alegrias, suas expectativas frente à vida. Corrêa (2006) afirma que “uma mulher não cabe, jamais, dentro de uma esposa, como ninguém cabe dentro de um profissional, de um patrão ou de um escravo” (p. 173). Assim, nenhuma pessoa que faz uso de drogas cabe em um atributo identitário de *drogado, criminoso ou marginal*.

Deleuze e Guatarri (2000) sugerem que produzamos forças para abalar o verbo ser. Então, nenhuma pessoa cabe em uma figura identitária ou em um atributo: nenhuma pessoa que faz uso de droga cabe no atributo identitário de drogado. Na

²⁶ Este termo é utilizado por Guilherme Carlos Corrêa em sua tese de doutorado: “Educação, Comunicação, Anarquia – procedência da sociedade de controle no Brasil” publicada pela editora Cortez no ano de 2006.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

medida em que as pessoas usuárias de drogas não são tratadas como marginais ou criminosos, aparecem outros discursos sobre o uso das substâncias ou mesmo sobre as histórias de vida dos sujeitos acessados em campo. O redutor de danos enquanto um trabalhador da saúde desloca os atributos identitários das pessoas que encontra em campo.

A experiência junto ao PRD fez emergir uma pluralidade de modos éticos de existir e de relacionar-se com as substâncias. Azambuja Jr. (2005) em sua pesquisa realizada junto ao PRD de Santa Maria afirma que

[...] os usuários acessados pelo PRD com quem tive oportunidade de conversar têm diferentes formas de relação com o consumo de drogas [...]. Assim, no que diz respeito ao uso de cocaína injetável, há os que afirmam consumir mais de uma vez por semana, os que admitem fazê-lo nos fins de semana e, os que só fazem “lá de vez em quando”. [...] O caso da maconha é bastante interessante, pois há os que não a consideram uma droga. [...] Alguns relatos apontam para a idéia de que a maconha é algo que tranqüiliza, abre o apetite e proporciona boas noites de sono. A própria forma como ela muitas vezes é consumida – em frente às casas, a qualquer hora do dia, em grandes grupos onde até mesmo a faixa etária é bastante variada –, sugere que há, pelo menos, uma maior tolerância com relação ao consumo da erva entre os integrantes de classes populares, já que, cenas como as que vi são dificilmente vistas em ruas do centro da cidade ou em bairros de classe média, principalmente em cidades do interior como é o caso de Santa Maria (p. 34).

Dessa forma, quando afirmo que a experiência do PRD apresentou outros modos éticos de vivência com o uso de drogas, não me refiro ao PRD propriamente, mas às situações que emergiram a partir dele, ao fazer campo. Nesse sentido, a RD configura um campo de possibilidades para práticas não proibicionistas sobre o uso de drogas.

Ao conversar com as pessoas, ao suspender o juízo e fixar o olhar nos detalhes de cada produção de vida, as práticas em RD permitem “se aproximar do ponto de vista dos usuários, não os considerando sujeitos com condutas homogêneas, mas sim, sujeitos heterogêneos com múltiplas motivações e relações estabelecidas com as substâncias consumidas” (Azambuja Jr., 2005, p. 45). Permite ver pessoas ali onde parece só haver “drogados”, “marginais”, “criminosos”, “vagabundos” e perceber que seus processos de vida são mais importantes do que o uso de drogas em si. Muitas vezes, esses atributos estigmatizantes servem para ocultar uma realidade sociocultural econômica que “vem transformando o planeta num mercado e, seus habitantes em

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

zumbis hiperativos incluídos ou trapos humanos excluídos” (ROLNIK 2007, P. 18). Ou seja, permite perceber que talvez o maior problema na vida de pessoas pobres, que carregam o rótulo de *bandido*, *marginal* ou *drogado*, seja a desqualificação de seus talentos, o impedimento da atualização de suas potências de vida, o efeito do desemprego, da dificuldade em acessar bens culturais, enfim, um conjunto socioeconômico cultural bem mais amplo, que associado à ilegalidade de algumas drogas, produz atributos depreciativos na vida das pessoas que não contribuem para o aumento do sistema do lucro e do consumo.

Percorrer ruas, visitar casas e conversar com as pessoas, possibilita perceber o que Deleuze (2008) chama de superfície, o que está aparentemente visível. Nesse sentido, houve o desmanchamento de algumas noções atribuídas às pessoas que fazem uso de drogas e que vivem nas periferias das cidades. Atributos depreciativos como “vagabundo”, “marginal”, “bandido” são conferidos a pessoas que muitas vezes se encontram em total situação de miséria. Aliás, a depreciação dos pobres tem sido uma prática comum nos âmbitos sociais mais esclarecidos. Estabelecer vínculo com pessoas que moram nas periferias das cidades, faz explodir o silêncio do que não é dito sobre o efeito mais visível da proibição de algumas drogas: “a geopolítica da exclusão global, meninos pobres vendem drogas ilegais para meninos ricos. Enquanto anestesiavam-se uns, metralham-se outros”. (BATISTA, 2003, p. 162).

O saber sobre a questão das drogas e seus usos produzido por meio da experiência no PRD mobilizou inúmeros questionamentos ao moralmente constituído, ao que é tido como politicamente correto, ao sistema jurídico e suas leis e normas de condutas. Dessa forma, penso que as práticas aproximaram-se da noção de micropolítica, como a apresentam Ceccim e Merhy (2009):

A micropolítica opõe-se à política das vigências disciplinares, das racionalidades hegemônicas, é a política do minoritário, das forças minoritárias, resistência aos constituídos, resistência ao saber-poder-desejo hegemônico, disputa por outros modos de ser-existir-agir, criativos, em ato (p. 533).

O processo educacional que emergiu no espaço do PRD instaurou uma situação em que tudo poderia acontecer.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

É exatamente este “tudo pode acontecer” que potencia romper as regras do jogo da produção de conhecimento, ou seja, olhar por onde não se viu, trazer á luz pontos de vista considerados insignificantes, indesejáveis, tortos, pequenos, mesquinhos, perguntar aquilo para o qual não se tem resposta nem provisória, especular como as coisas chegam a ser como são e porquê (MARIA OLY PEY apud CORRÊA 2006, P. 29).

4.6 A emergência de saberes sobre drogas no campo da redução de danos

Quando compusemos a primeira equipe de RD, além da vontade de aprender a fazer um conjunto de práticas voltadas às pessoas que usam drogas, algumas questões nos preocupavam: “Afiml, o que é Redução de Danos? E mais, o que é droga”? Essas questões atravessaram todas as composições de equipe que passaram pelo PRD ao longo desses anos. É possível dizer que não chegamos a respostas finais, mas sempre a outras questões e novas possibilidades de reformular essas perguntas.

Ao longo do tempo, percebemos que não havia uma resposta para o que fosse redução de danos, nem na perspectiva macroconceitual, nem nas relações que estabelecíamos com as pessoas que usavam drogas. No entanto, algumas cartografias foram possíveis: Redução de Danos pode ser trocar seringas; substituir o uso de uma droga por outra; mudar a frequência de uso (usar menos vezes ao dia, na semana ou mês); deslocar o foco da droga na vida da pessoa (fazer com que a droga ocupe um lugar menos importante na vida). Essas questões se apresentavam de modo bastante complexo e não tínhamos todas as respostas. Estas dependiam exclusivamente da pessoa que fazia uso de alguma droga. Ao longo do trabalho, após muitos encontros propiciados pelo campo, e diálogo com outros trabalhadores da RD, percebemos que fazer RD podia ser muita coisa, desde que não fosse algo prescritivo.

Larrosa (2002,) refere que “costuma-se pensar a educação do ponto de vista da relação entre a ciência e a técnica, ou às vezes, do ponto de vista da relação entre teoria e prática” (p. 19). A partir disso, o autor nos instiga a “pensar a educação a partir do par experiência/sentido”. Nessa direção, afirma que “o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana” (p. 26), mas alerta que o conhecimento não deve ser entendido como algo totalizante, científico e que está fora de nós, como algo que pudéssemos comprar. A vida não deve ser tomada como um conjunto de

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

condições biológicas, como a sobrevivência dos indivíduos e da sociedade. Assim, o saber da experiência remete a “uma aprendizagem no e pelo padecer, no e por aquilo que nos acontece” (p. 27).

Cada uma das pessoas que passaram pelo PRD, certamente, com suas singularidades, produziram outros saberes e conhecimentos em relação às drogas e seus usos. Em entrevista com alguns agentes redutores de danos, perguntei o que mais havia marcado durante o tempo de atuação no PRD. A seguir, os seus relatos:

Primeiramente, é importante para que eu possa considerar a questão das drogas, ressalto que o meu fazer-pensar redução de danos é marcado por ‘organismos’ coletivos construindo experiências com certo grau de autonomia ao contexto dominante. Dessa forma, e, de fato, considerando a questão das drogas, o que mais me marcou na experiência com redução de danos foi o contato com a pessoa usuário de drogas, sua história, família, necessidades, interesses, desejos, capacidades e, ao mesmo tempo, em contraponto, com a desresponsabilização da rede de serviços de atenção básica com essa pessoa (lê-se singular), ou seja, o usuário de drogas visto apenas como um sujeito biológico, portador de um vício (lê-se também vírus), de uma não-dominância (reduzora de danos - Sol).

Estou marcada pelas drogas nessa experiência. Não em termos de fazer parte de uma instituição, mas pela possibilidade de estar na instituição e poder pensar e agir nas margens dela. E tudo de modo legal (risos), que irônico. E também não porque as drogas sejam boas, mas porque as drogas não são boas nem ruins, e as possibilidades de interações com elas são múltiplas, as possibilidades de sentimentos com elas são múltiplas. São essas possibilidades de interações e sentimentos que descrevem minha história com a RD. Não pela droga em si, mas pelo outro olhar que se dá à droga, pois a droga serve de analogia para pensar as construções que se dão quando há o encontro (do eu com o outro, do eu com a droga, da droga com o outro) digo que a minha passagem pelo trabalho em Redução de Danos foi uma “viagem” e tanto. Analogia também para formas de ver a vida assim: menos sufocantes, mas nem por isso menos responsável, menos limitantes, mas nem por isso menos organizadas, menos hipócritas, mas nem por isso menos pragmáticas. Com diversas drogas no caminho, esse encontro meu com a RD me proporcionou usos muito estimulantes, seja do convívio, dos laços, dos desenlaces, das afetividades, dos desafetos...Como podes perceber, não me refiro a uma experiência profissional, mas a uma experiência de vida em todos os seus âmbitos...Enfim, eu pude me encontrar com idéias que já haviam em mim, mas ainda estavam adormecidas ou não exteriorizadas, ou melhor, não verbalizadas porque exteriorizadas já estavam sim de algum outro modo. (reduzora de danos - Safira).

Larrosa trata a experiência como um encontro, uma relação com algo que se prova, e defende que:

Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna (LARROSA, 2002, p. 27).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Pensamos que, em relação a esse tema, as práticas do PRD apresentam potência criadora de brechas, fendas nas cartografias homogeneizantes da noção proibicionista de drogas.

5 Por Uma Educação Não Proibicionista Sobre Drogas

**Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos.
(Gilles Deleuze)**

Não defendemos nesse trabalho uma noção de educação que preserve a vida; que a mantenha apartada dos conhecimentos produzidos ao longo da história, tampouco uma educação que não esteja implicada com as intensidades, com o corpo. Acreditamos que essa noção de educação proporciona muitas vezes um aprender sem vontade, como é o caso de inúmeras situações em sala de aula que percorrem nossa vida escolar, desde os primeiros anos no ensino fundamental, infelizmente, às vezes, até a universidade. Deleuze (2008) afirma que

O que chamamos de sentido de uma proposição é o interesse que ela apresenta, não existe outra definição para o sentido. Ele equivale exatamente à novidade de uma proposição. Podemos escutar as pessoas durante horas: sem interesse... Por isso é tão difícil discutir, por isso não cabe discutir nunca. Não se vai dizer a alguém: “o que você diz não tem o menor interesse”. Pode-se dizer: “está errado”. Mas o que alguém diz nunca está errado, não é que esteja errado, é que é bobagem ou não tem importância alguma. As noções de importância, de necessidade, de interesse são mil vezes mais determinantes que a noção de verdade (p. 162).

Considerando as ideias expostas por Deleuze, pensamos que as oficinas sobre drogas que realizamos, junto aos estudantes universitários, deflagraram situações em que a falta de interesse pela discussão, funcionava como um elemento justificador da não implicação com a vida e suas diferentes manifestações. A não implicação com diferentes *modos de andar a vida*.

Defendemos uma noção de educação que afirme a vida, que a veja como algo em constante devir, que garanta o potencial inventivo de si e do mundo. “O incentivo às potências vivas reinventarão as condutas que podem dar certo para a proteção da vida, que não é apenas a de um corpo biológico, mas da condição biológica de produzir o vivo” (CECCIM, MAYER, MEYER, BELLOC 2002, p. 196).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Assim, considerando as diferenças na forma de olhar e conceber a questão das drogas e seus usos, que emergiram a partir das práticas do PRD e das oficinas, como a noção de drogas que circulou entre os universitários, poderia se beneficiar da noção que circulou entre os redutores de danos.

A perspectiva proibicionista, associada ao saber farmacológico, reduz o consumo de drogas ao contato entre um indivíduo e um composto, capaz de forjar os mesmos efeitos para todas as pessoas. Com isso, ignoram-se as dimensões simbólicas, culturais, políticas, singulares de cada uso em cada vida.

Vargas (2008) propõe que nos estudos sobre as drogas e seus usos

[...] em vez de ficar apenas com o caráter doentio, desarticulador e destrutivo da experiência do consumo não medicamentoso de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da saúde –; em vez de também ficar apenas com o caráter inebriante e festivo da experiência do consumo de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da doença –, ou, em suma, em vez de ficar com a moral e suas partilhas que submetem a existência à oposição de valores transcendentais, caberia, a meu ver, pôr a discussão em termos éticos que revelem uma pluralidade de modos de existências imanentes (p. 56).

Pensamos que um processo educacional, voltado para as drogas e seus usos, não deveria, necessariamente, colocar em jogo a questão da liberação ou não de substâncias que estão ilegais, mas sim o estudo sobre as consequências da proibição e disparar uma capacidade de pensar sobre as drogas que supere o medo e o proibicionismo. Nesse sentido, emerge uma pergunta: já que nos processos educacionais sobre drogas há uma grande perspectiva proibicionista, o que seria um processo educacional não proibicionista sobre drogas?

Larrosa (2005) afirma que a educação pode ser a arte de fazer com que cada um se transforme, num processo de experimentação e permanente devir inventivo. O autor salienta que essa arte (a educação) não se pode fazer de modo técnico e massificado, pois é:

[...] algo para o qual não há um método que sirva para todos, porque o caminho não existe. Se ler é como viajar, e se o processo da formação pode ser tomado também como uma viagem na qual cada um venha a ser o que é, o mestre da leitura é um estimulador para a viagem. Mas uma viagem tortuosa e arriscada, sempre singular, que cada um deve traçar e percorrer por si mesmo (LARROSA, 2005, p. 45).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Quanto ao uso de drogas, educamos, então, para quê? Tendo em vista o quê? Será objetivando um certo tipo de ser humano ou um certo tipo de sociedade?

Rolnik (2003) descreve sobre dois modos de apreensão do mundo: a macro que o apreende como forma, representação, e a micro que o apreende como um conjunto de fluxos, de intensidades. Um processo educacional que considera apenas a apreensão do mundo por representações fixa a subjetividade num caráter identitário, rígido. Com isso, fica comprometida a capacidade de criação no mundo, restando apenas a possibilidade de produção de modos de existência aprisionado às categorias preexistentes e homogeneizantes.

Gallo (2008), inspirado no conceito de literatura menor criado por Gilles Deleuze e Félix Guattari para análise da obra de Kafka, cria o conceito de *educação menor* como sendo um processo educacional comprometido com a singularização. Em oposição ao conceito de *educação menor*, há o de *educação maior*, conformada às políticas homogenizadoras. “A *educação maior* é aquela dos planos decenais e das políticas públicas, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (GALLO, 2008, p. 64).

Fuganti (S/D) afirma que “se a educação fosse uma prática para tornar os espíritos livres, não estaria centrada na obediência, mas no pensamento” (p. 67). Esse mesmo autor defende que

Uma educação centrada no pensamento não prescreve regras absolutas nem proibições definitivas. [...] Uma tal educação deseja que a vida seja forte, que o corpo e o pensamento aumentem suas potências de agir e pensar e aprendam o quanto antes a conviver com os perigos e desejar o desconhecido. [...] Uma educação centrada no pensamento afirmativo da vida é cruel com o corpo e com o espírito, não porque quer arruiná-los, mas, ao contrário, porque quer vê-los fortes, ousados e poderosos, deseja vê-los capazes de enfrentar qualquer acontecimento e de caminhar livres, com a sabedoria alegre do riso. Talvez tudo o que tal educação deseje seja preparar vidas que se tornem capazes de rir (S/D, p. 68).

Dessa forma, uma educação sobre drogas não estaria fixada nos slogans proibicionistas, tampouco na composição e efeito de cada substância; mas sim nos efeitos dos encontros com as drogas na vida de cada pessoa em sua singularidade. Nos aspectos culturais e ritualísticos do uso de drogas e também no considerável

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

potencial para uma relação de dependência que determinados modos de viver oferecem. Uma educação sobre drogas, centrada no pensamento afirmativo da vida, voltaria seu olhar e suas forças para a vida das pessoas, consideraria que

Há milhares de moléculas psicoativas já sintetizadas ou ainda por se inventar. Esse repertório deve ser tratado como o das substâncias de origem vegetal, mineral ou animal: preciosos tesouros que podem alimentar, curar, levar ao êxtase ou matar. Gerir o seu uso não pode ser atributo exclusivo de especialistas, mas devem ser facultadas a consumidores responsáveis e bem-informados. Como outras tarefas na sociedade (por exemplo, dirigir automóveis), consumir certas drogas exige regras e normas (não se deve fazer as duas coisas juntas, por exemplo). Não se deve consumir de forma que outros sejam obrigados a participar involuntariamente (por exemplo, não fumar em locais fechados). Mas a esfera última de decisão sobre o uso de drogas na gestão da felicidade e da tristeza faz parte do núcleo mais íntimo e essencial da liberdade de escolha, de expressão e de gestão de si (CARNEIRO, 2008, p. 80).

A partir das ideias expostas por Carneiro, defendemos que é preciso abordar a questão das drogas e seus usos fora da perspectiva totalizante do slogan: droga mata! Pois tudo nessa vida pode levar à morte, aliás, como disse Raul Seixas, o caminho da vida é a morte. No que diz respeito à questão das drogas e seus usos, a morte é potencializada pela produção ilegal, sem o menor controle de pureza dos compostos ou higiene do local, de algumas substâncias, caracterizando-se assim como problema de saúde pública que envolve a questão da vigilância sanitária. A morte é potencializada com a violência gerada pelo narcotráfico que, em última instância, serve para controlar e criminalizar a população pobre. Nesse sentido, poderíamos afirmar que o maior número de mortes relacionadas à questão das drogas não se dá por overdose, mas, sim, por *tiro na cabeça*, sobretudo, de jovens moradores nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Acreditamos que um caminho para uma educação sobre drogas em uma perspectiva não proibicionista passaria pelos conceitos-reflexões abordados acima. Dessa forma, as práticas que emergiram ao fazer RD expostas neste trabalho poderiam contribuir principalmente anulando a noção proibicionista de drogas, já que, nessas práticas, o uso de drogas não é proibido. Assim, talvez fosse possível produzir uma educação sobre drogas em que o que está em jogo é a vida das pessoas, a capacidade de ampliar o grau de alegria, de estar em permanente devir e aberto aos encontros que fortalecem e afirmam a vida.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

Finalizaremos esse trabalho citando parte do texto “Segurança Pública – a Liquidação do Ópio” de Antonin Artaud, escritor e diretor de teatro. Nasceu na França, viveu entre os anos 1896 e 1948, e, naquela época antecipou o *desastre* causado pela proibição do uso de algumas drogas que atualmente vivemos. Temos em Artaud um dos maiores educadores sobre drogas, e para colocar um ponto, não final, mas de encerramento, neste trabalho, nos associamos ao seu escrito em que manifesta:

Tenho a intenção declarada de encerrar o assunto de uma vez por todas, para que não venham mais nos encher a paciência com os assim chamados perigos da droga. Meu ponto de vista é nitidamente anti-social.

Só há uma razão para atacar o ópio. Aquela do perigo que seu uso acarreta ao conjunto da sociedade.

Acontece que esse perigo é falso.

Nascemos podres de corpo e alma, somos congenitamente inadaptados; suprimam o ópio: não suprimirão a necessidade do crime, os cânceres do corpo e da alma, a inclinação para o desespero, o cretinismo inato, a sífilis hereditária, a fragilidade dos instintos; não impedirão que haja almas destinadas a seja qual for o veneno, veneno da morfina, veneno da leitura, veneno do isolamento, veneno do onanismo, veneno dos coitos repetidos, veneno da arraigada fraqueza da alma, veneno do álcool, veneno do tabaco, veneno da anti-sociabilidade. Há almas incuráveis e perdidas para o restante da sociedade. Suprimam-lhes um dos meios para chegar à loucura: inventarão dez mil outros. Criarão meios mais sutis, mais selvagens; meios absolutamente desesperados. A própria natureza é anti-social na sua essência – só por uma usurpação de poderes que o corpo da sociedade consegue reagir contra a tendência natural da humanidade. Deixemos que os perdidos se percam; temos mais o que fazer que tentar uma recuperação impossível e ademais inútil, odiosa e prejudicial.

Enquanto não conseguirmos suprimir qualquer uma das causas do desespero humano, não teremos o direito de tentar a supressão dos meios pelos quais o homem tenta se livrar do desespero.

Pois seria preciso, inicialmente, suprimir esse impulso natural e oculto, essa tendência ilusória do homem que o leva a buscar um meio, que lhe dá a idéia de buscar um meio para fugir às suas dores.

[...]

Aqueles que ousam encarar os fatos de frente sabem – não é verdade? – os resultados na proibição no álcool nos Estados Unidos.

Uma superprodução da loucura: cerveja com éter, álcool carregado com cocaína vendido clandestinamente, o pileque multiplicado, uma espécie de porre coletivo. Em suma, a lei do fruto proibido.

A mesma coisa com o ópio.

A proibição, que multiplica a curiosidade, só serviu aos rufiões da medicina, do jornalismo, da literatura. Há pessoas que construíram fecais e industriosas reputações sobre sua pretensa indignação contra a inofensiva e ínfima seita dos amaldiçoados da droga (inofensiva porque ínfima e porque sempre uma exceção), essa minoria de amaldiçoados em espírito, alma e doença.

Ah! Como o cordão umbilical da moralidade está bem atado neles! Desde a saída do ventre materno – não é? – jamais pecaram. São apóstolos, descendentes de sacerdotes: só falta saber como se abastecem da sua indignação, quanto levam nessa, o que ganham com isso.

6 Referências

**As ideias estão no chão, você tropeça e acha a solução.
(Sérgio Brito, Paulo Miklos e Branco Mello).**

ALBUQUERQUE, Paulo G. B. – D.H. Lawrence: o corpo e suas conexões In: LINS, Daniel e GADELHA, Sylvio. Nietzsche e Deleuze – Que pode o corpo. Rio de Janeiro, RJ, Ed. Relume Dumará e Fortaleza, CE, Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

ARTAUD, Antonin. Segurança Pública – Liquidação do Ópio. In: PASSETTI, Edson – Das Fumeries ao Narcotráfico. EDUC/PUC – SP, São Paulo/SP, 1991

AZAMBUJA JR., Carlos Alberto da Cruz. Uso de Drogas, HIV/Aids e Redução de Danos: um estudo sobre representações sociais. UFRGS/Porto Alegre, 2005 (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais).

BATISTA, Vera Malaguti. História Sem Fim. In: PASSETTI, Edson (org). Curso Livre de Abolicionismo Penal. NUSOL/PUC/SP. Editora Revan, São Paulo, SP, 2004.

BATISTA, Vera Malaguti. A construção do transgressor. In: BAPTISTA, Marcos et al (orgs) Drogas e Pós-Modernidade – faces de um tema proscrito Vol II. Editora da UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Manual de Redução de Danos. Saúde e Cidadania. Brasília: Ministério da Saúde 2001.

BRASIL. Secretaria Antidrogas – SENAD. I Fórum Nacional Antidrogas. In: Relatório do I Fórum Nacional Antidrogas, 27 a 29 de novembro de 1998. Brasília, SENAD 1999.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou Heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz et al (orgs). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Editora EDUFBA, Salvador, BA, 2008.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault. Editora Autêntica. Belo Horizonte, BH, 2009.

CAVALHO, Yara Maria de & **CECCIN**, Ricardo Burg. Formação e Educação em Saúde: Aprendizados com a Saúde Coletiva. In: Tratado de Saúde Coletiva. CAMPOS et al (orgs). Editora Hucitec, São Paulo, SP; Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ. 2006.

CECCIM, Ricardo e **MERHY**, Emersom. Um agir micropolítico e pedagógico intenso: a humanização entre laços e perspectivas. In Interface Comunicação Saúde Educação v.13. supl.1, p.531-42, 2009.

CECCIM, Ricardo, **MAYER**, Rose Teresinha, **MEYER**, Rosa, **BELLOC**, Marcio. Educação e Assessoramento em Redução de Danos – atenção integral à saúde para usuários de drogas e sua rede de interação social. In: FERLA, Alcindo e FAGUNDES, Sandra (orgs). O fazer em Saúde Coletiva: inovações da atenção à saúde no Rio Grande do Sul. Editora Dacasa, Porto Alegre, RS, 2002.

CORRÊA, Guilherme Carlos – Oficina: novos territórios em educação In: Maria Oly Pey (org.) Pedagogia Libertária experiências hoje. Ed. Imaginário, São Paulo, SP, 2000.

CORRÊA, Guilherme Carlos. Escola-Droga. In: VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 1 (MAIO 2002), São Paulo, SP, 2002.

CORRÊA, Guilherme Carlos. Educação Comunicação Anarquia – procedências da sociedade de controle no Brasil. Editora Cortez, São Paulo, SP, 2006.

DELEUZE, G. Conversações. Ed. 34, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

DELEUZE, Gilles e **GUATTARI**, Félix. Kafka por uma literatura menor. Editora Imago, Rio de Janeiro, RJ, 1977.

DELEUZE, Gilles e **GUATTARI**, Félix. Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia – Vol.1 São Paulo, SP, Ed. 34, 2000.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Editora Ática, São Paulo/SP, 1998.

ESCOHOTADO, Antonio. O Livro da Drogas – Usos e abusos, desafios e preconceitos. Editora Dynamis, São Paulo, SP, 1997.

FIGLIARELLI, Maurício. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política – Entrevista concedida por Gilberto Velho a Maurício Fiore. In: LABATE, Beatriz et al (orgs). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Editora EDUFBA, Salvador, BA, 2008.

FOUCAULT, Michel, História da Loucura. Ed. Perspectiva, São Paulo, SP, 1978.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Ed. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 1987.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1998.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Editora Graal, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Ed. Graal, São Paulo, SP, 2004.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Ed. Edições Loyola, São Paulo, SP, 2005.

FUGANTI, Luis Antonio. Saúde e Loucura nº 2 S/D (sem data).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

GALLO, Silvio. Deleuze e a Educação. Editora Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2008.

GOFFMAN, Erwing. Estigma e Identidade Social. In: Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, RJ, 1963.

LARROSSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr 2002 N° 19.

LARROSA, J. Nietzsche & a Educação. Editora Autêntica, Belo Horizonte, MG 2005.

LEITÃO, Luzeni. Não basta ouvir é preciso escutar. In: Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, RJ junho 1995.

MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. www.neip.info/textos.html acessada em fevereiro de 2005.

MACRAE, Edward & **SIMÕES**, Julio Assis. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Editora UFBA/CETAD, Salvador, BA, 2000.

MANN, Jonathan; **TARANTOLA**, Daniel; **NETTER**, Ythomas. A Aids no mundo. Editora RelumeDumará/ABIA/IMS-UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 1993.

MERHY, Emersom. Repensar o Sistema de Saúde: Necessidades, Possibilidades e Desafios. Palestra proferida no 1º encontro de atenção domiciliar da região sul – Porto Alegre/RS, outubro 2008.

MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, Anthony e PESSOA JR., Osvaldo. Diamba Sarabamba – coletânea de tetos brasileiros sobre a maconha. Editora Ground, São Paulo, SP, 1986.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

OLIVEIRA, Douglas C. Uma genealogia do jovem usuário de crack: mídia, justiça, saúde, educação. UFSM/Santa Maria, 2009 (Dissertação de Mestrado em Educação).

PASSETTI, Edson – Das Fumeries ao Narcotráfico. EDUC/PUC – SP, São Paulo/SP, 1991

PERLONGER, Nestor. O que é aids. São Paulo, Editora Brasiliense S.A. 1986.

PEREIRA, Everton Luís. Aids é como gripe...bobeou, pegou? Uma análise das percepções a cerca da vulnerabilidade ao HIV/Aids entre dois grupos da cidade de Santa Maria – RS. UFSM/Santa Maria, 2005 (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais).

PEREIRA, Everton. Luís; **SILVA**, Flávia Costa. Retratos de uma história: seis anos da política em HIV/Aids e programa de redução de danos de Santa Maria – RS. Santa Maria: impresso com recursos da “política de incentivo aos estados, DF e municípios, no âmbito do programa nacional de HIV/ Aids e outras DST”, 2008.

PETUCO, Dênis. No miolo do bagulho – Os desdobramentos da acumulação flexível no trabalho em saúde: o caso dos redutores de danos. UFRGS/Porto Alegre, 2007 (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais)).

PEY, Maria Oly. Constatações de uma professora infame. In: Maria Oly Pey (org.) Pedagogia Libertária experiências hoje. Ed. Imaginário, São Paulo, SP, 2000.

POL-DROIT, Roger. Michel Foucault entrevistas. Editora Graal, São Paulo, SP, 2006.

RIBEIRO, Eduardo Mendes. A construção social do problema da dependência de drogas: estudo antropológico dos discursos e representações mantidos por instituições de tratamento. PPGAS/UFRGS, 1999 (Tese de doutorado).

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico – uma guerra na guerra. Editora Desatino. São Paulo, SP, 2003.

RODRIGUES, Thiago. Política de drogas e a lógica dos danos. In: VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 3 (ABRIL 2003), São Paulo, SP, 2003b.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, Guerra, Proibição. In: LABATE, Beatriz et al (orgs). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Editora EDUFBA, Salvador, BA, 2008.

ROLNIK, Sueli. Cartografia Sentimental – Transformações Contemporâneas do Desejo. UFRGS Editora, Porto Alegre/RS, 2007.

ROLNIK, Sueli. “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik.html. acessado em outubro de 2009.

SILVA, Flávia Costa. Psicoativando rodas acadêmicas... um estudo das reportagens sobre drogas e seus usos veiculadas em um jornal no município de Santa Maria/RS. UFSM/Santamaría, 2005 (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais).

SOARES, Luiz Eduardo. A política de “drogas” na agenda democrática do século XXI. In: BASTOS, Francisco Inácio e GONÇALVES, Odair Dias (orgs) – Drogas: É legal? Um debate autorizado. Editora Imago, Rio de Janeiro, RJ, 1993.

VELHO, Gilberto. Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquias. Editora FGV, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

VARGAS, Eduardo. Drogas: armas ou ferramentas? Trabalho apresentado no VIII Congresso Latino Americano de Ciências Sociais e Saúde, Hotel do Frade, Angra dos Reis, RJ, Brasil 19 a 23 de outubro de 2003.

Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz et al (orgs). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Editora EDUFBA, Salvador, BA, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a Educação. Belo Horizonte, MG, Ed. Autêntica, 2007.

FILME:

PADILHA, José. Tropa de Elite, 2007.

PRADO, Marcos. Estamira. Brasil, 2007.